



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEduc
Curso de Mestrado Acadêmico

APRENDIZAGENS DECOLONIAIS A PARTIR DAS CARTAS DE MULHERES
ENCARCERADAS: UM ESTUDO SOBRE O MOVIMENTO NEGRO EDUCADOR

ELAINE BARBOSA

Rio de Janeiro

2017

ELAINE BARBOSA

**APRENDIZAGENS DECOLONIAIS A PARTIR DAS CARTAS DE MULHERES
ENCARCERADAS: UM ESTUDO SOBRE O MOVIMENTO NEGRO EDUCADOR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cláudia Miranda

Rio de Janeiro

2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Centro de Ciências Humanas e Sociais - CCH
Programa de Pós-Graduação em Educação

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Elaine Barbosa

**“APRENDIZAGENS DECOLONIAIS A PARTIR DAS CARTAS DE MULHERES
ENCARCERADAS: UM ESTUDO SOBRE O MOVIMENTO NEGRO EDUCADOR”**

Aprovada pela Banca Examinadora

Rio de Janeiro, 18 / 12 / 2017

Profa. Dra. Cláudia Miranda
(orientadora)

Profa. Dra. Luciana Boiteux de Figueiredo Rodrigues
(avaliadora externa)

Profa. Dra. Eliane Ribeiro Andrade
(avaliadora interna)

IN MEMORIAM

Agradeço imensamente ao querido amigo José Carlos Brasileiro, apesar de não estar fisicamente entre nós, sempre esteve presente na minha trajetória como militante e intelectual nas lutas antirracistas. Me inspirou, com seu senso de humor único, a perseverar e a ter esperança nos momentos de dificuldade. Me revelou a importância da luta pelos povos marginalizados e permanecerá na memória da construção da história em prol da população carcerária brasileira. Foi um grande privilégio tê-lo como mentor, foi uma trajetória que ficará marcada para sempre no meu coração.

Agradeço ao querido amigo, Professor Wilson Prudente, que tão repentinamente não está mais entre nós, mas nos deixou um legado imensurável de contribuições em prol das lutas antirracistas para os povos da diáspora africana. Suas palavras de incentivo para adentrar no espaço acadêmico foram decisivas para a construção desta pesquisa. Me ensinou, que nós negros, precisamos lutar pela liberdade de almejarmos e alcançarmos o que quisermos. Foi uma honra o compartilhado de conhecimentos enquanto tivemos juntos na militância, no desenvolvimento de projetos e no convívio junto aos seus familiares.

AGRADECIMENTOS

Desde logo, este espaço que aqui me cabe não será suficiente para agradecer às pessoas que, nesses dois anos tão intensos, inspiraram, direta ou indiretamente, a escrita e as reflexões da dissertação. Na caminhada, foram muitas redes mútuas de apoio com as quais eu tive o privilégio de compartilhar. Portanto, estou correndo o risco de não citar todas e todos que participaram deste processo. Peço desculpas, mas saibam que este trabalho é fruto de nossas interlocuções.

Agradeço ao meu marido/companheiro de luta Eduardo Prestes, que sempre esteve ao meu lado desde o início deste trabalho. Suas palavras de incentivo me ajudaram a aliviar as tensões nos momentos difíceis.

À minha filha Iara, que ainda se encontra no ventre materno, mas já impacta positivamente a minha vida mostrando que a sua presença é a esperança necessária para seguir em frente. Entre os seus diversos movimentos/ remexos e no pulsar de seu pequeno coração, já vem ensinando a dosar os limites da vida e que desistir não faz parte do lema de nossa família.

À minha mãe Ivone, pelos ensinamentos da vida e por ser um exemplo de mulher guerreira aceitando o desafio de ser mãe solteira. Mulher simples, que carrega consigo um mundo de ternura e amor por suas filhas.

À minha irmã Aline, que chegou para abrilhantar minha vida quando eu já era adolescente e hoje me ensina a reeducar os meus sentidos para compreender e aceitar o diferente. Obrigada por me aproximar de nossas ancestralidades e por ter me tornado madrinha de Erlan e tia de Kerlis.

A todas minhas tias que sempre fizeram parte da minha vida e sem elas talvez eu não tivesse chegado até este momento. Em especial, minha tia Deise e Denise que são os meus pilares de sustentação.

Ao meu primo/ irmão Luiz, que sempre me incentivou e apoiou na minha jornada de vida, mostrando que é possível transpor as barreiras que nos são impostas.

À minha sogra Rosa e ao meu sogro João que sempre me apoiaram na caminhada.

À avó Ecila que sempre me acolheu como neta e vibrou por cada conquista alcançada.

Às minhas cunhadas Andréia, Luísa e Elisa sempre presentes e dispostas a colaborar com que for necessário.

À Professora e amiga Cláudia Miranda, pela orientação e pelas possibilidades que me apresentou desde o início desta pesquisa, fazendo-me apreender conhecimentos outros, com o olhar sempre voltado para nossa origem afrodescendente na diáspora.

Agradeço imensamente a solidariedade da Prof.^a Vanda Ferreira, que esteve junto a mim durante todo o processo de construção da pesquisa tanto como mentora, quanto amiga/ mãe de coração que sempre me acalmou nos momentos de conflitos. Foram dois anos intensos de aprendizados que jamais serão esquecidos. E a todas as mulheres negras, mais velhas, que me ensinam cotidianamente, em especial, a madrinha Nanci Rosa e a Berenice Aguiar, sempre presentes no caminho.

Agradeço também às minhas amigas Renata Shaw, Thais Pinhata e Giovanna Mariano, por toda ajuda e colaboração. Certamente essa pesquisa foi fortalecida pelo apoio mútuo que encontrei em suas palavras.

Aos meus companheiros do Instituto de Cultura e Consciência Nelson Mandela, e toda a rede de articulação construída a partir da assistência à população encarcerada no Estado do Rio de Janeiro. Em especial todos aqueles que participaram da pesquisa, que gentilmente cederam parte do seu tempo para colaborar.

Aos meus companheiros da antiga Comissão da Igualdade Racial da OAB/RJ. Minha inserção na luta política pela defesa dos direitos do povo negro se deu a partir desta inserção, o que desencadeou a referida pesquisa. Agradeço em especial, ao Marcelo Dias e ao Tito Mineiro, pelos ensinamentos ao longo da caminhada.

A todas e todos do meu trabalho que tanto me ajudaram a superar os desafios e colaboraram com a minha tranquilidade, em especial, à Eliane, Tereza Cristina, Tânia, Maria do Carmo e Selma, por todo apoio empenhado.

Aos companheiros do grupo de pesquisa do mestrado (PPGEDU/ UNIRIO) que me acolheram e fortaleceram ao longo da pesquisa construída em rede de ricos conhecimentos e compartilhados.

À Prof.^a Luciana Boiteux, pelo carinho com que sempre olhou o meu trabalho e por despertar o olhar para a luta feminista junto às mulheres encarceradas. Juntas somos mais fortes!

À minha companheira e colega de Mestrado, Rejane, sempre disposta a escutar e dividir as angústias encontradas no percurso de Mestrado.

Ao “povo das miçangas”, grupo do WhatsApp montado pelos colegas de Mestrado. Os momentos de trocas foram essenciais para o compartilhamento de saberes.

Dedico esta dissertação a todos os agentes sociais que lutam contra a opressão racial e discriminações correlatas. Em tempos antidemocráticos, juntos resistiremos!

RESUMO

BARBOSA, elaine. Aprendizagens decoloniais a partir das cartas de mulheres encarceradas: um estudo sobre o Movimento Negro educador. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

A pesquisa aqui apresentada tem como escopo as experiências vivenciadas pelas(os) agentes que compõem o Instituto de Cultura e Consciência Negra Nelson Mandela e o processo de estabelecimento de redes que lutam pela emancipação social. A partir das urgências sociais de sujeitas/escritoras em privação de liberdade, objetivou-se entender aspectos das narrativas produzidas por elas em suas cartas ao Instituto, com o fim de solicitar apoio jurídico e social. Sob essa mesma orientação, reconhecer os constructos da base desse ir e vir discursivo frente aos limites de nossa atuação como equipe. Trabalhou-se com a valorização de múltiplas formas de aprendizado em uma instituição do Movimento Negro definida como “espaço não formal de educação”. Inclui-se uma análise acerca das possibilidades da existência de saberes e conhecimentos “outros” que favorecem mudanças em termos das representações sociais de sujeitas femininas. Destacam-se aspectos relativos às vivências dessa população e especificidades de sua presença em um contexto de extrema negação de si e conseqüentemente, de opressões. Adotamos uma abordagem metodológica onde a análise documental emerge como um caminho de construção dos dados reunidos.

Palavras-chave: Instituto de Cultura e Consciência Negra Nelson Mandela; Cartas de mulheres encarceradas; Processos de aprendizagens; Educação decolonial

ABSTRACT

BARBOSA, elaine. Decolonial learning from the letters of imprisoned women: a study on the Black Movement educator. 2017. Dissertation (Master's degree in Education) - Federal University of the State of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017

The research presented here is based on the experiences of the agents of the Nelson Mandela Institute for Culture and Black Consciousness and the process of establishing networks that fight for social emancipation. Having the social urgencies of persons / women imprisoned, as a starting point, the main objective was to understand aspects of the narratives produced by them in their letters sent to the Institute requesting legal and social support. Under this same direction, to recognize the constructs of the basis of this discursive coming and going before the limits of our performance as a team. We worked with the appreciation of multiple forms of learning in an institution of the Black Movement defined as "non-formal education space". It includes an analysis of the possibilities of the existence of cultural understandings and "other" knowledge which favors changes in terms of the social representations of female subjects who, according to Gayatri Spivak (2010) is the "subaltern without voice". Highlights include aspects the experiences of the female population and the specificities of this presence in a context of extreme denial of self and, consequently, of oppression. It starts from a methodological approach where documental analysis emerged as a path of construction of the data achieved.

Keywords: Nelson Mandela Institute of Culture and Black Consciousness; Letters from incarcerated women; Learning processes; Decolonial education

Sumário

INTRODUÇÃO.....	11
Hipóteses, questões e objetivos da pesquisa	17
História Oral	21
1. BRASIL ENTRE RELAÇÕES RACIAIS E CRIMINOLÓGICAS	26
Nessa cela, tem algum branquinho de olhos azuis da Zona Sul aí?	31
1.1 UM PERFIL DAS MULHERES ENCARCERADAS:	40
1.2 A POPULAÇÃO CARCERÁRIA FEMININA: DADOS A PARTIR DAS NARRATIVAS	44
Quanto a natureza do crime e faixa etária:	44
Mulheres estrangeiras	45
Mulheres negras	46
Mulheres pobres	47
2. INSTITUTO DE CULTURA E CONSCIÊNCIA NEGRA NELSON MANDELA:.....	49
2.1 O PRESO PEDE SOCORRO: SURGE O INSTITUTO DE CULTURA E CONSCIÊNCIA NEGRA NELSON MANDELA	51
Saberes localizados no ambiente prisional	58
Reinventando o espaço da cadeia	59
2.2 POSSIBILIDADES “INSURGENTES” NA PENITENCIÁRIA LEMOS DE BRITO	66
2.3 SUJEITOS COLABORADORES DO ICCNNM	69
Os sujeitos- praticantes da pesquisa: O que aprendemos uns com os outros?	72
2.4 EM PROCESSOS DE (DES) APRENDIZAGENS:	82
Representações sobre o Sistema Carcerário	83
O ir e vir com as cartas	86
Des- aprendemos uns com os outros neste processo interativo	90
3. PERSPECTIVAS DE OUTRA EDUCAÇÃO COM OS RELATOS DAS CARTAS DE MULHERES ENCARCERADAS.....	95
3.1 SABERES OUTROS SOBRE O SISTEMA CARCERÁRIO FEMININO: VIOLAÇÃO DE DIREITOS.	100
ALGUMAS CONCLUSÕES	126
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	132
APÊNDICE A – FLUXO DE CARTAS RECEBIDAS	136
APÊNDICE B- QUANTITATIVO DE CARTAS	137
APÊNDICE C- CARTAS FEMININAS.....	138

INTRODUÇÃO

Mas presos são quase todos pretos ou quase pretos, ou quase brancos quase pretos de tão pobres e pobres são como podres e todos sabem como se tratam os pretos.

Caetano Veloso

A citação acima faz ecoar muitos sentimentos advindos do contato com os grupos empobrecidos. É a passagem da música, “O Haiti” composta pelo músico Caetano Veloso, que refletem as mazelas sociais e raciais existentes no Brasil, indica que são problemas cada vez mais visíveis em nossa sociedade. Essa epígrafe está em destaque no livro *Cor e Criminalidade - Estudo e Análise da Justiça do Rio de Janeiro*, que despertou o meu interesse, à época da graduação em Direito. sobre a abordagem relacionada ao tema da discriminação racial e as diversas exclusões vivenciadas por esses sujeitos que são distanciados de seus direitos, relacionados principalmente aos sujeitos(as) encarcerados(as).

Na presente dissertação, é analisado o potencial de conhecimentos e saberes gerados a partir do trabalho realizado com segmentos existentes nas diversas esferas que compõem o sistema carcerário. Assim, o objetivo foi entender como essas relações geram autorias de conhecimentos que são historicamente *invisibilizados*. Para tanto, a opção foi uma abordagem qualitativa visando à compreensão dos dados apresentados ao longo da pesquisa e tomando como base os depoimentos das(os) sujeitas (os) privilegiadas(os) como interlocutoras (res) e os documentos/cartas escritos pelas apenadas (escritoras), que estiveram presas no sistema carcerário do Estado do Rio de Janeiro. De acordo com Menga Ludke (2012), “A pesquisa qualitativa supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada, via de regra através do trabalho intensivo de campo” (MENGA, 2012, p.11).

Um dos aspectos relevantes deste trabalho foi investigar os registros das ações desempenhadas pelos segmentos produtores/construtores de saberes que permeiam o ambiente do Instituto de Cultura e Consciência Negra Nelson Mandela, por um lado. Por outro, a interlocução presente no ir e vir das cartas escritas por um grupo de mulheres que se fizeram presentes entre as (os) profissionais do instituto. A articulação entre as redes que interagem

com as práticas dessa esfera, por sua vez, inspirada na luta de outros coletivos do Movimento Negro privilegia, a meu ver, a localização de processos no qual outros saberes foram acionados. Saberes inerentes dos grupos de sujeitas (os) encarcerados. Saberes que indicam pistas sobre o olhar para o mundo dos segmentos silenciados.

O interesse por esta temática surgiu a partir da introjecção em fóruns de reflexão sobre relações raciais e, por entender a urgência do abarcamento das narrativas contidas nessas cartas para o espaço acadêmico. O estudo parte do Instituto de Cultura e Consciência Negra Nelson Mandela (ICCNNM) e dos agentes, que nele atuam, na perspectiva de movimentos que se entrelaçam e tecem pedagogias outras. Desse modo, provocam processos de aprendizagens alternativas. Convém ressaltar que o ICCNNM construiu ao longo dos últimos 27 anos, um histórico de luta pelos direitos sociais da população em privação de liberdade no Estado do Rio de Janeiro e atuou a partir de atividades que envolvem assistência jurídica, assistência social e educacional com o propósito de diminuir a violência.

A minha aproximação com os escritos se deu a partir da atuação como advogada e colaboradora da referida instituição. Ali, foi o momento no qual me deparei com as cartas que eram semanalmente trazidas pelos correios, na modalidade de “cartas sociais”, vindos dos complexos penitenciários.

Neste momento destaco, a participação como ouvinte no congresso ocorrido no segundo semestre do ano de 2014, *XXI Congresso Nacional de Advogados no Rio de Janeiro*, que resignificou a minha trajetória de atuação profissional e política. Percebi a diminuta presença de advogados negros e a ausência de discussões que abrangessem as temáticas raciais num espaço onde se reuniam diversos profissionais da área jurídica. Os painéis organizados e dispostos debruçavam-se sobre a seguinte abordagem: “A busca de uma Constituição Democrática e a Efetivação de Direitos”, como proposta de debates no evento.

No penúltimo dia desse congresso, observei a aglomeração de pessoas negras em um espaço bem apertado no final de um dos longos corredores que compunham a localidade do evento. Fiquei interessada em saber do que se tratava aquele espaço e me aproximei dele, chegando quase ao final das falas envolventes e imponentes dos palestrantes e a tempo de conhecer um universo de militância jurídica negra, desconhecida até então por mim. Foi um momento de reconhecimento e representação em um espaço majoritariamente branco.

Naquele espaço, acontecia um evento especial pela promoção de igualdade racial com o tema: “Reparação da Escravidão do Negro no Brasil: propostas e possibilidades”. Contava com a presença de desembargadores, juízes, advogados e ministros de governo negros, todos com a pretensão de aprovar a Comissão Nacional da Escravidão Negra no Brasil. Assim, por

deliberação da maioria dos presentes naquele lugar, foi criada esta comissão e a autorização para criação das Comissões Estaduais da Escravidão Negra no Brasil, da qual fiz parte representando o Estado do Rio de Janeiro. Logo em seguida, comecei a participar das reuniões e debates sobre a temática. Então, fui convidada a participar da Comissão de Igualdade Racial da Ordem dos Advogados do Brasil, no Rio de Janeiro, e me senti instigada a conhecer mais sobre a temática que envolvia a discussão racial no Brasil e no mundo. Sem dúvida, a partir da atuação nesses espaços foi inevitável o encontro com os Movimentos Sociais, em especial, o Movimento Negro. Desse modo, aproximou-me da militância, o que ampliou minha visão coletiva de intervenção em alguns espaços.

No momento seguinte, cheguei ao encontro do Instituto de Cultura e Consciência Negra Nelson Mandela convidada pelo presidente desta Instituição para colaborar como advogada na assistência jurídica. Nesse espaço, passei a ter contato com os egressos penitenciários e seus familiares, desenvolvendo ações voltadas para a população encarcerada.

Em minha primeira visita ao instituto, percebo um espaço pequeno, pouco arejado, com quadros em referência às figuras emblemáticas e significativas ao Movimento Negro, tais como: Nelson Mandela¹, Malcom X², Abdias Nascimento³, Martin Luter King⁴ e outras personalidades que lutaram pela igualdade racial e pelos Direitos Humanos no mundo.

O livro com a biografia do fundador do Instituto – José Carlos Brasileiro: *Rebeldia e audácia, amor e aventura, vício e redenção* – estava sobreposto à sua mesa de trabalho, juntamente com cartas, encaminhadas ao Instituto pelos presos. Ao folhear o livro, deparo-me com a seguinte narrativa que descreve o panorama de desumanização relacionado ao cárcere:

Enquanto caminhava para a cela, seguindo por aqueles velhos e sombrios corredores, nu e recendendo a creolina, senti o peso da mais brutal humilhação que pode se abater sobre um ser humano. Eu sabia que estava caminhando para um destino muito cruel, para um mundo tenebroso (...) cada passo me pesava, era como minha condição humana estivesse se desfazendo, num pesadelo de horror. Fui para galeria A, onde permaneci por longos quatro anos (CARVALHO, 2012, p.54).

¹Nelson Rolihlahla Mandela foi advogado, líder e Presidente da África do Sul de 1994 a 1999, considerado como o mais importante líder da África Negra.

²Al HajjMalik Al-Shabazz, mais conhecido como Malcolm X, foi um dos maiores defensores do Nacionalismo Negro nos Estados Unidos. Fundou a Organização para a Unidade Afro-Americana. Defensor dos direitos dos afro-americanos, conseguiu mobilizar brancos e negros na conscientização sobre os crimes cometidos contra a população afro-americana.

³Abdias Nascimento foi um Poeta, Ator, Escritor, Dramaturgo, Artista Plástico, Professor universitário, político e Ativista dos Direitos civis e humanos das populações negras.

⁴Martin Luther King Jr. foi um pastor protestante e ativista político estadunidense. Tornou-se um dos mais importantes líderes do movimento dos direitos civis dos negros nos Estados Unidos, e no mundo, com uma campanha de não violência e de amor ao próximo.

Esse fragmento apresenta aspectos do pensamento de Brasileiro⁵. É parte das nuances do sistema penitenciário como um todo, sem distinção de gênero, idade ou religião. Conforme parte de sua narrativa, as (os) condenas(os) passam a pertencer a um mundo paralelo, ceifados de sua dignidade e oprimidos pelo Estado que, *a priori*, teria o seu papel como garantidor e responsabilidade pela manutenção do bem-estar desse segmento em conflito com a lei.

Junto ao livro sobreposto à mesa, estavam as cartas e naquele momento tive o primeiro contato com a escrita desses sujeitos. Tal escrita é entendida como uma possibilidade de performance. As vozes silenciadas pelo sistema carcerário experimentam um caminho e buscam ajuda do instituto. Suas narrativas, apelos, confissões, angústias, desesperanças, estão traçadas nesses documentos e deixam transparecer para além das caligrafias, diversos outros vestígios.

A partir dessas inquietações, foi possível tecer possibilidades para entender o campo de pesquisa sobre as relações étnico-raciais e educação que me orientaram para o espaço acadêmico. No Grupo de Estudos e Pesquisas Formação de Professores(as), Currículo(os), Interculturalidade e Pedagogias Decoloniais – GFPPD, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO), foi possível começar a dialogar com estudos transversais das Ciências Sociais, Educação, do pensamento *decolonial* e as teoria pós-coloniais. Percebi que poderia potencializá-los com os aportes interdisciplinares considerando as referidas áreas.

Esse movimento se alinha aos movimentos pedagógicos emancipatórios, que questionam a subalternização e proporcionam maneiras diferenciadas para pensar processos educacionais em distintos contextos. Dessa forma, inspiram ações que dialogam com as diferenças como afirma a intelectual *decolonial* Catherine Walsh (2009).

A interculturalidade crítica e a *decolonialidade* são chaves analíticas e favorecem abordagens potentes para o problema central aqui tratado. Ao considerar as urgências sociais de sujeitas -escritoras em privação de liberdade, o objetivo foi entender aspectos das narrativas produzidas por elas em suas cartas ao Instituto com o fim de solicitar apoio jurídico e social. Sob essa mesma orientação, vimos como uma opção analítica, reconhecer os constructos da base desse ir e vir discursivo. Assim, foi trabalhado com a valorização de múltiplas formas de aprendizado no vínculo alcançado com o Movimento Negro e nas suas organizações.

O Instituto Nelson Mandela está sendo interpretado, aqui, como um “espaço não formal de educação”. Para tanto, uma análise foi realizada acerca das possibilidades da existência de saberes e conhecimentos “outros”, que favorecem mudanças em termos das representações

⁵Presidente do Instituto de Cultura e Consciência Negra Nelson Mandela, militante e ativista do Movimento Negro e direitos humanos.

sociais de sujeitas femininas, que segundo Gayatry Spivak (2010) é a “subalterna sem voz”. Destacando-se, então, aspectos relativos às vivências da população feminina e especificidades desta presença em um contexto de extrema negação de si e, conseqüentemente, de opressão. Foi necessário, então, partir de uma abordagem metodológica da qual a análise documental emergiu como um caminho de construção dos dados alcançados.

Na primeira vez que presenciei a chegada das cartas ao ICCNNM, analisei detalhes para além do conteúdo escrito. Eram as “cartas sociais”⁶, escritos de pessoas em privação de liberdade no sistema penitenciário do Rio de Janeiro. Correspondências formais envelopadas, escritas à mão, datadas, identificadas com o nome do correspondente e sua respectiva penitenciária, ou seja: o local de sua “moradia” naquele momento. Com essas características mapeadas, tive a sensação de que estava diante de um acervo de vidas. Foram analisadas como narrativas particulares oriundas de um contexto de privação de liberdade e submetidas às sanções do Estado.

Diante desse acervo, interessei-me por saber por que escreviam para o Instituto Nelson Mandela, e saber por quem essas cartas eram respondidas, do que se tratavam os escritos e como funcionava essa construção dialógica. Ao dialogar com o presidente do Instituto – José Carlos Brasileiro – percebi que as cartas eram respondidas por ele e ainda por colaboradoras (res) voluntárias (os). Na primeira conversa com o presidente do ICCNNM, um aspecto foi decisivo na percepção sobre esse ir e vir das cartas: um esforço de manter o comprometimento com as famílias, inclusive, desse contingente de detentas (os); um empenho para garantir encaminhamentos e respostas às causas abraçadas pelo instituto.

Inicialmente, ler e responder algumas correspondências revelou-se um caminho investigativo. Com os casos jurídicos, vinham outras demandas tão importantes quanto os problemas anunciados como nosso, a equipe envolvida. As cartas revelavam os clamores por liberdade, pela falta de direitos e um dia a dia dentro do confinamento prisional marcado por tensões e perigos de vida. Nessa dinâmica, foi possível observar a atuação das (os) agentes da referida instituição e a rede de parceiras (os) externas (os) que funcionava em favor das demandas presentes nas correspondências.

A partir daí, vislumbraram-se possíveis fios que pudessem compor parte das ações do instituto e foi imperativo considerar outros saberes para além dos conhecimentos jurídicos. Assim, foi importante analisar as estratégias de cooperação garantidas entre o Instituto de Cultura e Consciência Negra Nelson Mandela e o sistema prisional, levando em conta a

⁶As cartas sociais são utilizadas para correspondência via postal com baixo custo entre sujeitos, pessoas físicas de menor potencial econômico.

comunicação das(os) agentes sociais. Essas problemáticas geraram formulações para a pesquisa e foi possível considerar algumas indagações sobre as distintas demandas e como se aprende nas ações desenvolvidas cotidianamente em ambas as esferas. Em outros termos, o trabalho da equipe me revelou algumas hipóteses sobre a concepção ética das instituições do Movimento Negro. Ao me deparar com os primeiros delineamentos sobre a Fundação do instituto, percebi suas estratégias para atuar.

Brasileiro, na condição de privado de liberdade, ao escrever uma carta para a Fundação Cultural Palmares, não tinha a expectativa da criação de um Movimento Negro dentro da prisão, mas a correspondência foi endereçada ao seu presidente. No final da década de 80, vivenciava-se o auge das atividades pela promoção do antirracismo no Brasil. Em entrevista com Carlos Alves Moura, ele indica a proposta revolucionária que poderia se construir dentro do espaço carcerário, que na sua visão, estava marcada pela contenção da população negra:

No meu entendimento, ou seja, Brasileiro, ou seja, Instituto Nelson Mandela, esses dois vetores me deram muito mais oportunidade de contribuir do que eu. Quando eu recebi uma carta do Brasileiro explicando a situação do presídio, era mais uma carta de cumprimento por ter visto um negro num programa famoso do que reivindicatória. Essa expressão de dor do apenado estava subjacente nos escritos dele, foi isso que me chamou mais atenção. Depois eu escrevi uma carta, e procurei um companheiro do movimento negro aqui no RJ, José Carvalho⁷, que fosse fazer uma visita ao presídio e daí desencadeou uma ação (CADERNO DE ENTREVISTAS⁸, 2017).

Para além de presidir o Instituto Cultural Palmares à época, Moura, também era ativista e já vinha desenvolvendo ações em prol da luta antirracista no Brasil:

A gente que trabalha com os Direitos Humanos e sabe que tem vários focos de abordagens e trabalha dando ênfase na recuperação do racismo. Esse foco para a superação do racismo, esse foco de justiça para a comunidade negra, ele também deve se voltar para o Sistema Prisional. (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017)

Ao escrever a carta para uma liderança negra, José Carlos Brasileiro utilizou meios disponíveis para criar a oportunidade que gerasse uma ação ainda que estivesse em condição desfavorável, assim como a maior parte da população submetida ao sistema prisional.

⁷ Nome fictício

⁸ O caderno de entrevista é parte dos anexos de produção da dissertação ao título de mestrado produzida por Elaine Barbosa entre os anos de 2016 e 2017.

Hipóteses, questões e objetivos da pesquisa

Pesquisar mulheres, visibilizando suas narrativas foi uma opção alinhada com a luta política e transgressora das mulheres negras. Ao pensarmos com Gayatri Spivak, avançou-se em alguns pressupostos importantes:

É, principalmente, à mulher intelectual que seu apelo final se dirige – a ela caberá a tarefa de criar espaços e condições de autorrepresentação e de questionar os limites representacionais, bem como seu próprio lugar de enunciação e sua cumplicidade no trabalho intelectual (SPIVAK, 2014, p. 18).

Tal fragmento orientou as opções de análise além do mapeamento inicial da questão carcerária e da condição das mulheres nessa situação. Soma-se a isso o fato de se relacionar com a trajetória de vida da autora do trabalho em questão. As barreiras impostas pelo racismo à brasileira e pelas marcas do patriarcado indicam, cotidianamente, o lugar reservado às mulheres. Diante dos aportes apreendidos, tenho como tarefa intelectual, enfrentar uma pluralidade de estratégias para fomentar processos de resistências e participar da recriação de espaços nos quais a subalterna possa ter experiências de deslocamento.

A partir dos primeiros contatos com o campo defronto-me com hipóteses que indicam que existem evidências de que as ações do Instituto de Cultura e Consciência Negra Nelson Mandela, que emergiu, ideologicamente, a partir do Movimento Negro - onde desenvolve um escopo comunicativo através das cartas recebidas dos presídios femininos - vão além de meras respostas jurídicas. Assim, a dialogia se constitui em aprendizagens para aquelas(es) que interagem nesse processo. Refiro-me a um segmento composto por mulheres e por homens que são, em sua maioria, negros, com um histórico de ativismo negro. Por outro lado, estão as mulheres encarceradas jovens, pobres e pouco escolarizadas. São essas narrativas que privilegiam propostas *decoloniais*⁹ de aprendizagens.

⁹ A partir do diálogo coma intelectual pós colonial Catherine Walsh que propõem “a Interculturalidade Crítica como ferramenta pedagógica que questiona continuamente a racialização, subalternização, inferiorização, e seus padrões de poder, visibiliza maneiras diferentes de ser, viver e saber e buscar o desenvolvimento e criações de compreensões e condições que não só articulam e fazem dialogar as diferenças num marco de legitimidade, dignidade, igualdade, equidade e respeito, mas que – ao mesmo tempo – alentam a criação de modos “outros”(WALSH, 2009).

A partir dessas hipóteses, propus-me a realizar alguns questionamentos que me desafiaram à pesquisa e a questão principal é:

- O que aprendemos com os processos de aprendizagens a partir das narrativas contidas nas cartas escritas por presas recebidas no Instituto de Cultura e Consciência Negra Nelson Mandela?

Com a intencionalidade investigativa, outras questões foram desenvolvidas:

- Qual a importância do Instituto Nelson Mandela em consonância com a identidade construída a partir do Movimento Negro no cenário prisional?
- É possível propor pedagogias outras com a população de mulheres encarceradas a partir das experiências do ICCNNM?
- Como as cartas de mulheres presas nos ensinam e qual sua importância no espaço acadêmico no contexto *decolonial*?

Todas essas premissas são importantes ao enunciar a pesquisa e instigaram o caminhar rumo ao desenvolvimento das perguntas voltadas para área educacional em busca de um melhor entendimento sobre as narrativas que envolvem as ações do ICCNNM.

O objetivo geral da pesquisa, como foi apontado anteriormente:

- Analisar as tensões e desafios que permeiam o processo de aprendizagem desenvolvido no espaço de educação não formal – Instituto de Cultura e Consciência Negra Nelson Mandela (ICCNNM), a partir de determinadas categorias analíticas identificadas nas cartas que refletem as percepções das presas sobre suas urgências dentro do espaço prisional e em diálogo com os depoimentos dos sujeitos participantes deste processo.

Como objetivos específicos, podem ser desdobrados da seguinte forma:

- Entender a interação dialógica entre os atores que atuam no Instituto Nelson Mandela e as cartas de mulheres encarceradas a partir da perspectiva das pedagogias *decoloniais*;

- Sugerir a potência das narrativas escritas pelas detentas/escritoras como documentos que ensinam e reeducam o olhar do outro impulsionando o processo de ensino/aprendizagem no espaço não escolar;
- Pesquisar como as construções pedagógicas transcorrem neste campo de tensão entre os saberes que emergem de sujeitas subalternizadas e a lógica opressora do Sistema Penitenciário brasileiro;
- Potencializar a escrita feminina pretendendo indicar como aprendemos a partir de uma perspectiva outra e sua importância no espaço acadêmico.

A tarefa do intelectual pós-colonial deve ser a de criar espaços por meio dos quais a sujeita subalterna possa falar (SPIVAK,2014) para que, quando ele ou ela o faça, possa ser ouvida(o). Não há a pretensão, no entanto, de falar pela mulher escritora das cartas, mas sim trabalhar contra a subalternidade, criando espaços nos quais a mulher possa se articular e, como consequência, possa, também, ser ouvida.

Para tal, em função da forte e constante imersão no contexto investigado, a opção metodológica foi a pesquisa qualitativa, a partir do levantamento e análise dos aportes bibliográficos e documentais bem como entrevistas privilegiando o método da história oral.

Algumas categorias surgiram à medida que me aproximei do teor das cartas, de forma a estruturar a sua análise, que ensejaram privilegiar, em determinado momento, as narrativas das cartas buscando a percepção sobre o que esses relatos contribuem para o processo de aprendizagens em diálogo com os aportes da pedagogia *decolonial*.

No primeiro momento, opto por analisar a categoria das cartas que informam saberes *outros* sobre o sistema carcerário feminino e o que aprendemos com as mulheres escritoras que narram sobre: violações aos direitos humanos; problematizações em relação à educação; a existência da mulher para o sistema carcerário; a solidão, solidariedade e a gratidão.

Em segundo momento, opto em trabalhar com a categoria que pretende analisar as breves trajetórias de vida das mulheres escritoras e o que elas nos ensinam com: as trajetórias marcadas pela tríade: tráfico, pobreza e homens; as trajetórias marcadas pelo controle a partir de suas estruturas familiares e as trajetórias das mulheres encarceradas grávidas.

Quando se trabalha com depoimentos dos participantes da pesquisa, o que se busca são informações relevantes para compreender o processo de aprendizagem, a partir do olhar dos sujeitos colaboradores deste processo dialógico. Nesse caso, com as cartas e o ambiente do Instituto Nelson Mandela. Para tanto, optei em trabalhar com as seguintes categorias: o que

percebem sobre o sistema carcerário; o que percebem sobre as cartas; o que aprendem uns com os outros neste processo interativo.

Não é o objetivo desta pesquisa desenvolver um estudo sobre o feminismo e seus aportes, mas é o posicionamento político adotado.

Diante do exposto, a presente dissertação foi escrita em três capítulos. No primeiro capítulo, analisam-se os marcos normativos a partir da discussão teórica metodológica que subsidiará a pesquisa, buscando compreender aspectos relacionados ao controle social exercido sobre a mulher encarcerada em diálogo com a crítica pós-colonial, indicando, assim, os caminhos percorridos para a realização da pesquisa.

No segundo capítulo, enuncia-se o que é o Instituto de Cultura e Consciência Negra Nelson Mandela, apresentando um breve histórico desde sua fundação evidenciando o comprometimento com a causa dos sujeitos encarcerados a partir de dados documentais e entrevistas com os seus fundadores. Desta feita, visibilizando a importância desse processo e dos sujeitos como produtores de conhecimentos. Pretendeu-se, portanto, desvelar quem são as mulheres escritoras participantes da pesquisa, a partir do breve histórico sobre a figura da mulher privada de liberdade no Estado do Rio de Janeiro e as narrativas das cartas no contexto da população prisional, com base nos dados estatísticos oficiais.

O terceiro e último capítulo, analisa-se as narrativas das mulheres encarceradas escritoras. Em consonância com as categorias de análise, pretende-se mostrar o processo de aprendizagem possível no espaço do ICCNNM.

Abordagem metodológica

Ao encontro com os possíveis caminhos que poderiam permear esta pesquisa na área da educação, deparei-me com os delineamentos necessários aos contornos metodológicos para o determinado fim. A análise documental, a análise de narrativas escritas em cartas e entrevistas foram aportes fundamentais para a construção dos dados da pesquisa.

Trazer a trajetória de uma instituição que se constituiu pela urgência das pautas alinhadas aos movimentos sociais, em especial o Movimento Negro, é contribuir com as agendas políticas de resistência dos povos afrodescendentes visibilizando experiências outras no campo da educação.

Portanto, para esta pesquisa, houve um esforço na tentativa de “não constituir o outro e o subalterno apenas como objeto de conhecimento” (ALMEIDA,2010,p.14) e sim assumir o

compromisso político intelectual de criar espaços de fala para essas sujeitas que irão compor a pesquisa, sujeitas estas que são em sua grande maioria mulheres subalternizadas, consideradas ocupantes do terceiro mundo (SPIVAK, 2014) e associadas às “camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem plenos no estrato social dominante”(SPIVAK, 2014). É pensando na produção de outros saberes científicos e, assumindo a responsabilidade intelectual de apresentar propostas que se aproximem com as realidades culturais Latino Americanas que pretendo caminhar.

História Oral

A abordagem focada na história oral pode indicar outros aportes para além dos dados construídos com a análise documental. As narrativas dos sujeita (os) que compõem os estudos nas áreas das Ciências Sociais sugerem uma reorganização para que o pesquisador possa pensar o *locus* de pesquisa.

Ao considerar a experiência de trabalho numa instituição que funciona a partir das urgências sociais das(os) presas(os) e por entender a complexidade deste espaço, a história oral como metodologia foi considerada, uma vez que se optou pela pesquisa na qual o Instituto Nelson Mandela atravessa as ações de apoio e de formação para um grupo de profissionais de distintas áreas.

Para elucidar o direcionamento da abordagem que inclui a história oral, Verena Alberti indica:

[...]Há nela uma vivacidade, um tom especial, característico de documentos pessoais. É da experiência de um sujeito que se trata; sua narrativa acaba colorindo o passado com um valor que nos é caro: àquele que faz do homem um indivíduo único e singular em nossa história, um sujeito que efetivamente viveu – e, por isso dá vida – as conjunturas e estruturas que de outro modo parecem tão distantes. E ouvi-los falar, temos a sensação de que as descontinuidades são abolidas e recheadas com ingredientes pessoais: emoções, reações, observações, idiosincrasias, relatos pitorescos (ALBERTI, 2004, p14).

Com os depoimentos que foram apreendidos, busquei compreender aspectos presentes nas trajetórias daquelas interlocutoras. O objetivo foi a busca pelos padrões de socialização e Alberti considerou ainda que:

Entrevistas de história oral podem ser usadas no estudo de forma como pessoas ou grupos efetuaram e elaboraram experiências, incluindo situações de aprendizado e decisões estratégicas (...) e aparecem em combinação com a ideia de mudanças de perspectiva (ALBERTI, 2004, p.25).

É importante elucidar que as escolhas para a construção deste trabalho são tratadas concomitantemente com a definição da metodologia. A escolha das(os) depoentes, parte do princípio da potencialidade das narrativas que podem vir a colaborar com a pesquisa:

O ideal seria poder escolher entrevistados dispostos a revelar a sua experiência em diálogo franco e aberto e que, de sua posição no grupo ou em relação ao tema pesquisado, fossem capazes de fornecer, além de informações substantivas e versões particularizadas, uma visão de conjunto a respeito do universo estudado (ALBERTI, 2004, p.34).

Ao pensar sobre o fragmento acima, os primeiros depoentes foram os fundadores do Instituto Nelson Mandela e, ao avançar na construção da pesquisa, foram entrevistados (as) as(os) colaboradoras(es) atuantes na construção das ações do instituto. Segundo Thompson “A história oral devolve a história às pessoas em suas próprias palavras. E ao lhes dar um passado, ajuda-as também a caminhar para um futuro construído por elas mesmas.” (THOMPSON, 1998, p. 337)

Ao pensar nessas(es) colaboradoras(es), inicialmente, parti em busca das egressas que tiveram suas histórias próximas ao trabalho desempenhado pelo instituto. Muitas dessas mulheres mantiveram contato com o instituto após o cumprimento de pena. A partir da ajuda em rede que se estabeleceu com o sistema carcerário e com o apoio das egressas entrevistadas, conseguiu-se acessar 5 (cinco) dessas mulheres.

As conversas foram iniciadas por ligações telefônicas, na tentativa de um encontro presencial para a realização das entrevistas, mas, infelizmente, esses encontros não ocorreram. O processo vivenciado nesse ir e vir, tentando entrar no campo foi um divisor de águas e, com ele, emergiram as insuficiências que carregamos como pesquisadoras (es) iniciantes. Foi percebido, então, que, mesmo à distância, o sentimento doloroso em retomar a memória vivida no cárcere é um impeditivo. A voz embargada, o cuidado ao medir as palavras mencionadas, a desconfiança, os encontros desmarcados, todos esses aspectos dificultaram o início das entrevistas. Compreendi algo próximo a uma negação do passado e essa impossibilidade revelou o quanto é imprescindível ler as pesquisas já existentes sobre tal fenômeno social.

Uma dentre essas cinco mulheres aceitou ser entrevistada. Foi ao local pretendido, mas não conseguiu expressar sua narrativa. A tensão talvez tenha sido potencializada ao rememorar suas experiências no cárcere que culminavam num debulhar de lágrimas e tristeza. Esse foi um momento de repensar o lugar da pesquisadora e de aprender com os processos e com as sujeitas, aqui, privilegiadas. A entrevista não foi realizada, mas a surpresa no caminho desestabilizou algumas percepções construídas anteriormente.

Todas as entrevistas foram gravadas em áudio e transcritas, salvo as entrevistas com os fundadores do instituto, que foram gravadas também em vídeo. As entrevistas com as (os) colaboradoras(res) estarão em diálogo com o capítulo que se desenvolve a partir das cartas. Dentre os colaboradores, foram entrevistadas duas egressas do sistema penal feminino e estas serão identificadas com nomes fictícios, enquanto os outros 9 colaboradores permitiram, em autorização, identificar suas identidades.

É preciso mencionar que a metodologia a partir da análise das entrevistas foi uma forma de privilegiar a memória, dessa proposta de intervenção. Os depoimentos foram considerados e se constituem como um importante instrumento para o desenvolvimento desta pesquisa no campo da Educação.

As cartas

Desde a fundação do Instituto de Cultura e Consciência Negra Nelson Mandela até o estabelecimento de seu espaço físico no edifício localizado na região central da cidade do Rio de Janeiro, nos idos dos anos 90, chegavam cartas de presidiários diariamente.

No espaço do ICCNNM existe uma sala em anexo onde ficam guardadas as cartas antigas. Essas estavam empilhadas dentro de caixotes e envelopes brancos, sem padronização catalográfica. Cartas de homens e de mulheres estavam misturadas e algumas poucas cartas separadas e identificadas por datas informadas nos seus envelopes. A partir disso, foi preciso separá-las para dimensionar o quantitativo que poderia ser importante para a pesquisa. Começando o trabalho braçal, contei com a ajuda de uma estudante que compõe o grupo de pesquisa, do qual faço parte e, também, da secretária do instituto, que gentilmente propiciou um ambiente acolhedor para o desenvolvimento da tarefa.

Pensando no lapso temporal da permanência das pessoas em privação de liberdade e de uma possível tentativa investigativa no espaço prisional com os mesmos sujeitos que se comunicam com o instituto, optei por estudar as correspondências recebidas entre os anos de 2010 e de 2016. São aproximadamente 2.322 cartas, sendo 1269 recebidas do cárcere feminino

e 1.053 vindas do cárcere masculino. Houve o cuidado de separá-las cronologicamente e tal iniciativa revelou dados importantes, por exemplo, como o recebimento das cartas estavam intimamente ligados ao fluxo de respostas. Além de como a dinâmica de ir e vir retroalimentavam determinadas ações do Instituto. Esses dados, então, foram registrados em uma planilha (em apêndice).

Ao iniciar a pesquisa, encontrei 1269 cartas identificadas como sendo de mulheres, coletadas no arquivo do Instituto Nelson Mandela dos anos entre 2010 e 2016. No decorrer das leituras realizadas, percebo como relevante, identificar de quais instituições penais partiram. As correspondências vieram, principalmente, das seguintes instituições penais: Presídio feminino Nelson Hungria, Penitenciária Talavera Bruce e o Instituto Penal Oscar Stevenson. Todas instituições situadas na capital do Rio de Janeiro. Existem também as que partem de outros presídios femininos da região metropolitana do Rio de Janeiro, porém em número reduzido.

No que tange ao possível processo interacional que ensejam a produção de conhecimentos com as narrativas dessas mulheres encarceradas, ao separar as cartas, é perceptível que algumas mulheres se correspondem frequentemente com o Instituto. A sugestão inicial se pautava na análise desse diálogo na tentativa de evidenciar uma dinâmica desta relação. Porém, preferi por afastar essa possibilidade a partir do momento que não se encontra registros suficientes das respostas dessas cartas.

No levantamento realizado, um grande volume de cartas fica evidente, e em função das condições de desenvolvimento do trabalho de uma dissertação, não é um objetivo produzir uma interpretação desse montante. A opção, portanto, foi desenvolver algumas categorias de análise tendo em vista a centralidade temática das narrativas apresentadas pelas mulheres escritoras. As cartas, que possuem caráter de intervenção emergencial, são as cartas denominadas pelos atuantes no ICCNNM como, “cartas denúncias”. Encontrei as seguintes categorias em comum: Reconhecimento da existência da problematização do gênero feminino na prisão; a relação familiar enfatizando o cuidado; a violação de direitos e sua restrição; o controle social que gera a desumanização.

Do montante, foram consideradas 20 correspondências que figuram como parte do acervo em que se problematizaram as formas de denúncia e reivindicação por direitos e atenção aos seus problemas como internas. No escopo de outras 11 cartas, foram selecionados fragmentos que ajudaram a análise ao traçar um paralelo com os dados estatísticos do INFOPENMulher, objetivando conhecer o perfil das mulheres do cárcere no Estado do Rio de Janeiro. Assim, foi pensado, interdisciplinarmente, sobre aspectos relacionais, sobretudo, pelas

vozes que ecoam a perspectiva da dor, solidão, culpa, sororidade e família. Todas que emergem nas entrelinhas de suas memórias e vivências estabelecidas entre os muros do sistema prisional.

Desse modo, a opção foi considerar fragmentos das cartas de acordo com as categorias trabalhadas e preservar a grafia, os trechos das cartas, foram transcritos para elaboração da análise. Os dados pessoais das presas foram preservados e seus nomes substituídos por nomes fictícios. As cartas¹⁰ não estão disponíveis em anexo por questão meramente estratégica para manter o sigilo das referidas narrativas.

Importante mencionar que não foi pretendido realizar análise do discurso para entender as insuficiências que marcam a vida das mulheres em privação de liberdade. Nessa pesquisa, importa considerar quais as aprendizagens advindas do trabalho com populações femininas do sistema carcerário. Para tanto, neste processo, o trabalho de pesquisa se tornou um desafio já que essa experiência demandou o enfrentamento de conflitos e mudanças profundas causadas pela entrada em um universo pouco explorado quando se trata de dar centralidade às narrativas das presas.

¹⁰ As cartas que foram analisadas nesta pesquisa estão disponíveis no acervo do Instituto de Cultura e Consciência Negra Nelson Mandela.

1. BRASIL ENTRE RELAÇÕES RACIAIS E CRIMINOLÓGICAS

*Perante a sociedade, ao mundo,
Somos o resto, o lixo.
Mas, aprendemos que no lixo encontramos preciosidades,
Só quem vive atrás das grades frias sabe o real conflito, não só de mundos
como de emoções.
Nossos primeiros grandes obstáculos é a própria convivência, afinal cada
uma de nós vem de um lugar diferente, cada uma tem sua história, seus medos,
suas saudades, seus sonhos.
Nem o profissional, por maior tempo que passe aqui, sabe o que é realmente
viver aqui.*

Prisão x liberdade, Leonilda Ramos de Freitas¹¹

O trecho acima é parte do livro *Fragmentos de vidas: Manuscritos de mulheres encarceradas*, que conta a trajetória de autoras encarceradas e apresenta suas produções de poesia a partir do Projeto Amendoeiras, realizado na Penitenciária Joaquim Ferreira de Souza. A obra é fruto de um concurso literário entre as detentas no ano de 2007. Citar a produção destas mulheres é mais uma forma de referenciá-las como produtoras de conhecimentos.

Em países localizados na região da América Latina, pesquisas acadêmicas avançam na busca de outra compreensão de mundo a partir de experiências e narrativas de seus povos. Conforme a literatura aqui privilegiada, pode-se considerar que a colonização subalterniza os grupos representados como não detentores de “saberes válidos”, tornando urgente a recondução epistemológica a partir da perspectiva *decolonial*.

As relações sociais podem ser entendidas a partir de suas produções não lineares. A construção do objeto de pesquisa e o delineamento do estudo teórico se deram a partir dos encontros de orientação, dos aprendizados nas disciplinas obrigatórias e eletivas do curso de Mestrado em Educação.

O sistema penitenciário assenta-se sobre a punição como forma real e simbólica da solução do problema, propondo, em tese, a “ressocialização” dos detentos, porque supõe que o “desrespeito” às normas esteja relacionado à falta de disciplina moral para o convívio em sociedade (FOUCAULT, 2013, p. 56). Tais premissas que não passam de pretensões falaciosas,

¹¹ Escritora/presa no presídio Joaquim Ferreira de Souza no Rio de Janeiro no ano de 2007, citada no livro: “Fragmentos de Vidas – Manuscrito de Mulheres Encarceradas/ Organização: Sandra de Almeida Figueira – 2009.

anulam a subjetividade de determinados cidadãos gradeados intencionalmente pelo sistema capitalista.

Seja no Brasil, Estados Unidos ou no contexto europeu e, embora apresentem particularidades no que se refere ao funcionamento estrutural do sistema penitenciário, deve-se convir que o interno penitenciário é, em sua grande maioria, excluído de direitos sociais relevantes e faz parte da estrutura punitiva, com a finalidade de controlar determinados corpos e criminalizar a pobreza.

Nesse sentido, a corrente teórica fundamentada na tese da Criminologia Crítica atende ao propósito de estudar o crime e seu controle, assentados nas estruturas sociais. Usando do método dialético, aponta as desigualdades econômicas e outras mazelas sociais na origem e persecução da conduta criminoso. Onde parece correto supor que o sistema penal foi instituído socialmente com o objetivo de aprisionar determinados corpos, escamoteando a exclusão social e a ganância por poder de determinados agentes empresariais e do Estado. Conforme afirma Wacquant (2001), “em detrimento de uma política social investe-se demasiadamente em uma política de execução penal.”

A urgência na atualidade está pautada na busca por novas agendas críticas criminológicas que confrontem com o sistema arcaico vigente, segundo Salo de Carvalho:

Paralelo ao desenvolvimento da criminologia institucional fortemente marcada pelo processo de colonização das ciências criminais pelos saberes psiquiátrico e psicológico comportamental, o discurso sobre o crime e a criminalidade realiza percurso alternativo. Nota-se, assim, que a unidade do pensamento criminológico nunca existiu, pois logo após o seu surgimento inúmeras e diferenciadas correntes foram desenvolvidas (CARVALHO, 2008, p. 12).

Parte-se, então, da possibilidade de ruptura com as ideologias relacionados à criminologia positivista, que segundo Carvalho, “está demarcado pelos saberes sanitaristas psiquiátricos, adquiriu feição essencialmente institucional, por estar colonizado pela sociologia, não ter rompido com a institucionalização do saber, visto que seu local acadêmico é institucional” (2008, p.13).

Importante pontuar que mesmo após inúmeras mudanças e transformações, que não se pretende demonstrar neste momento, o Direito Penal brasileiro iniciou sua jornada falaciosa para a humanização, na qual veio a ser regido pelo Código Penal e é utilizado até hoje. Para exemplificar o que foi anunciado, e demonstrar a função do direito estruturalista na garantia

pela ordem econômica e social, Nilo Batista, em sua obra *Introdução crítica ao Direito Penal Brasileiro*, argumenta:

Afirmamos, portanto, que o direito penal é disposto pelo Estado para a concreta realização de fins; toca-lhe, portanto, uma missão política, que os autores costumam identificar, de modo amplo, na garantia das “condições de vida da sociedade”, ou na “finalidade de combater o crime”, ou na preservação dos interesses do indivíduo ou do corpo social” (NILO, 2015, p.20).

O autor destaca que, “tais fórmulas não devem ser aceitas com resignação” (NILO, 2015), ou seja, precisa-se lutar contra a função hegemônica e conservadora que fomenta o controle social estabelecido pelo Direito Penal.

Por muito tempo, a percepção sobre Sistema Penitenciário evidenciou uma realidade pouco conhecida. Acredita-se que à medida que o aumento da violência cotidiana dentro e fora dos estabelecimentos prisionais extrapolaram seus limites e desafiaram a obscuridade do tratamento dado aos sujeitos ali aprisionados, os debates vieram ao público em geral.

Os movimentos sociais, a sociedade civil vem paulatinamente tomando conhecimento da degradação estrutural de um sistema penitenciário falido. Embora, longe de se alcançar um debate crítico, cada vez mais se constata a necessidade de ampliar a discussão e a pesquisa sobre o tema interdisciplinarmente nas universidades e na sociedade civil, a fim de possibilitar propostas que contribuam para a transformação, e até mesmo, a abolição do sistema penitenciário

No âmbito da pesquisa, foi imperativo assumir uma postura crítica frente aos modelos institucionais estabelecidos, com base numa leitura abolicionista e antirracista. Leituras que possam ajudar na compreensão do crime socialmente estabelecido, direcionado e seletivo, com a finalidade de alcançarmos mudanças fáticas e reais. Para esta estratégia considerou-se a importância do diálogo com as teorias da criminologia crítica e suas abordagens, tais como, a criminalização da pobreza a partir da seletividade penal, direcionado ao olhar que incrimina mulheres no Brasil, concomitantemente, com a análise das teorias críticas *decoloniais*. Estas que nos proporcionam o diálogo estrutural que problematiza corpos de mulheres racialmente encarcerados. Também foi necessário o exercício na inserção de conhecimentos outros, possíveis a partir dos aportes epistemológicos diversos relacionados ao Controle Social Punitivo e a Criminalização da pobreza.

Como já referenciado, a opção foi de analisar as cartas das presas como documentos direcionados ao ICCNNM. Deve-se considerar que há um contexto de simbologias contidas nas cartas. A partir desta afirmação, pensar que há a relação de continuidade dialógica,

informativa entre as sujeitas escritoras e os sujeitos atuantes no instituto, sugerindo um processo educativo. Alinhado ao quadro teórico de Catherine Walsh (2009), visa-se a uma pedagogia *decolonial* a partir dos escritos das mulheres em privação de liberdade que podem ensinar como é possível colocá-las em um outro lugar social. Um lugar de denúncia e de aprendizagem sobre as relações coloniais e de subalternidade.

Para o chamado “mundo do crime” no sentido clássico, aquele que cometeu algo ilícito, ou seja, algo que está tipificado como crime em nossa legislação, passará a ser privado do seu direito para que seja “reeducado” e futuramente retornar ao convívio social. Prevenindo, assim, a prática de outros delitos, ressaltando-se que a pena deve ter caráter pedagógico e aplicada de maneira harmoniosa. Esses são indícios demarcados pela aplicabilidade da lei que não reverbera na realidade existente no cárcere brasileiro.

Quando se confronta com a perspectiva do encarceramento, como forma de punição aos supostos(as) infratores da lei, esse fenômeno nos impõe a reflexão sobre a justiça que os órgãos estatais administram diante de um quadro alarmante e crescente do formato “provisório”, ou seja, sem sentença condenatória definitiva superlotando os espaços físicos. De acordo com o pensamento de Rosa Del Omo, em sua obra *A América Latina e sua criminologia*: “a prisão em si era considerada a forma mais imediata e mais civilizada de todas as penas porque reproduzia a ordem social burguesa sem os elementos que a pudessem perturbar.” (DEL OMO, 2004, p.63)

Diante desta constatação, quando se pensa em alguns países da América Latina, já se presencia repulsão à visão tradicional positivista acrítica do Direito na qual a Criminologia do século XXI está efetivamente pautada, em acepções opostas ao cárcere e baseada pela Criminologia Crítica. Sendo assim, compreendendo haver na pessoa encarcerada, decorrente da exclusão e segregação social, uma condição de vulnerabilidade, independentemente, da necessidade da flexibilização das regras de contenção do cárcere. Segundo a autora Vera Regina Pereira de Andrade, em reflexão aos ensinamentos do Criminologista Alessandro Baratta,

A Criminologia crítica se desenvolverá, pois, na esteira da criminologia radical e da nova criminologia, por dentro do paradigma da reação social e, para além dele, partindo tanto do reconhecimento da irreversibilidade dos seus resultados sobre a operacionalidade do sistema penal quanto de suas limitações analíticas macrossociológicas e mesmo causais. (ANDRADE, 2012, p.52).

A partir do entendimento de Alessandro Baratta (2003), estamos diante da mudança paradigmática do pensamento criminológico que deslocará o sujeito criminoso para a análise

de seu meio e do ambiente social que o cerca para que seja compreensível a função do sistema penal e sua abrangência na investigação criminológica, ou seja, é a priorização do indivíduo nas suas relações histórico-sociais.

Ao se adentrar no mundo do cumprimento dessas sanções, é possível perceber que não há uma adequação da lei com a realidade vivida no cárcere. Alguns estudos indicam as prisões como “Instituições totais”, assim como descreve Erving Goffman:

Quando resenhamos as diferentes instituições de nossa sociedade ocidental, verificamos que algumas são muito mais fechadas do que outras. Seu “fechamento” ou seu caráter total é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico- por exemplo, portas fechadas, paredes altas, arame farpado, fossos, água, floresta ou pântanos. A tais estabelecimentos dou o nome de Instituições totais (GOFFMAN, 1961, p.16).

As prisões, como Instituições totais, segundo Erving Goffman, “são organizadas para proteger a comunidade contra perigos intencionais, e o bem-estar das pessoas assim isoladas não constitui um problema imediato: cadeias, penitenciárias(...)” (GOFFMAN, 1961, p.24). Assim sendo, enquanto se isola um indivíduo do convívio da sociedade, outros padrões e regulamentações são criados para esses sujeitos. Além disso, há uma ilusória ideia do aprisionamento como a proteção da sociedade que não se julga partícipe desse sistema opressor.

Precisamos nesse contexto considerar, a figura das Instituições totais definidas nas teorias de Goffman (1961) que são retratadas como uma ficção sociológica, ou seja, o cárcere não é uma Instituição total por si, mas sim uma criação abstrata que controla os corpos submetidos nestes espaços com características fechadas e com regras disciplinares bem definidas. Goffman (1961) se preocupa com a pesquisa de campo, importando-se com as especificidades e o comportamento dos sujeitos que agem dentro destas Instituições totais.

Percebe-se que nas Instituições totais se dificulta o contato entre o interno e o mundo exterior, com a intencionalidade de excluí-lo completamente do mundo ao qual pertenceu, a fim de que absorva totalmente as regras internas aprisionadoras. Evitando-se, portanto, tensões prejudiciais ao seu novo processo de aprendizagem desumanizadora.

Quando integrado ao presídio, o indivíduo é usualmente despido e recebe roupas da instituição, recebe um número de identificação. *Depersonificando*, assim, a sua própria imagem. O indivíduo torna-se um preso, controlado pelas regras do sistema carcerário à luz das regras penais. Há um processo de “mortificação” (GOFFMAN, 1961) do indivíduo com a

intencionalidade de evitar ações autônomas que possam causar qualquer tipo de descompasso ao cumprimento da pena imposta. Essa é a naturalização do sofrimento:

Na admissão, a perda de equipamento de identidade pode impedir que o indivíduo apresente, aos outros, sua imagem usual de si mesmo. Depois da admissão, a imagem a imagem que apresenta de si mesmo á atacada de outra forma. No idioma expressivo de determinada sociedade civil, alguns movimentos, algumas posturas e poses traduzem imagens inferiores do indivíduo e são evitadas como aviltantes. Qualquer regulamento, ordem ou tarefa que obrigue o indivíduo a adotar tais movimentos ou posturas, pode mortificar o seu eu (GOFFMAN, 1961, p. 30).

Portanto, de acordo com o pensamento de Goffman (1961), há uma agenda institucional desumanizante na Instituição total que é construída como o objetivo de vilipendiar o corpo e alma do sujeito encarcerado, “quebrando” o *eu* dos internados transformando um novo *eu*, consciente de seu papel como criminoso. Tornando-o, portanto, mais dócil e subalternizado. Não é nenhuma novidade que vige, ainda hoje, um sistema penitenciário orientado ao modelo cruel e desumano. Maus tratos verbais e físicos, abusos sexuais, falta de higiene, superpopulação carcerária, falta de trabalho, educação e cultura, assistência médica e jurídica precárias. Ou seja, são algumas das mazelas experimentadas pelas(os) detentos em penitenciárias brasileiras.

Nessa cela, tem algum branquinho de olhos azuis da Zona Sul aí?¹²

Quando se reflete sobre os corpos aprisionados, tanto nas cadeias femininas, quanto nas masculinas, encontra-se por unanimidade a especificidade de determinado grupo social: são pobres. Em relação à etnia, estudos qualitativos e quantitativos, tais como, os promovidos pelos órgãos da justiça e pesquisas acadêmicas indicam: são negros. Ao pensar sobre a seletividade operacionalizada pelo sistema penal, que encarcera em maior número o perfil já mencionado, a autora Vera Regina Andrade, aponta que:

A seletividade é, portanto, a função real e lógica estrutural de funcionamento do sistema penal, comum às sociedades capitalistas patriarcais. E nada simboliza melhor a seletividade do que a clientela na prisão, ao revelar que a construção (instrumental e simbólica) da criminalidade- a criminalização- incide seletiva e de modo estigmatizante sobre a pobreza e exclusão social,

¹² Indagação mencionada por José Carlos Brasileiro ao visitar uma das celas do Presídio Evaristo de Moraes no Rio de Janeiro.

majoritariamente de cor não branca e masculina, e apenas residualmente (embora de forma crescente) feminina (ANDRADE, 2012, p. 138)

De acordo com o pensamento de Andrade (2012), a seletividade é operacionalizada de forma regulada e “direcionada para homens jovens, pertencentes aos mais baixos estratos sociais e em grande medida não brancos”, e acrescenta-se, ainda a problematização do crescente encarceramento de mulheres que compõem esse mesmo perfil. A desigualdade na operacionalização do sistema jurídico penal, portanto, discrimina e reafirma o racismo existentes nas esferas institucionais e no imaginário do senso comum desta sociedade.

Rita Segato considera que: “El “color” de las cárceles es el de la raza, no en el sentido de la pertenencia a un grupo étnico en particular, sino como marca de una historia de dominación colonial que continua hasta nuestros días.¹³”(SEGATO, 2013, p.245). A autora faz uma crítica ao ambiente prisional latino-americano ocupado pela população não branca como reflexo de um mundo colonial. Também de acordo com a obra *Cor e Criminalidade* de Carlos Antônio Ribeiro:

Segundo autores, como Nina Rodrigues e Euclides da Cunha, os pretos e pardos tem uma propensão biológica para o crime. Já Nelson Hungria e Arthur Ramos afirmam que os pretos e pardos tem mais tendências criminais porque se encontram num estado de “atraso cultural”. Todos esses autores, assim como o pensamento do senso comum na sociedade brasileira, acreditam que negros e pobres cometem mais crimes do que brancos e ricos (RIBEIRO, 1995, p. 143).

O referido autor desenvolveu um estudo crítico entre as décadas de 1900 e 1930 sobre cor e criminalização. A partir de vários processos judiciais, no Estado do Rio de Janeiro, constatou que a “representação social que relaciona cor ou raça e criminalidade” contribuía para aumentar as probabilidades de condenação de pessoas pretas e pardas e diminuir as chances de condenação entre brancos acusados de um mesmo delito.” (RIBEIRO, 1995, p. 144). De acordo com essas premissas, sugerir que pobres e pretos são mais propensos ao crime do que ricos e brancos é parte de um processo colonial e racista que se perpetua por séculos não apenas no Brasil, mas no mundo.

Vera Regina Andrade destaca a continuidade do suplício sobre os corpos que são seletivamente criminalizados, torturados e exterminados. Quando ela discorre sobre o

¹³ A cor da prisão é a da raça, não no sentido de pertencer a um determinado grupo étnico, mas sim como uma marca de uma história colonial que continua até hoje. (tradução livre)

aprisionamento nos países latino-americanos, incluindo o cárcere brasileiro, dá a seguinte ênfase:

(...) é a crueldade, a tortura, o extermínio; ou seja, na América latina, a Criminologia crítica tem demonstrado que há uma dose muito maior no aprisionamento, e que esta violência tem que ver com as condições históricas concretas de nossa formação social e econômica. Aqui, a violência contra os corpos nunca saiu de cena, sobretudo, contra os corpos negros e pobres das periferias brasileiras. (ANDRADE, 2012, p. 309)

Sob a égide de um sistema penitenciário falido, acompanhamos o *superencarceramento*, em especial, o encarceramento desenfreado de mulheres nos últimos anos. Desse modo, reforçando os estereótipos machistas nos quais residem o controle social seletivo e desigual sobre o corpo feminino. Logo, como um sistema social, a penitenciária representa uma tentativa de criação e manutenção de um grupamento humano submetido a um regime de controle total. Quando são citados dados estatísticos em relação ao cárcere feminino e suas especificidades, de acordo com dados do Sistema Nacional de informação Penitenciária (INFOPEN), no período entre os anos de 2000 a 2014, percebe-se que a População carcerária feminina subiu de 5.601 presas para 37.380. Assim, configurando-se um crescimento de 567% em 15 anos. A maioria dos casos é por tráfico de drogas, motivo de 68% das prisões. Os dados integram o INFOPENMulher que, pela primeira vez, aprofunda a análise com o recorte de gênero.

Complementando os dados estatísticos, na referência à cor dessas mulheres que ocupam o cárcere brasileiro, segundo o INFOPEN, no total, as mulheres representam 6,4% da população carcerária do Brasil, que é de aproximadamente 607 mil detentos. O estudo também revelou que a maioria das mulheres presas no país (68%) é negra, enquanto 31% são brancas e 1%, amarela. No Acre, 100% das detentas eram negras em junho de 2014. Quanto à faixa etária, cerca de 50% das mulheres encarceradas têm entre 18 e 29 anos; 18%, entre 30 e 34 anos; 21%, entre 35 e 45 anos; 10% estão na faixa etária entre 46 e 6º anos; e 1%, tem idade entre 61 e 70 anos. Quanto à escolaridade, apenas 11% delas concluíram o Ensino Médio e o número de concluintes do Ensino Superior ficou abaixo de 1%. Metade das detentas (50%) possui o Ensino Fundamental incompleto e 4% são analfabetas.

De acordo com as estatísticas apresentadas, é importante reiterar que é necessário o reconhecimento de que a mulher pertence a um grupo de vulnerabilidade nesta sociedade patriarcal, e esta característica permanece na sua inserção na população carcerária. Segundo estudos recentes apontados por Luciana Boiteux:

Dados da América latina apontam que as detentas, em geral, são chefes de família e responsáveis pelo sustento dos filhos. Sabemos inclusive que 80% delas são mães, ou seja, quando privadas de liberdade, além de serem abandonadas por seus companheiros, são ainda privadas forçosamente do contato diário e do cuidado de seus filhos, os quais passam a ser criados por avós ou tias. Apesar de condenadas por crimes sem violência, elas são mais facilmente selecionadas pelo sistema penal justamente por estarem em situação de extrema vulnerabilidade (BOITEUX, 2016, p.05).

Sobre o perfil dessa mulher, que é em sua maioria jovem, negra, mãe, pobre, chefe de família, que não teve acesso à escolaridade, e exerce atividade laboral informal, recai uma espécie de reprovação moral perante a sociedade. Fato esse que vai além dos crimes praticados, tornado o fardo mais pesado para elas do que para os homens que se encontram na mesma situação. Desse total, conforme os dados das pesquisas, a maioria encontra-se em condições precárias, sobrevivendo em amontoados de pessoas sem esperança de justiça e expectativas de vida. São mulheres ignoradas pela sociedade.

No caminho percorrido, buscou-se compreender como se configura a *colonialidade* e os padrões de poder *eurocentrados*. Essa que é base fundante da invisibilidade de outros povos e destruição do mundo não europeu. O quadro teórico proposto por Aníbal Quijano (2005) privilegia constructos indispensáveis para as análises, tais como, as que pretendeu-se realizar nos estudos do ir e vir com as cartas das mulheres em privação de liberdade.

Para Quijano, o estabelecimento de um novo padrão de poder europeu, a partir do eurocentrismo “não é, exclusivamente, a perspectiva cognitiva dos europeus, ou apenas dos dominantes do capitalismo mundial, mas também do conjunto de educandos sob a sua hegemonia.” (2010, p. 86). A perspectiva eurocêntrica de se pensar o mundo naturaliza e elimina deliberadamente os produtores de saberes dos indivíduos inseridos nesse padrão de poder, tornando o conhecimento unilateral válido, ou seja, os valores sociais, econômicos e epistêmico do branco.

Uma das principais elaborações das relações de dominações foi a invenção da categoria raça. Tornou-se um potencial instrumento de dominação social que perdura até os dias de hoje, “a raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial” (QUIJANO, 2005, p.19).

Dessa forma, acredita-se que as relações de poder estabelecidas a partir da categoria de raça tornou possível a categorização de sujeitos inferiorizados, como dominados ou colonizados

que estariam fadados ao extermínio, à miséria e ao aprisionamento, assim como tem sido problematizado até os dias atuais. Sendo assim, “a cor da pele foi definida como marca “racial” diferencial mais significativa, por ser mais visível, entre os dominantes/ superiores ou “europeus”, de um lado, e o conjunto dos dominados /inferiores “não-europeus”, do outro”. (QUIJANO, 2010, p.120)

Aníbal Quijano está comprometido com o pensamento crítico latino-americano e figura como um dos precursores. Seu artigo “Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina” se compromete a pensar as influências negativas europeias que sequestraram os modos de vida, a cultura e a personalidade da humanidade dos que vivem ao Sul. Como desdobramento de uma análise hoje indispensável, acredita que o advento da colonização, apresenta-se de forma sofisticada na sociedade através da “*colonialidade* do poder”. Como alternativa para que a América Latina possa se reconstruir a partir do resgate de sua própria história, propõe medidas descolonizadoras através da resistência e lutas dos povos contra os domínios eurocêtricos. Portanto, assumir o posicionamento político de desconstrução de toda forma de opressão se faz possível para as reflexões que envolvem este estudo.

Mesmo que a questão da existência de raças inferiores tenha gerado desdobramentos mais complexos como a escravidão, no passado, e exploração, no presente, o processo do colonialismo trouxe profundas marcas para a população negra relacionado à não-existência. De acordo com Frantz Fanon:

O mundo colonial é um mundo maniqueísta. Não basta ao colonizador limitar fisicamente o colonizado, com suas polícias e seus exércitos no espaço do colonizado. Assim, para ilustrar o caráter totalitário da exploração colonial, o colonizador faz do colonizado uma quinta-essência do mal (FANON, 1979, p.31-32).

De acordo com as teses de Fanon (1979), o colonizador estigmatiza o colonizado, deslocando os seus saberes, sua identidade e sua cultura e (re)significa sua existência deixando-o à margem da sociedade. Nas principais obras de Frantz Fanon o autor revela a preocupação com a identidade negra “sequestrada” pelo colonizador, e reafirma a presença da *colonialidade* na sociedade colonizada e propõe que as massas colonizadas estejam dispostas a lutar pela emancipação de seu povo e conquistar o resgate de sua identidade a partir da descolonização.

Importante enfatizar que o levantamento de conceitos, tais como, *colonialidade* e *descolonização* são essenciais para legitimar os argumentos referentes à existência de pessoas que foram subalternizadas pela sociedade dominante e que se encontram encarceradas no sistema penitenciário. Levando-se em conta a criminalização desses sujeitos não somente

porque cometeram crimes, que justificam legalmente sua prisão, mas porque participam de um processo com raízes coloniais. Embora o processo de escravidão tenha sido extinto ao longo do tempo, a forma de exploração e segregação dos sujeitos latino-americanos não desapareceu e sim deu espaço a criação da *colonialidade*, que permanece em consonância com o mundo globalizado, no qual se vive, onde a lógica hegemônica fomenta a desumanização:

A descolonização jamais passa despercebida porque atinge o ser, modifica fundamentalmente o ser, transforma espectadores sobrecarregados de inessencialidade em atores privilegiados, acolhidos de modo quase grandioso pela roda viva da história. Introduce no ser um ritmo próprio, transmitido por homens novos, uma nova linguagem, uma nova humanidade. A descolonização é, em verdade, criação de homens novos (FANON, 1979, p.26).

Conforme o destaque acima, *decolonizar* ou descolonizar o pensamento dominante é visibilizar as lutas contra a *colonialidade*, privilegiando as práticas sociais, epistêmicas e políticas. Busca-se, pois, a emancipação de toda forma existencial do sujeito subalterno.

Partindo do princípio que estudam-se grupos considerados excluídos da humanidade, que são as mulheres encarceradas. Propõe-se, aqui, o estudo interdisciplinar entre aportes pautados na criminologia, *colonialidade* e educação, com a finalidade de ir ao encontro de caminhos outros, emancipatórios e não hegemônicos. Ao longo do referido estudo, reflete-se sobre a importância epistêmica e acadêmica na percepção dos danos que causam a permanência da *colonialidade* na sociedade. A aura colonial permanece operacionalizando a desumanização de determinados grupos racial e economicamente excluídos e também afeta o sistema de justiça brasileiro vigente. Segundo Rita Segato, pode-se considerar a existência da “*colonialidade da justiça*” orientado ao encarceramento de sujeitos *racializados* nos países da América Latina:

Negar la racialización de las cárceles sería contradecir la experiencia. Es por eso que necesitamos, para poder tratar este secuestro de la raza, una teoría de la colonialidad, de la continuidad de la estructura colonial en el presente. Era inevitable el cruzamiento, más tarde o más temprano, entre la crítica criminológica, con sus importantes análisis de la selectividad de la justicia, y la perspectiva de la colonialidad.¹⁴ (SEGATO, 2013, p.258)

¹⁴ Negar a racialização das prisões contradiz a experiência. É por isso que precisamos lidar com esse sequestro de raça, uma teoria da colonialidade da estrutura colonial no presente. Era inevitável o cruzamento, mais cedo ou mais tarde, entre a crítica criminológica, com suas análises importantes sobre a seletividade da justiça e perspectiva da colonialidade. (tradução livre)

Lidar com a perspectiva da *colonialidade* ajuda a pensar a negação absoluta do outro, que, segundo Catherine Walsh (2005), apresenta problemas reais em torno da liberdade, do ser e da história do indivíduo subalternizado por uma violência epistêmica. Frente a este pensamento, Walsh propõe processos educacionais a partir da *decolonização* de conceitos através do *pensamento-outro*, que teria como princípio a luta contra a não-existência, a existência dominada e a desumanização.

A mulher em situação de privação de liberdade

É urgente, portanto, priorizar as condições dos grupos encarcerados. Dentre esses grupos destacam-se, primordialmente, as mulheres negras, detentoras de saberes que são marginalizados e constantemente invisibilizados pelas instâncias superiores.

Nesse sentido, é importante considerar o espaço acadêmico propício para o desenvolvimento de pesquisas científicas que investigam o fenômeno sobre a situação da mulher encarcerada no Brasil e no mundo. Esses estudos, paulatinamente, vêm ocupando lugares no saber científico, principalmente, nas áreas jurídicas, sociológicas e antropológicas. Na área educacional, de acordo com o levantamento bibliográfico realizado, percebe-se poucas referências à temática abordada.

Para pensar a possibilidade mencionada e investigar o lugar dessa mulher encarcerada, é necessário encontrar atalhos para a compreensão dos efeitos da ineficácia do sistema penitenciário atual. É pertinente e plausível à concepção de descolonização de formas hegemônicas de dominação opressora como forma interventiva. Faz-se relevante, aqui, o pressuposto de Cláudia Miranda (2006) sobre a descolonização da consciência:

Descolonizar o pensamento, reconhecer as outras formas de interpretação da(s) história(s) são interesses de nações inteiras fixadas em acordo com o modelo civilizatório do mundo colonial. A partir deste lugar predefinido, inúmeros grupos foram racializados para atender à lógica da condição de subalternidade, assim, fixação identitária converteu-se em um produto da eficácia das relações assimétricas de poder inauguradas com o colonialismo (MIRANDA, 2006, p.53).

A “eficácia colonial” é, portanto, um dos obstáculos a ser superado quando pensamos a nossa própria formação como pesquisadores/as no campo da Educação. Sobre os lugares pré-determinados que mencionou Miranda (2006), é imperativo se assumir outros compromissos com a teoria e enfrentar a ausência de problematização acerca do tema abordado.

Seguindo a lógica da opressão colonial, Gatharry Spivak convida à reflexão diante da afirmativa: “Se no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade” (SPIVAK, 2014, p.67). Essa abordagem tem permeado a análise do estudo, aqui, apresentado e que está a partir do anseio de produzir conhecimentos “alternativos”, para desenvolver a pesquisa pautada em um pensamento *outro*¹⁵. Pensamento que anuncie possibilidades *outras* que desvelem outros lugares de enunciação.

Sendo assim, as mulheres se tornam invisíveis pelo seu confinamento ao espaço privado. O sistema patriarcal vem reforçando a relação de dominação perante as mulheres, reforçando os estereótipos em relação a elas, reafirmando cotidianamente a sua suposta inferioridade intelectual, de sua dependência emocional, social e econômica ao homem, e o seu destino biológico reprodutivo.

Diante das acepções levantadas, nada mais oportuno, que a confirmação da análise de Elça Mendonça Lima, “a prisão será o lugar de se reabilitar a mulher e seus instintos “positivos” (domésticos) (LIMA, 1983, p.43). Mesmo diante do lapso temporal desta análise, o seu teor permanece contemporâneo. Segundo a análise da referida autora à época da criação das penitenciárias femininas no Brasil, “A tarefa da prisão feminina é de natureza essencialmente diferente da do homem. No caso da mulher, a recuperação é referida a um espaço restrito da sociedade: o lar.” (LIMA, 1983, p.44). Tais considerações são importantes, uma vez que o sistema penitenciário contemporâneo ainda reflete um ambiente não apropriado para mulheres.

A partir da contextualização anterior sobre a mulher encarcerada e o meio social estabelecido, retoma-se o estudo que visibilizará algumas vozes de mulheres em privação de liberdade a partir de suas palavras/gritos, escritos em cartas enquanto estiveram em situação de cárcere.

A atuação no Instituto Nelson Mandela no desempenho da função de colaboradora da área jurídica, favoreceu o acesso à leitura de cartas advindas do cárcere tanto feminino, quanto masculino. Foram encontradas narrativas que se distinguem por suas complexidades e especificidades relatadas em suas histórias. Enquanto as narrativas masculinas se preocupam com o andamento de seus processos para que tão logo estejam livres do cumprimento de pena e, quase sempre, preocupam-se em demonstrar a inocência perante ao crime cometido. Já as narrativas femininas revelaram preocupações relacionadas ao contexto sócio- histórico da construção que a fizeram cometer um delito e adentram na esfera pública de punição.

¹⁵Para a proposta investigativa do Grupo Modernidad/Colonialidad esse *Outro*, marca o lugar fictício que aqueles e aquelas foram situados pelo Projeto Colonial que ainda permanece nas relações diversas no momento atual.

A intensidade dessas vozes escritas, a partir das narrativas engendradas pelo sofrimento, é um fator em relevo. Para além de manifestarem suas urgências por informação sobre a execução de sua pena, querem saber como estão os filhos, familiares e denunciam a negligência de submissão ao sistema propriamente masculino. Um aspecto curioso nas escritas femininas é o sentimento expresso pela culpabilidade de seus crimes, afirmação ao merecimento do castigo ao corpo e alma por ter infringido “a lei dos homens”. Certamente, conhecer as experiências dessas mulheres no sentido de visibilizá-las, tem sido o maior desafio deste trabalho porque se trata do universo da violência que revela a *colonialidade* do poder, do ser e do saber. Tratar dessa dor feminina é um ato político, de acordo com os ensinamentos de Andrade:

devo iniciar dizendo que o universo da violência é, antes de mais nada, um universo de dor e que se enfrentá-la como objeto teórico e de reflexão implica necessariamente um esforço de suspensão da dor: coloca-la em suspenso não implica, em momento algum, perde-la de vista ou divorciar-se dela porque é a solidariedade para com a dor e o propósito para contribuir para superá-la que motiva a tentativa de resgatar para o problema a voz dos saberes emancipatórios.(ANDRADE, 2012, p. 126)

Com a preocupação e o compromisso com a dor da sujeita encarcerada é que se desenvolveu a pesquisa com base nos aportes empíricos com as cartas. Um número expressivo de presas se correspondeu com o instituto e, dessas tantas, a maioria cumpre pena por algum delito relacionado às drogas, crimes de menor potencial ofensivo. Embora os crimes relacionados às drogas sejam os maiores responsáveis pelo encarceramento brasileiro, de acordo com a pesquisa de Boiteux, observa-se que: “O uso da prisão como resposta às drogas afeta desproporcionalmente as mulheres. Na Argentina, Brasil e Costa Rica mais de 60% da população carcerária feminina está privada de liberdade por delitos relacionados a drogas” (BOITEUX, 2016, p.4). Além de a questão que relaciona as drogas à criminalização das mulheres, também é possível perceber o controle social operando em corpos marcados em sujeitas não brancas e economicamente vulnerável.

Angela Davis problematiza a estrutura de gêneros e o sistema prisional em seu livro intitulado *Are Prison Absolet*, (2003), e revela a dificuldade de entendimento do gênero feminino diante da mulher submetida à construção social de raça e classe. Segundo Davis (2003), a mulher não branca e pobre carrega em si o estigma da criminalização a partir da sexualidade. Por essa razão, até a abolição da escravatura, a mulher negra se encontrava no regime de punição cotidiana. Legitimado pela sociedade, em alusão à punição daquela época se dá a punição de mulheres em tempos presentes.

Importante observar o contexto das desigualdades sociais e raciais considerados como elementos fundantes para o *super-encarceramento* nos últimos anos no Brasil. No que tange à violência contra a mulher, encontramos as estruturas patriarcais basilares que contribuem para esse quadro. Vera Regina Andrade analisa o controle social do gênero no patriarcado e conclui:

As pessoas do sexo feminino são tidas como membros de um gênero subordinado, na medida em que determinadas qualidades, bem como o acesso a certos papéis e esferas (da política, da economia e da justiça, por exemplo) são percebidos como naturalmente ligados a um sexo biológico e não a outro, de tal maneira que a mulher é construída como um não sujeito. (ANDRADE, 2012, p. 142)

Entende-se, então, a mulher como construção de sujeita, sequer é considerada pelo sistema, ao qual integra, que a diferencie da esfera privada social estabelecida, exercendo o papel de esposa, mãe ou trabalhadora do lar. Esses posicionamentos estão latentes nos escritos das cartas. Cartas essas que revelam a desumanização das mulheres, práticas e vivências do controle social exercido pelo Estado que indicam uma cultura de discriminação e humilhação, conforme Andrade (2012), o sistema penal deveria, a priori, proteger a integridade da mulher contra o domínio e a opressão, mas é submetida ao controle formal exercido pelo mesmo aparelho regulador.

1.1 UM PERFIL DAS MULHERES ENCARCERADAS:

As primeiras aspirações para a criação da penitenciária feminina no Rio de Janeiro surgiram em consequência da reforma penal no início dos anos 40. Esta reforma, traz novos textos legais do Código penal, inclusive a separação física entre homens e mulheres nos estabelecimentos prisionais. Dizia o Código Penal, no parágrafo segundo, no artigo vigésimo nono: “as mulheres cumprem pena em estabelecimento especial, ou a falta, em seção adequada de penitenciária ou prisão comum, ficando sujeitas ao trabalho interno.”¹⁶

A determinação legal da separação entre homens e mulheres encarcerados, parece se preocupar com a mulher infratora, porém se constituía em um planejamento para que fosse preservada a paz e a segurança interna do presídio masculino (LIMA, 1981, p.37). As prisões femininas brasileiras se constituíram sob os fundamentos de privilegiar os homens em 1942,

¹⁶ Código Penal, Decreto-Lei n° 2848 de 07 de dezembro de 1940.

tendo como o Distrito Federal (Rio de Janeiro) como pioneiro na criação da Penitenciária de Mulheres.

Os estudos relacionados à prisão de mulheres são bastante escassos nas diferentes áreas das ciências. Ao longo do estudo, com a finalidade de situar o sistema prisional feminino no Estado do Rio de Janeiro, de onde parte a pesquisa, vai-se ao encontro da pesquisa de monografia para conclusão do curso em Direito intitulada, “Origens da prisão feminina no Rio de Janeiro. O período das freiras (1942-1955)”, desenvolvida pela autora Elça Mendonça de Lima. Esta, realiza o primeiro levantamento histórico da prisão para mulheres no Brasil, ou seja, baseada em documentos administrativos da Penitenciária de mulheres da Capital Federal (Rio de Janeiro).

De acordo com o estudo referenciado, é possível identificar que a criação e o estabelecimento da prisão feminina, no Rio de Janeiro, aconteceu ancorada pela reforma que vilipendiava a mulher. A ideia precípua em domesticar religiosamente a mulher infratora, a partir das instituições penais, era projeto de não emancipação dessas mulheres que adentravam no mercado de trabalho à época. Em outros termos, “a prisão feminina é, nesse sentido, o ponto de máxima realização desse ideal, isto é, o espaço na sociedade que é reservado para a mulher, o lar, é uma cópia ideal e vice-versa, da prisão feminina” (LIMA, 1981, p. 58).

Nesse contexto, em 1983, os estudos de grande relevância, desenvolvidos por Julita Lemgruber, vem revelar a análise da prisão para mulheres a partir dos estudos pautados na Instituição Penal Talavera Bruce, criada em 1943 no Estado do Rio de Janeiro. A autora indica que esta penitenciária se destinava a abrigar mulheres e, ao longo dos anos 70, a instituição também se destinou às presas políticas. Na década de 80, o estado do Rio de Janeiro abrigava as mulheres infradoras que aguardavam julgamento no Presídio da Água Branca e no Talavera Bruce se destinaria as mulheres condenadas. (LEMGRUBER, 1983).

O espaço carcerário feminino no Rio de Janeiro se expandiu em novas estruturas físicas ao longo desses anos, mas essas mulheres infradoras ainda continuam invisibilizadas pelo sistema, tanto por se constituírem em menor número em relação ao cárcere masculino, quanto por sua condição feminina e suas especificidades. À época, o contingente de mulheres presas não ultrapassava 6% em relação ao cárcere masculino em 1943 (LIMA, 1981, p.32) e atualmente elas representam 6,4% da população carcerária no Brasil até 2014, segundo dados disponibilizados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Ao longo desses últimos anos, algumas estruturas foram destinadas ao aprisionamento de mulheres na região metropolitana do Rio de Janeiro. Alguns presídios se localizam no bairro de Bangu, no Complexo do Gericinó, região da Zona Oeste, tais como: Presídio Nelson Hungria

(Bangu 7), Penitenciária Talavera Bruce, Cadeia pública Joaquim Ferreira de Souza (Bangu 8) e a Unidade Materno Infantil. Na região Norte da cidade, no bairro de Benfica, encontramos o Instituto Penal Oscar Stevenson.

Sobre o posicionamento espacial da maioria dos presídios femininos, estão afastados dos grandes centros urbanos da cidade do Rio de Janeiro. A dificuldade de acesso é uma realidade para muitas famílias que dependem do transporte público escasso para determinada região, dificultando assim, o convívio social com as apenadas. Na figura abaixo, está ilustrada a referida localização destes estabelecimentos prisionais:



(Fonte: Google Maps – 2017)

Importante localizar esses espaços carcerários. Deles partem as cartas das mulheres encarceradas escritoras recebidas pelo ICCNNM. Para além dessa questão, cabe conhecer os recentes dados oficiais sobre o encarceramento de mulheres no Brasil e no Rio de Janeiro, realizados pelo Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPENMulheres) que mostram uma realidade de descaso com esta população feminina.

De acordo com os dados divulgados pelo CNJ, a população penitenciária brasileira chegou a 622.202 pessoas em dezembro de 2014. É um número alarmante que enquadra o Brasil no terceiro lugar no ranking do *super-encarceramento* no mundo. Quando se analisou o cárcere feminino, constatou-se um crescimento no encarceramento das mulheres de 567% em 15 anos, ou seja, essa população subiu de 5.601 para 37.380 detentas entre os anos de 2000 e 2014.

No que tange à realidade no estado do Rio de Janeiro, percebemos que os números apontam para o *super-encarceramento* no Estado, assim como no Brasil. Segundo os dados disponibilizados pelo INFOPENMulher, entre os anos de 2007 e 2014, houve um aumento de 271% no encarceramento feminino, ou seja, em 2007 existiam 1.116 mulheres presas e em 2014 esse número subiu para 4.139 presas. Nesse mesmo período, o encarceramento masculino subiu 62%.

Quanto ao aumento desenfreado do encarceramento feminino, as pesquisas apontam dados alarmantes para esta análise. No ano de 2013 havia 1.618 mulheres presas, enquanto em 2014 esse número subiu para 4.139 presas, ou seja, no período de um ano apenas, o número de encarceramento de mulheres infratoras quase triplicou no estado do Rio de Janeiro.

Para a pesquisa, esses dados podem revelar a urgência na relevância dos estudos empíricos através das cartas ao analisar o recebimento das mesmas pelo Instituto Nelson Mandela entre os anos de 2010 a 2016. Verificamos a constatação de um aumento repentino do volume de cartas recebidas entre os períodos de 2013 a 2016. E neste período, as cartas advém majoritariamente dos presídios destinados ao cumprimento de pena em regime fechado.

Não obstante ao encarceramento crescente de mulheres, as pesquisas revelam o perfil desta população a partir de aspectos distintos que abrangem a faixa etária, a natureza da prisão, escolaridade, raça e razão do seu encarceramento (INFOPENMulher, MJ, 2014, p.20). Ou seja:

Em geral, as mulheres em submetidas ao cárcere são jovens, têm filhos, são as responsáveis pela provisão do sustento familiar, possuem baixa escolaridade, são oriundas de extratos sociais desfavorecidos economicamente e exerciam atividades de trabalho informal em período anterior ao aprisionamento. (INFOPENMulher, 2014, p. 05)

De acordo com os dados disponibilizados pelas pesquisas do INFOPENMullher até o ano de 2014, acredito na pertinência da apresentação dos dados relacionados ao perfil das mulheres encarceradas no Rio de Janeiro em diálogo com as cartas em análise.

Da análise realizada com as cartas foi possível observar, segundo os depoimentos das mulheres escritoras, que as cartas falam por si mesmas e indicam o perfil carcerário feminino a partir de suas narrativas que revelam memórias anteriores ao encarceramento em paralelo com

o cotidiano experimentado no espaço carcerário. Para tanto, pretendo demonstrar um panorama das categorias apresentadas pelos dados existentes e as demandas representadas pelos fragmentos das cartas.

1.2 A POPULAÇÃO CARCERÁRIA FEMININA: DADOS A PARTIR DAS NARRATIVAS

Inicialmente apresento alguns fragmentos que compõem as cartas redigidas pelas mulheres encarceradas escritoras. Não pretendo analisar profundamente estes escritos e sim desvelar o perfil das internas a partir de si mesmas, apresentando sua relevância cruzando com os dados disponibilizado em pesquisas oficiais vigentes sobre o cárcere feminino. Não foi possível fazer um levantamento quantitativo sobre o perfil dessas mulheres somente pelas cartas, que demandaria uma pesquisa mais abrangente, mas consideramos de grande importância pontuar o que estas vozes encarceradas podem representar neste campo científico.

Contudo, pretendemos abranger aspectos relevantes desde a natureza da prisão, tipo de regime, raça/cor/etnia da mulher privada de liberdade, escolaridade, razão de sua prisão apresentados na maioria das cartas analisadas. Esse conjunto de dados, refletidos qualitativamente pode nos indicar pistas sobre as eventuais discrepâncias de um sistema criminal direcionado a uma população especificada que ocupa o cárcere.

Quanto a natureza do crime e faixa etária:

Nas narrativas das cartas analisadas, encontramos o crime de tráfico de drogas e associação ao tráfico como o protagonista responsável pelo encarceramento de mulheres no Rio de Janeiro, mais especificamente àquelas que estão submetidas ao cumprimento de pena em regime fechado. As cartas recebidas do Instituto Penal Talavera Bruce e do Presídio Nelson Hungria revelam esta realidade concomitante relacionados com as mulheres infratoras jovens:

(...)faz dois anos que estou presa, fui presa com 18 anos por uma burrice aceitei fazer um bonde para levar drogas para Bahia para receber apenas 1000 reais (EVA, Nelson Hungria, junho de 2014)

(...)tenho 27 anos, sou moradora de Petrópolis, fui presa em Petrópolis com 13 anos de cocaína, fui sentenciada há 9 anos e alguns meses eu acho, eu e

mais 1 mulher. Já estou presa há 8 meses, sou ré primária, eu nunca tive nenhum problema com a justiça. (SIMONA, Nelson Hungria, agosto de 2014)

(...)tenho 23 anos, 4 filhos. Fui presa no dia 20 de outubro de 2013 por tráfico, mas quando comecei há traficar, eu estava só apenas a três dias, nessa vida eu nunca mais quero estar, quero arrumar um trabalho de carteira assinada e cuidar da minha família. (ZACIMBA, Nelson Hungria, maio de 2014)

Fui presa no dia 07 de outubro de 2008 na ponte Rio Niterói pela Polícia rodoviária federal, fui presa com 1 quilo de cocaína, eu e mais um parceiro que era mota -táxi e fomos para a delegacia de Niterói e lá assumi toda a culpa e vim transferida para o presídio Nelson Hungria. Hoje eu estou com 21 anos. (HELENA, Nelson Hungria, abril de 2010)

Ao iniciar a leitura das cartas, onde as mulheres se identificam com idade abaixo dos 34 anos, se faz afirmativa a vinculação desta com os crimes relacionados às drogas. Segundo os dados estatísticos, é percebido que o perfil etário da mulher encarcerada repete o padrão nacional jovem em quase todos os estados. Temos que 50% das mulheres encarceradas têm entre 18 e 29 anos (INFOPENMulher, 2014, p.22). Quando falamos especificamente do estado do Rio de Janeiro, as cartas sugerem que estamos tratando de mulheres jovens acompanhando a média nacional.

Os relatos acima transcritos revelam o universo da maioria das cartas analisadas. Menciono que, como estamos tratando de cartas advindas dos presídios em regime fechado, outros crimes tais como, homicídios, roubo e estelionato também são mencionados, porém em menores proporções.

Mulheres estrangeiras

No que concerne ainda ao crime de tráfico de drogas, as mulheres encarceradas estrangeiras são escritoras frequentes, principalmente àquelas advindas dos países africanos e da América Latina.

Eu sou estrangeira naturalidade da Venezuela. Não entendo porque está hoje estou presa. Eu fui presa no dia 16/09/2009 acusada de tráfico de drogas no aeroporto galiano no Rio de Janeiro, sem drogas comigo, mas estava com outra pessoa que estava com drogas na mala sem que eu soubesse e ela já foi embora e eu estou presa sem entender o motivo. (SHIRLEY, Talavera Bruce, maio de 2014)

Não tenho família no Brasil, e da minha em Angola, recebo notícias através de cartas e nenhuma ajuda financeira, pois os mesmos são providos de poucos rendimentos financeiros (...). Preciso de material de limpeza e higiênico. (DAYSE, Talavera Bruce, julho de 2014)

Segundo dados do INFOPEN Mulher, em junho de 2014 existiam 2.778 estrangeiros no sistema prisional brasileiro, sendo 21% mulheres e 79% homens. 53% das mulheres estrangeiras no sistema prisional vieram da América, 27% da África e 13% da Europa. Embora o referido relatório não revele o quantitativo de estrangeiras nos presídios do Rio de Janeiro, as cartas mostram a sua presença e inclusive revelam as dificuldades que as mesmas encontram para acessar os mecanismos da justiça.

Mulheres negras

Faz-se, porém, referência ao corpo negro enclausurado. As estatísticas mencionadas são evidentes ao categorizar o grupo de pretas e pardas como população predominantes nos presídios femininos no Brasil e, principalmente, no Rio de Janeiro, onde 86% das mulheres encarceradas são negras, segundo dados disponibilizados pelo INFOPENMulher.

Nas narrativas das mulheres encarceradas, não há um percentual significativo de auto identificação relacionado à raça. Muitas anunciam, porém, os indícios da negritude presentes a partir das suas histórias de vida, tais como, a vida pregressa antes do recolhimento à prisão. São sujeitas que possuem uma trajetória de desumanização ao longo da vida, na qual o encarceramento é o ápice do controle social, onde, também, o Estado exerce frente a esta mulher. Consideramos importante, então, elucidar a narrativa de uma mulher negra encarcerada a seguir:

Meu nome é Nanci¹⁷, venho através dessa ti pedir encarecidamente sua ajuda. Pois por ser negra, estou sofrendo uma grande injustiça da nossa Polícia brasileira e do poder(...) o meu sonho é estudar Direito e me especializar em Previdência Social, como não tive condições de estudar, comecei trabalhar sozinha e me envolvi com drogas. (NANCI, Nelson Hungria, julho de 2010)

Chama-se a atenção para o posicionamento da mulher negra que denuncia a repressão sofrida pela polícia brasileira. Nos tempos atuais, é possível observar o Movimento negro que vem denunciando a criminalização e o genocídio da população negra no Brasil. Nessa linha, movimentos de mulheres negras vêm ampliando a problematização racial e fomentando a discussão do aprisionamento das mulheres negras no país. Portanto, o cárcere feminino tem cor e é preta.

¹⁷ Nome fictício

Dentre os grupos vulneráveis, portanto, a criminalização e o controle social destacam-se primordialmente as mulheres negras, detentoras de saberes que são marginalizados e constantemente invisibilizados pelas instâncias superiores. Essas mulheres são impedidas de serem ouvidas ou serem visíveis na sociedade que privilegia a ordem estabelecida. Para elas, sobrevieram os subempregos e nenhuma esperança de ascensão social. De acordo com a intelectual, ativista negra e feminista Sueli Carneiro (2011):

As mulheres negras brasileiras compõem, em grande parte, o contingente de trabalhadores em postos de trabalho considerados pelos especialistas os mais vulneráveis do mercado, ou seja, os trabalhadores sem carteira assinada, os autônomos, os trabalhadores familiares e os empregados domésticos (CARNEIRO, 2011, p.129).

De acordo com a autora, a mulher negra permanece ocupando espaços de subalternidade na sociedade brasileira e se encontra sujeita à violência cotidiana. Acredita-se que este indicativo se remete à urgência nas implementações de medidas eficazes que oportunizem o acesso à dignidade da pessoa humana para as mulheres negras dentro e fora do cárcere.

Mulheres pobres

Acredita-se na importância de levantar a problematização da pobreza no contexto do encarceramento feminino. Embora não haja dados que revelem o perfil econômico dessas mulheres na pesquisa realizada pelo INFOPEN Mulher, os dados somente mencionam as mulheres encarceradas serem oriundas de extratos sociais desfavorecidos economicamente no Brasil. Por outro lado, segundo a análise das cartas, grande parte das mulheres encarceradas, no Rio de Janeiro, são assistidas pela Defensoria Pública do Estado, revelando as suas hipossuficiências. Talvez, por essa questão situacional, muitos escritos demandam sobre a ciência dos andamentos processuais e clamam pela assistência jurídica célere.

O senhor pediu para lhe escrever porque iria estudar o meu caso para tentar me ajudar, não tenho condições nenhuma para contratar advogado pois não temos condições financeiras para isto. Minha mãe se encontra com problemas de saúde e tenho 7 filhos. (ELLA, Nelson Hungria, maio de 2014)

Sr. José Carlos Brasileiro venho por meio desta lhe pedir ajuda, pois eu gostaria de saber o andamento do meu processo, uma vez que não tenho advogado para me passar tais informações. (ANNA, Talavera Bruce, dezembro de 2016)

Percebe-se, pois, a vulnerabilidade social que estas mulheres carregam em suas vidas pregressas ao encarceramento. A Criminalização da Pobreza é latente quando identificamos relatos de miserabilidade nas narrativas apreendidas.

Escolaridade das mulheres

Os dados obtidos mostram que apenas 4% das mulheres encarceradas são analfabetas, em relação aos 5% dos homens; 11% das mulheres encarceradas concluíram o Ensino Médio, e somente 7% dos homens encarcerados se encontram neste nível de escolaridade.

Verifica-se, com isso, que nos estudos apontados pela pesquisa, 100% das mulheres presas no Estado do Rio de Janeiro entre os anos de 2010 a 2014 cursaram somente até o Ensino Fundamental incompleto. Esse dado é tensionado a partir da leitura das cartas em que mulheres indicam frequentar cursos de qualificação profissional oferecidos por projetos dentro dos estabelecimentos prisionais. Algumas indicam possuir o Ensino Médio completo e aprovação para o concurso do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para que possam pleitear vagas nas universidades. Em outras palavras, mesmo que não haja uma relevância quantitativa para uma comparação fidedigna desses dados, a partir do levantamento dessas narrativas, que se localizam no ano de 2014, é possível mostrar outra realidade existente relacionada à questão educacional das mulheres privadas de liberdade. Conforme se comprova com alguns exemplos:

Eu estudei no sistema durante 1 ano, mas a remissão não bateu no sistema. Fiz uma prova que fui parabenizada com um notebook pois recebi boas notas. Fui até parabenizada no Palácio Guanabara pelo meu comportamento e esforço de voltar a estudar (AMY, Talavera Bruce, janeiro de 2014)

Estou remindo minha pena na escola fazendo o 2º grau e eu fiquei sabendo que se eu me formar abate a minha pena, não tenho parte disciplinar, sou réu primária. (FANNIE, Talevera Bruce, novembro de 2014)

Não há a pretensão, aqui, de indicar que as mulheres encarceradas no Rio de Janeiro são escolarizadas em detrimento da realidade indicada em outros estados do Brasil, mas evidenciar que as cartas mostram a multiplicidade do nível educacional das mulheres que ocupam o cárcere.

2. INSTITUTO DE CULTURA E CONSCIÊNCIA NEGRA NELSON MANDELA:

Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender e, se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar.”

Nelson Mandela

A citação acima, faz referência ao ideal vislumbrado pelas(os) sujeitas(os) fundadoras(es) do Instituto Nelson Mandela e se encontra presente em diversos documentos e projetos produzidos por essa equipe. José Carlos Brasileiro explica sobre o porquê:

Eu vivi e vi a situação que a sociedade desconhece. Eu hoje até entendo bem aquela frase do Mandela: que ninguém nasce odiando outra pessoa, para a aprender a odiar você pode aprender a amar também. Então eu uso essa frase no sentido assim: é preciso amar as pessoas(...) tem uma música que diz isso. É preciso amar as pessoas como se não houvesse o amanhã, porque, as pessoas têm o dom de errar e eu vi muita gente inocente dentro da cadeia, inocente no sentido de crime leve coisa que não tem que ir para a penitenciária. Eu também vi, 27 pessoas morrendo coladas na parede na galeria A15, torrou os companheiros, aquele cheiro de carne queimada, o agente penitenciário tacou uma bomba dentro da cela, derreteu todo mundo. É só vê aí, procura nas pesquisas, de oitenta e tal, verdadeiro terror. Então, só quem conhece a cadeia é quem viveu na cadeia. Tem muitas pessoas que falam de cadeia na teoria, mas não conhece. (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2016)

Brasileiro descreveu sobre o seu passado sombrio enquanto esteve encarcerado, e os aprendizados adquiridos durante esse período. Na perspectiva de se identificar como cidadão dentro cárcere, ele encontra na resistência outros agenciamentos para o enfretamento de seu cotidiano no espaço prisional. Em sua biografia está registrada o vínculo com o ideário do Movimento Negro Brasileiro, como um posicionamento de luta, dentro e fora do sistema prisional.

De acordo com Maria da Glória Gohn (2011), para definir movimentos sociais: “Nós os encaramos como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas” e segundo Petrônio Domingues (2008, p.101) “Movimento negro é a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural”. Notadamente, é nesse conjunto de demandas que está localizada a questão de fundo presente nas cartas selecionadas, nesta pesquisa, sobre narrativas de presas.

Embora o foco principal deste estudo esteja voltado para a análise das cartas de mulheres encarceradas, esses documentos estão intrinsicamente relacionados a identidade do Instituto de Cultura e Consciência Negra Nelson Mandela para esta população.

Podemos supor que estamos frente às possibilidades outras de se pensar a educação, a partir dos movimentos das experiências de sujeitas que reagem à opressão que lhes são impostas ao longo de suas trajetórias de vida. Convém ressaltar, ainda, que não houve intenção de esgotar as possibilidades que envolvem a referida instituição e sim conhecer a dinâmica de intervenção reconhecida nas hipóteses que impulsionaram esse estudo.

No ir e vir das narrativas das cartas, aqui em relevo, alcançou-se deslocamentos que devem ser interpretados como positivos e redirecionar o olhar para as lutas engendradas em instituições do Movimento Negro foi um dos aspectos valorizados. Nesse sentido, o instituto promoveu um ideário emancipatório, uma vez que na sua proposta multidimensional, foi revelador visibilizar algumas nuances da luta que emergem das decisões e encaminhamentos promovidos.

Desse modo, alinhando-se ao pensamento de Paulo Freire, foi possível perceber que somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos. Assim, superando sua “conivência” com o regime opressor. “Se essa descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que parece ser fundamental é que essa ação não se cinja a mero ativismo, mas esteja associada a sério empenho de reflexão, para que seja *práxis*.” (FREIRE, 1987, p.29)

Segundo Freire, quando o oprimido faz o reconhecimento do seu opressor nasce uma força que pode (re)significar a busca da liberdade, no tocante à realidade vivida no cárcere, intensifica-se a busca da legitimação de direitos mais básicos e garantidos por lei reconhecendo criticamente o espaço que ocupam. Diante dessa perspectiva, aparecem as ações dos movimentos sociais como protagonistas que viabilizam os cumprimentos desses direitos relegados pelo Estado opressor.

As ações proporcionam dinâmicas coletivas que adotam diferentes estratégias e almejam a emancipação, e de acordo com Santos (2013):

[...] mesmo que as novas opressões não devam fazer perder de vista as velhas opressões, a luta contra elas não pode ser feita em nome de um futuro melhor, numa sociedade a construir. Pelo contrário, a emancipação porque se luta visa transformar o cotidiano das vítimas de opressão aqui e agora e não num futuro longínquo. A emancipação começa hoje ou não começa nunca (SANTOS, 2013, p.254).

Sendo assim, a *práxis* na construção da proposta interventiva para emancipação urgente dessa população encarcerada via Instituto de Cultura e Consciência Negra Nelson Mandela se desencadeia através de seus agentes que atuam em frentes multidisciplinares interferindo diretamente para visibilizar o preso(a). Para tanto, há a necessidade do reconhecimento das lutas antirracistas travadas para a continuidade da atuação com a população carcerária, que é em sua maioria negra.

2.1 O PRESO PEDE SOCORRO: SURGE O INSTITUTO DE CULTURA E CONSCIÊNCIA NEGRA NELSON MANDELA

Neste momento, é imprescindível, considerar que a articulação para a criação do Instituto de Cultura e Consciência Negra se deu em meio à efervescência política dos movimentos negros no Brasil. Nos momentos entre as décadas de 80 e 90, configurou-se o momento favorável para que a sociedade civil pudesse compor o diálogo com as instâncias governamentais oportunizando políticas públicas para a população negra. Sob este aspecto, Nilma Lino Gomes, nos indica:

O Movimento Negro conquistou um lugar de existência afirmativa no Brasil. Ao trazer o debate sobre o racismo para a cena pública e indagar as políticas públicas e seu compromisso com a superação das desigualdades raciais, esse movimento social ressignifica e politiza a raça, dando-lhe um trato emancipatório e não inferiorizante. (GOMES, 2017, p. 21)

Segundo a pesquisadora, a luta do Movimento Negro para ressignificar a raça, questiona a construção histórica brasileira e visibiliza as narrativas negras a partir de outros instrumentos de atuação política, ou seja, “constrói outros enunciados e instrumentos teóricos, ideológicos, políticos, e analíticos para explicar o racismo brasileiro que opera não somente na estrutura do Estado, mas também na vida cotidiana das suas próprias vítimas” (GOMES, p. 21)

Está fora do imaginário coletivo pensar as lutas antirracistas no Brasil sem considerar a atuação fundamental que esses movimentos sociais construíram ao longo das últimas décadas. Especificamente, o Movimento Negro, que possui em sua essência as reivindicações e estratégias que nos remete a pensar nas proposições e conquistas valorosas para os sujeitos negros. Segundo o intelectual Petrônio Domingues:

O Movimento negro é a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos

preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural. Para o movimento negro, a “raça”, e, por conseguinte, a identidade racial, é utilizada não só como elemento de mobilização, mas também de mediação das reivindicações políticas. Em outras palavras, para o movimento negro, a “raça” é o fator determinante de organização dos negros em torno de um projeto comum de ação. (DOMINGUES, 2007, p.101)

É importante destacar que dentro desse panorama de localização do movimento negro, na sociedade brasileira, ressignifica a atuação política e crítica promovidas com e pelos negros como forma de almejar a libertação em diferentes vertentes de atuação. O movimento se ramifica não somente na política, mas na religião, na cultura, nas instituições e nas organizações que visam à promoção da igualdade étnico-racial, assim como o Instituto Nelson Mandela.

Não é pretendido mostrar uma ampla discussão sobre o Movimento Negro no Brasil, mas contextualizar esse movimento social como o poderoso instrumento reivindicatório que impulsiona as ações do Instituto Nelson Mandela a partir de seus atores principais: José Carlos Brasileiro e a Professora Vanda Ferreira (ativista do Movimento Negro). As dimensões e os contornos desenvolvidos ao longo da existência da instituição se revelam a potência de cunho emancipatório, voltado para as garantias dos Direitos Humanos em prol da população carcerária.

Destaca-se, portanto, a educação como o campo escolhido para tecer a reflexão sobre a referida instituição e contribuir para os estudos das ciências humanas dialogando com o seu contexto histórico, político e social dentro e fora do ambiente carcerário.

É importante identificar as principais questões discutidas, os sujeitos e os parceiros em comum que unem os organismos institucionais em prol da comunidade encarcerada. As informações que serão apresentadas foram pesquisadas a partir da análise de documentos, tais como, estatuto, livro de registros gerais, projetos, materiais publicados, bibliografia, além de as informações captadas nas entrevistas.

O Instituto de Cultura e Consciência Negra Nelson Mandela foi concebido como uma tentativa para implementar atividades relacionadas aos movimentos sociais, em especial o movimento negro, aos detentos do sistema prisional na cidade do Rio de Janeiro, assim como mencionado anteriormente. O instituto era uma oportunidade de mostrar à sociedade e as autoridades penitenciárias, que os presos, embora fossem em sua maioria composto por sujeitos negros e segregados, poderiam ser sujeitos de direitos. Os fundadores do instituto almejavam levar melhores condições de sobrevivência à “massa carcerária”. Queriam tornar aquele espaço de privação de liberdade visível, aceito e trabalhar em prol do desencarceramento. A educação

em espaço não formal a partir das atividades culturais, dos diálogos com as autoridades prisionais, a profissionalização dos sujeitos encarcerados era, para o grupo, a grande solução contra a opressão e o racismo dentro e fora do espaço prisional.

Diante das circunstâncias mencionadas, a partir de uma agenda emergente, pautada pelo Movimento Negro, o instituto foi fundado em 18 de julho de 1989 no interior da Penitenciária Lemos de Brito, no Estado do Rio de Janeiro. Considerado o primeiro Movimento negro dentro das penitenciárias na América Latina, ou seja, a primeira entidade de defesa dos presos no Brasil composta por líderes encarcerados, assim como nos contou José Carlos Brasileiro que atuou como Presidente da instituição ao longo dos últimos 27 anos:

O objetivo primordial da instituição, segundo os próprios idealizadores e os documentos oficiais, é defender os direitos dos presos(as) e de seus familiares, prestando assistência jurídica, social, educacional, técnica e cultural. A instituição carrega ao longo desses anos o seu lema principal: a luta pelos Direitos Humanos e sociais dos presidiários e egressos prisionais, em prol de sua plena e menos danosa “reintegração à sociedade”. Nesse sentido, a discussão racial foi fundamental para suscitar a reflexão sobre a definição dos papéis sociais fora e dentro do cárcere. Conforme as declarações a partir das entrevistas suscitadas dos integrantes do ICCNNM, as lutas por demandas históricas do povo negro estavam associadas aos negros encarcerados, considerando o grande número estatístico de negros encarcerados no Brasil e a dupla discriminação que esses sujeitos sofrem.

A instituição é marcada por fases importantes durante os anos de existência: A fase que antecede o instituto em si, em que foram realizados os encontros e preparativos para o início das atividades, a fase na qual o instituto permaneceu em funcionamento dentro da penitenciária como um movimento social - movimento negro organizado informalmente e a fase na qual o instituto é estabelecido fora dos muros da prisão e ganha o *status* de organização sem fins lucrativos.

Importante informar, ainda, que todas essas fases não se esgotam por si só, é um ciclo em permanente continuidade. O ICCNNM sempre foi orientado por um estatuto que estabelece a hierarquia da organização. Inicialmente, as orientações, encaminhamentos e demais registros foram escritos no livro de ata de reuniões, comemorações e eventos.

eu tenho livro aí, se vocês depois quiserem ver, o livro histórico da Fundação do instituto, eu tenho ele aí. Foi o Fernando Gabeira, no dia do meu aniversário, Lucélia Santos, tinha muita gente famosa, muitos eventos, visitas, palestras, muita coisa, aquilo foi uma escola e tá tudo aí no livro. (BRASILEIRO, CADERNO DE ENTREVISTAS, 2016)

O referido livro é de capa dura e preta, semelhante aos de registros e de atas, foi restaurado duas vezes ao longo desses anos com a intenção de preservar a memória do Instituto. O livro de registros reúne todas as atividades culturais, atas de reuniões, assinaturas de todas as pessoas que participaram dos eventos, dentro e fora da cadeia. Esses registros possuem grande relevância ao demonstrar cronologicamente como se deu o desenvolvimento do ICCNNM e nos apresenta uma forma outra de se pensar os processos educacionais, onde há uma percepção de colaboração mútua entre os sujeitos envolvidos. Ao abrir o livro, na primeira página, visualizamos o primeiro registro em ata de abertura, datada em 29 de agosto de 1989. Consta a descrição da finalidade para a existência do livro, que diz assim:

O presente livro, pertence a este instituto, possui páginas numeradas de nº 21 à 200, e servirá para coletar as assinaturas das pessoas presentes em nossas reuniões e as demais atividades culturais, pedagógicas, desportivas e sociais, como uma prova documental para testemunhar a participação de cada elemento do dia da sua presença em função dos nossos ideais de preservação racial, ampliação cultural e desenvolvimento social, diante do que está estabelecido nos nossos parâmetros de harmonia moral e coletiva. (LIVRO DE REGISTROS, ARQUIVO ICCNNM, 1989)

A partir desse documento, foi possível perceber o momento no qual a penitenciária possibilitou a abertura de algumas portas para que a sociedade pudesse ultrapassar seus muros com ações propositivas. Entre visitas de estudantes universitários e autoridades estatais, o instituto foi criando forma e ensejou determinadas desestabilizações internas na estrutura educacional do Sistema prisional como um todo.

O fortalecimento do núcleo educacional formal a partir das atividades do instituto é um dado histórico importante. Em entrevista com a Professora Vanda Ferreira, ela descreve brevemente a situação educacional carcerária à época e a colaboração do Instituto neste núcleo direcionado a educação formal:

Aquelas professoras sofriam toda e qualquer discriminação, era uma escola ainda hoje para inglês ver, porque numa unidade prisional onde tinham seiscentos presos e a escola só comportava 50 alunos, 25 pela manhã e 25 à tarde sem ter o direito a estudar à noite, estavam brincando de educação. E muitos dos alunos que procuravam a escola era uma forma alternativa de sair daquele local, mas o trabalho eficaz daquelas professoras permitia que abrisse um novo horizonte para eles e elas, para todos os encarcerados(as). Mas se o cárcere inteiro quisesse estudar não teria espaço. Não sei se o Brasileiro tem noção disso, de que corpo docente da escola paralelo ao Instituto Mandela tem essa iniciativa de fortalecimento das educadoras. (CADERNO ENTREVISTAS, 2016)

Antigamente as escolas estaduais que funcionavam dentro do cárcere não tinham patrono, ou seja, eram escolas identificadas pelos nomes dos presídios dos quais faziam parte, estigmatizando futuros egressos e até mesmo o corpo docente. Essa realidade foi modificada posteriormente com a pressão exercida pela comunidade escolar do cárcere com o apoio do Instituto Nelson Mandela. O andamento para o projeto de remição de pena pelos estudos e a possibilidade de os internos prestarem o vestibular são realidades hoje possíveis, com a contribuição e desdobramentos das ações do Instituto Nelson Mandela, segundo a Professora Vanda Ferreira.

A institucionalização de fato do Instituto de Consciência Negra Nelson Mandela, porém, deu-se apenas alguns anos depois, em ata de assembleia de constituição da sociedade civil sem fins lucrativos datada de 18 de agosto de 1993. Sobre o referido documento oficial, havia o Presidente, o Secretário geral, a Diretor cultural, o Diretor de esportes, Diretor do material, o Relações públicas e o Assistente da direção. A diretoria era composta por oito pessoas, incluindo o fato que uma delas é a Presidenta de honra do Instituto.

A organização era composta pelos líderes detentos da Penitenciária Lemos de Brito, com a exceção da Presidenta de honra que era a Diretora de Educação do Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro à época. As reuniões aconteciam às segundas-feiras no gabinete da diretoria da penitenciária. Embora houvesse despesas fixas, os membros não tinham como contribuir financeiramente para sustentar a organização, logo dependiam de doações das instituições parceiras. Ao se tratar de uma organização dentro de uma instituição estadual, toda e qualquer contribuição era voluntária, geralmente, com a finalidade de promover eventos educacionais para os detentos.

Atualmente, o Instituto conta com alguns membros associados e filiados, tanto pessoas físicas quanto jurídicas, geralmente, são os familiares dos detentos e, também, os egressos penitenciários que constam nas fichas cadastrais. Poucos membros colaboram financeiramente revelando as dificuldades diárias para manter as atividades cotidianas. A instituição, então, sobrevive primordialmente dos serviços voluntários a partir dos colaboradores, jovens profissionais das áreas Jurídicas e Ciências Humanas.

As ações desenvolvidas pelo ICCNNM, se inserem nas seguintes áreas e especificações segundo seus arquivos organizacionais:

- Jurídico: São realizados os acompanhamentos processuais e as diligências pertinentes aos casos individuais dos assistidos de acordo com a Lei 7210/ 1984 – lei de execução penais – que trata dos direitos dos apenados em cumprimento da pena sentenciada no estabelecimento prisional. Dos Direitos garantidos

constitucionalmente aos certames jurídicos penais e processuais penais. Verificamos as possibilidades de progressão de regime, livramento condicional, Habeas Corpus, indulto, auxílio reclusão e entre outros Direitos garantidos por Lei.

- Social: auxílio para o encaminhamento aos serviços públicos de saúde, orientação familiar e psicológica, cadastro em programas de apoio assistencial, tal como, o bolsa família. A partir do interesse daqueles que procuram o ICCNNM, há a possibilidade do encaminhamento para curso profissionalizantes e para o mercado de trabalho.
- Educacional: Desenvolve-se projetos educacionais para os internos das unidades prisionais femininas e masculinas através das parcerias existentes entre colaboradores e entidades, assistência educacional no que tange às matrículas escolares e universidades. Processo de formação educacional através das cartas recebidas e respondidas pelos membros do ICCNNM.
- Entretenimento, cultura e cidadania: Realiza-se palestras educativas sobre direitos, ética e cidadania. Exibição de filmes motivacionais e lazer, oferecidos aos internos das unidades prisionais.

Para atingir esses objetivos, que são ideológicos e políticos, o ICCNNM utiliza algumas estratégias. Busca-se uma inserção continua nos espaços sociais e políticos. Suas ações, portanto, pretendem suprir algumas deficiências estatais, no que tange ao tratamento dos encarcerados, tais como: a morosidade da justiça, as garantias dos Direitos Humanos, acesso à cidadania e afins.

O sucesso na composição da rede de solidariedade revela a influência multifacetada do ICCNNM. Para o fortalecimento da instituição foi fundamental a participação das lideranças que compunham o presídio, desde diretorias governamentais até os líderes das facções criminosas, e, principalmente, das atividades importantes que envolviam o Movimento Negro à época. Dessa maneira, os membros buscaram apoio de outras entidades e lideranças que fossem sensíveis à causa para continuar retroalimentando as atividades do Instituto.

Atualmente, o ICCNNM conta com algumas parcerias importantes. São parcerias institucionais estatais e, também, com o reconhecimento de outras organizações sociais que são imprescindíveis para a continuidade deste trabalho. O ICCNNM é membro do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos – CEDDH; membro do Comitê Gestor Estadual de Erradicação do Sub-registro Civil, de Nascimento e ampliação de acesso à Documentação

Básica; Membro da Rede de apoio ao Egresso Penitenciário – RAESP; Inscrito no Conselho Municipal de Assistência Social da Cidade do Rio de Janeiro – CMAS, Membro do Comitê Estadual de Prevenção à Tortura da ALERJ e inscrito no Conselho Municipal de Defesa dos Direitos dos Negros da cidade do Rio de Janeiro – COMDEDINE. São espaços sociais importantes ocupados a partir do reconhecimento e credibilidade do ICCNNM frente a ação social que desenvolve.

No que tange aos aspectos judiciais e penitenciários, conta-se com a parceria da Defensoria Pública Estadual do Rio de Janeiro; Convênio de Cooperação Técnica com a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Rio de Janeiro – SEAP. Junto a todas essas parcerias, são estabelecidos vínculos que auxiliam nas atuações e impulsionam as demandas do ICCNNM.

Dois projetos relacionados à educação no espaço de privação de liberdade se mantiveram em andamento durante o ano de 2017: o Pré- Enem, Nelson Mandela e o Projeto, Moda Inclusiva Renner. O primeiro se iniciou em 2016, dentro da Penitenciária Lemos de Brito, em parceria com a coordenadora do projeto que é a assistente social do ICCNNM, e tem como prioridade oferecer o curso preparatório para os presos que pretendem se submeter ao Exame Nacional do Ensino Médio e pleitear uma vaga nas universidades. O objetivo é auxiliá-los nessa etapa tão importante, em que estão almejando passos futuros.

O projeto de moda “Uso Diferente, Consumo Consciente”, aprovado pelo edital 2016 Instituto Lojas Renner/ ONU Mulheres, iniciado no ano de 2017, intenciona qualificar 20 mulheres presidiárias em regime semiaberto do Instituto Penal, Oscar Stevenson, em Benfica, no Estado do Rio de Janeiro. Idealizado pela Designer de Moda, Maria Gomes¹⁸, em parceria com o Instituto Nelson Mandel e com o apoio da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP).

Segundo informações da coordenadora, o projeto oferece um curso de capacitação com palestras sobre história e marketing de moda, psicologia de consumo, questões de gênero e raça, e sustentabilidade; além de aulas teóricas de matemática, português e empreendedorismo e aulas práticas de molde, corte e costura, bordado em pedraria, crochê, tingimento e estamparia manual, finalizando com oficinas, a partir da reutilização de roupas e materiais têxteis para confecção de novos usos para o vestuário feminino e masculino. A proposta é promover a autoestima, empoderar a partir da formação educacional e habilitar essas mulheres para o mercado de trabalho.

¹⁸ Nome fictício

O Instituto de Cultura e Consciência Negra Nelson Mandela apresenta uma organização interna permanente, capaz de estimular a ação coletiva entre os envolvidos em prol dos Direitos Humanos para a comunidade carcerária. Enfrenta, contudo, muitas dificuldades institucionais e operacionais, é uma instituição direcionada aos direitos dos sujeitos encarcerados e sofre com as estigmatizações direcionadas a este segmento. Segundo José Carlos Brasileiro, o instituto nunca contou com apoio financeiro estatal e somente no ano de 2016 conseguiu uma parceria privada que ajuda no custeio das despesas.

Ao se observar o campo de estudos, neste momento, é possível acreditar na extrema importância de reconhecer o ICCNNM como uma Instituição do Movimento Negro, uma vez que as ações se encontram na arena de disputa com fortes assimetrias de poder. O trabalho desenvolvido por Brasileiro, voltado para a efetividades dos direitos humanos que se sustenta por uma “bandeira” e direcionada para os sujeitos encarcerados, poderá estar em conflito com as forças hegemônicas estabelecidas que se impõem no pensar dos objetivos da referida pesquisa.

Saberes localizados no ambiente prisional

Inicialmente, para melhor compreender os elementos estruturantes da pesquisa e os dados empíricos apreendidos, houve a necessidade de alcançar os conhecimentos fundantes que permeiam a história do Instituto Nelson Mandela. Isso se deu não somente pelos dados documentais, mas sim pelas narrativas dos sujeitos(as) que o constituiu como organização não governamental, que trabalha em prol dos sujeitos encarcerados, egressos penais e o cárcere.

Neste momento, faz-se necessário privilegiar a interlocução com os atores entrevistados, que compõem o campo de pesquisa e enriquecem as percepções sobre o Instituto Nelson Mandela. As tensões, as alegrias e o movimento de transformação em busca da constituição do Instituto são constantes e estão enredadas pela sua resistência que aposta na proposta *contrahegemônica* para os sujeitos encarcerados.

Como já mencionado, as entrevistas foram realizadas em momentos distintos, tanto com os atores principais que colaboraram para a fundação do Instituto, quanto com os colaboradores que participaram em fases diferentes ao longo dos últimos 28 anos.

O objetivo neste capítulo, então, é evidenciar algumas tramas da trajetória histórica e política que sugerem a importância do Instituto Nelson Mandela no cenário social, penitenciário

e educacional, no Estado do Rio de Janeiro, a partir da enunciação da luta antirracista em espaço *outro*, ou seja, no espaço penitenciário e ao que neste esteja referenciado.

Para potencializar os processos desenvolvidos pelo instituto, reportar-se à fase inicial de sua constituição é fundamental. Momento em que ainda como Movimento Negro dentro da penitenciária Lemos de Brito, entre os anos de 1989, até o momento de sua constituição como organização não governamental em 1993, quando dialoga-se com sujeitos que colaboraram para sua formação. Logo em seguida, traz-se a narrativa da contemporaneidade a partir das entrevistas com alguns jovens colaboradores que ajudaram na permanência das atividades do instituto.

Os depoimentos considerados, a partir das entrevistas realizadas, compõem um quadro juntamente com o livro de registro (com dados da fundação do Instituto), o projeto pedagógico (que norteiam as ações desenvolvidas) e as reportagens que demarcam a atuação ao longo dos anos.

Reinventando o espaço da cadeia

Complementando o pensamento sobre o sujeito encarcerado e a sujeição das regras institucionais impostas ao mesmo, identifica-se o processo disciplinar operando como um sistema de poder nas Instituições carcerárias, de acordo com a análise de Michel Foucault, em sua obra “Vigiar e Punir”:

Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica do poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e eficácia que se determina. A disciplina fabrica sim corpos submissos e exercitados, corpos dóceis (FOUCAULT, 2013, p. 133).

A invenção do poder disciplinar constitui um poderoso instrumento para que se alimente a máquina institucional carcerária diante do controle almejado com os corpos encarcerados, secularmente presentes no sistema carcerário brasileiro e mundial. Dessa maneira, forma-se, segundo Foucault, com “política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos” (FOUCAULT, 2013, p. 134).

Ao se pensar sobre os sujeitos que estão presos, faz-se necessário considerar a lógica do funcionamento hegemônico. Na literatura sobre o tema, aprende-se como se dão as regras e mecanismos eficazes para a manutenção do *ethos* da subalternidade. Com a proximidade das narrativas das(os) entrevistadas(os), entende-se sobre como forjaram sua performance intelectual-ativista.

Viu-se, ainda, o caminho percorrido até o nascimento desse espaço institucional. Além disso, por entender que o objeto deste estudo de pesquisa se alinha aos processos coletivos para a construção de saberes possíveis para a população carcerária, faz-se urgente e necessário o deslocamento dos padrões eurocêntricos, a partir das pedagogias que se esforcem por transgredir. Assim como indica Walsh:

Nesse sentido, a pedagogia ou as pedagogias de-coloniais estariam construídas e por construir em escolas, colégios, universidades, no seio das organizações, nos bairros, comunidades, movimentos e na rua, entre outros lugares (...). Aquelas pedagogias que integram o questionamento e a análise crítica, a ação social transformadora, mas também a insurgência e intervenção nos campos de poder, saber e ser e na vida (WALSH, 2009. P. 27).

O projeto que instituiu o ICCNNM foi alavancado coletivamente. Seu idealizador contou com as “brechas” que o sistema penitenciário lhe oferecia à época para oportunizar contatos, construir redes sólidas com os agentes estatais que compunham aquele espaço. Daí o encontro com a Professora Vanda Ferreira, ela era a Diretora do departamento de Educação e Cultura Penitenciária e militante do Movimento negro. Como conta Brasileiro:

Naquele espaço tinham oitocentas cadeiras de cinema, cinema enorme, telão, e quando eu cheguei lá para ver a Diretora, a Diretora estava com o cabelo cortado afro, usava aquele brinco com aquelas negras beijuda, e olhei e falei: essa negra aí é do movimento. Esperei ela acabar de falar. Nesse período fui lá no meu cubículo e peguei a carta, desci com a carta, quando ela acabou, eu falei: Eu poderia falar com a senhora? E ela disse sim. E eu falei que tinha recebido uma carta aqui e não sabia o que fazer (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2016)

Ousa-se dizer que a identidade foi um dos aspectos fundantes para que o encontro relatado acima pudesse acontecer. Num pequeno instante de identificação e com a perspectiva de mudança de paradigma, ressurgiu a esperança necessária para que se possa agir. Neste momento fazendo-se uma analogia com os conceitos apresentados por Franz Fanon, em sua obra “Os condenados da terra”, quando se refere a violência imposta ao colonizado pelo colonizador que pretende usar de artifícios para animalizar e desumanizar o colonizado. Nessa

trama, há a retomada de consciência do colonizado para que possa lutar rumo à descolonização. Portanto, vejamos:

O colonizado sabe de tudo isso e dá uma gargalhada cada vez que aparece como animal nas palavras do outro. Pois sabe que não é um animal. E justamente, no instante mesmo que descobre sua humanidade, começa a polir as armas para fazê-la triunfar (FANON, 1978, p.32)

Acredita-se que a dinâmica das práticas desumanizantes, existentes nas prisões brasileira, frente aos sujeitos encarcerados, conecta-se ao espectro dos sujeitos colonizados. Ao conhecer brevemente a trajetória de vida de Brasileiro, mesmo imbuído pela opressão vivenciada no cárcere, foi capaz de criar modos outros de resistência à colonialidade em nossa sociedade.

No dia 12 de março de 2017, José Carlos Brasileiro veio a falecer em decorrência de grave enfermidade. Considera-se, assim, esta informação relevante porque a referida pesquisa vem sendo desenvolvida a partir do Instituto de Cultura e Consciência Negra Nelson Mandela, local onde, Brasileiro atuou como líder durante os últimos 27 anos. Diante desse triste e novo acontecimento, muitos fatos emergiram e causaram incômodos, tensões e enfrentamentos em defesa da continuidade, do legado de luta construídos ao longo de todos esses anos que não se pretende evidenciar nesse momento.

É urgente, portanto, o reconhecimento da produção desses conhecimentos como válidos para os estudos científicos no campo da Educação para o qual se propõe a pesquisa e, conseqüentemente, visibilizar a memória do processo de grande relevância para a sociedade como um todo.

A partir disso, segue-se em breves considerações sobre a entrevista com a Professora Vanda Ferreira, como protagonista na fundação do Instituto Nelson Mandela.

Vanda Maria de Souza Ferreira, à época da fundação do instituto, era a Diretora da Divisão de educação e cultura do Departamento do Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro (DESIPE) e militante do Movimento Negro. Nessa condição de “Secretaria de Governo” e militante, foi possível o encontro com Brasileiro, que segundo ela, “Foi o encontro das águas”. Ela se reconhece como a mãe espiritual do José Carlos Brasileiro, de acordo com sua orientação religiosa de matrizes africanas.

Em todas as falas coletadas durante a entrevista com Brasileiro, relacionadas ao instituto, a Professora Vanda é apresentada como protagonista e peça-chave que possibilitou a

criação do instituto *intramuros* da penitenciária. Ela foi a “porta-voz” das reivindicações da massa carcerária com o poder público: “Sem ela, nada disso seria possível”¹⁹.

A respeito de sua formação, Professora Vanda Ferreira relatou que é graduada em Pedagogia pela Faculdade UNISUAM e Pós-graduada em História da África e Cultura Afro-brasileira, pela Universidade Candido Mendes (UCAM). Sua atuação profissional sempre esteve relacionada aos sujeitos menos favorecidos. Militante do Movimento Negro, desde longa data, assumiu alguns cargos públicos, contribuindo efetivamente para a defesa das populações afrodescendentes e desenvolveu ações de grande relevância nacional para a educação étnico-racial.

Professora Vanda, é uma mulher negra, potente, com uma longa e importante história de vida associada à militância negra e a intelectualidade. Modificou os rumos da educação penitenciária e abaixo relata as primeiras experiências como educadora dentro do sistema prisional:

Eu chego ao Sistema Penitenciário em função de um projeto que eu coordenei na Secretária Municipal de Educação no Departamento de Cultura que foi o projeto Zumbi dos Palmares. O Projeto Zumbi dos Palmares visava implementar a história das civilizações africanas no curriculum escolar e eu digo que foi o passo fundamental para a criação da lei 10.639, isto é, segundo o governo Brizola e esse projeto tinha como objetivo um caráter experimental em sete escolas, (...). E no primeiro momento que eu chego ao cárcere, foi numa escola de Bangu, Esmeraldino Bandeira, naquele momento as escolas não tinham patrono, seus patronos eram o nome das Unidades Prisionais. E para falar sobre o projeto Zumbi dos Palmares e ali também eu tive uma preocupação muito grande naquilo que eu falava no discurso como militante do movimento negro. A maioria daquela população era negra, e era um dezembro de muito calor, e essa unidade era a única escola, era a única unidade prisional que tinha de fato um prédio para ser escola, as outras escolas eram celas adaptadas em salas de aula. E no Esmeraldino Bandeira não, e naquele complexo todo de Bangu. Nós fomos todos para a varanda da escola por conta do calor porque ninguém aguentou ficar dentro da escola e a medida que eu fui falando da questão racial e que queria implementar essa lei, eu vi uma cena que estava cansada de ver na televisão: Eles, os presos começavam a se amontoar nas celas e ficaram olhando para mim (muita emoção na fala). Quando eu acabei, minhas colegas que não passavam de dez professoras, era um grupo bem pequeno, ninguém bateu palma e aqueles homens bateram um palma forte, muito forte, aquilo mexeu comigo e disse para mim que nunca mais entraria naquele lugar que é muito triste você ter a constatação da realidade (Suspiro profundo e pausa de pesar).(CADERNO DE ENTREVISTAS, 2016)

¹⁹ Frase citada por Brasileiro em conversa informal quando se refere à Professora Vanda Ferreira na articulação para a fundação do ICCNNM

No fragmento acima, Professora Vanda Ferreira relata o início de seu trabalho pedagógico dentro do Sistema Carcerário, revelando as tensões e as dificuldades encontradas no espaço de privação de liberdade. Sentindo-se desmotivada, não prosseguiu com o desenvolvimento do projeto designado pela Secretaria Municipal de Educação. Posteriormente, porém, Vanda vai ao encontro de outra oportunidade para desenvolver um projeto junto aos encarcerados:

E aí achei que fui covarde e que a única oportunidade que eu tinha de fazer um trabalho eu joguei fora e que é igual a raio e não vai cair duas vezes no mesmo lugar, mais cai ne, hoje nós sabemos que cai e eu fui convidada então para dirigir a Divisão de Educação e Cultura do Sistema Penitenciário. (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2016)

Ao narrar a retomada das atividades educacionais voltadas para o cárcere, Vanda Ferreira revela, com motivação, o aceite do convite para tal responsabilidade e traça a estratégia de conhecer o perfil dos educadores que estavam nas escolas penitenciárias, tomando a iniciativa de conhecer todos os estabelecimentos prisionais do estado do Rio de Janeiro e conta:

E aí eu chego, com o seguinte planejamento: Naquela época eram 23 unidades prisionais incluindo cadeia aberta, cadeia fechada e hospitais e eu queria conhecer tudo. Na minha cabeça estava muito difícil administrar uma educação no cárcere onde eu não tivesse a dimensão do que era aquilo. E vou conhecer a primeira unidade na época do Nilton Dias Moreira que era uma cadeia fechada, cadeia forte mentora intelectual da facção mais famosa da cidade e do Estado do Rio de Janeiro e eu já fiquei impactada. O cárcere me identificou. A medida que eu ia andando eles enfileiravam até chegar ao auditório, um preso perguntava se eu era do Agbara Dudu do IPCN, isso era muito forte e eu digo: gente, uma identidade. (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2016)

Após a visita mencionada acima, Vanda se afastou novamente, somente retornando às visitas após 30 dias, para que ela pudesse se restabelecer. O reconhecimento de sua identidade racial com os detentos foi muito impactante. Por isso, acredita-se que possa ter sido um chamamento ao encontro das atividades que iriam transcender suas atribuições institucionais, deslocando-se para o encontro com o outro a partir da raça que era, em sua maioria negra, constituída naquele espaço prisional.

Somente na segunda visita, chegou à Penitenciária Lemos de Brito, onde conheceu Brasileiro, e a partir da carta que ele recebeu do Governo Federal, de Carlos Alves Moura, “Carlos Alves Moura fala para ele que estava à disposição mas que aqui no Rio de Janeiro tinha uma professora militante do movimento negro que era muito importante que ele entrasse em

contato com essa professora”(CADERNO DE ENTREVISTAS, 2016), Vanda tomou ciência da proposta que seria de sua competência: a criação de um projeto relacionado à educação étnico-racial e ao movimento negro, mas Carlos Moura não sabia que a professora que ele citava na carta estava assumindo a direção da educação penitenciária. “e eu recebi uma orientação que não poderia receber nada da mão de preso, que eu não tivesse um diálogo mais aprofundado com eles, que várias professoras foram pegadas com isso e com aquilo. Eu não me recusei, quando vi que a carta era do Brasília ela era verde e amarela” (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2016):

Quando eu abri a carta, eu fiquei impactada, porque era como se o Brasileiro estivesse pedindo para criar uma instituição do Movimento negro e o Moura está dando a resposta e tá me indicando né. Saí dali procurei o Movimento negro para dar ciência e a partir dali ficou muito claro para mim que além de tá dando satisfação e obediência à Secretaria de educação que era a minha Secretaria de origem, à Secretaria de justiça, que quem me convidou, mas fundamentalmente ao Movimento negro. Não era somente uma professora, era um componente do movimento negro que estava representando a nível nacional um movimento social muito forte e os companheiros sem saber o que dizer, disse que eu poderia contar com eles para tudo e contei (fala com muita ênfase), mas eles nem sabiam o quanto eles iriam me ajudar e contribuir. (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2016)

A disponibilidade e influência da Professora Vanda Ferreira foram fundamentais para a fundação do instituto. “A Professora Vanda, foi fantástica nesse apoio e não se limitou ao cargo que ela exercia no sistema, ela foi além ao longo de todo tempo. Ela foi fundamental” (BRASILEIRO, CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017). Vanda relata que foi a primeira mulher negra a ocupar esse cargo na Secretaria de Educação, normalmente, ocupado por pessoas relacionadas aos saberes jurídicos. Os presidiários oportunizaram uma identidade diferenciada, que ocupava um cargo de poder dentro da esfera penitenciária, que para além de suas características raciais evidentes, também estava imbuída pela militância negra.

Houve uma convergência de oportunidades. A Professora Vanda Ferreira em suas atribuições institucionais, recém-chegada à Direção de Educação Penitenciária precisava desenvolver um “Projeto político pedagógico”²⁰ dentro da penitenciária e Brasileiro, interno penal, disposto a contribuir com o desenvolvimento de ações em prol dos encarcerados, articularam a criação do Movimento Negro dentro do cárcere com o aval institucional da Direção do presídio Lemos de Brito.

²⁰ A Professora Vanda informa que àquela época, um projeto educacional não era validado especificamente como Projeto Político Pedagógico (PPP), esta terminologia viera a surgir a posteriori.

E aí eu volto para conversar com o Brasileiro para saber o que ele entendia de movimento negro, como nós podíamos cruzar todas essas ideias com o projeto político pedagógico meu, senão não passaria ne. Aí eu aprendi também nessa convivência que na cadeia tudo se barganha e eu também percebi que eu precisava implementar a barganha do bem e o que nós vamos trocar por isso né. E uma das coisas que eu troquei com ele foi o seguinte, eu não posso dizer que esse projeto é seu, eu vou escrever o que você está falando e vou dizer que o projeto é meu, agora lá fora, para as entidades e as instituições de movimento negro você é o autor do projeto e eu jamais vou falar por você, todas as vezes que eu tiver que ir a algum encontro, algum evento, você vai escrever um texto, você e os outros colegas e eu vou ler em nome de você, mas para as autoridades o projeto é meu.(CADERNO DE ENTREVISTAS, 2016)

Segundo a Professora Vanda Ferreira, ao assumir a Divisão de Educação e Cultura da Secretaria de Estado e Justiça, em 1987, no Estado do Rio de Janeiro, propõe a realização do Projeto Zumbi dos Palmares na Secretaria Municipal de Educação, do mesmo Estado. A proposta tem início em caráter experimental na Penitenciária Lemos de Brito, no Complexo Frei Caneca. O resumo do referido projeto servirá de base e fio condutor das atividades pedagógicas e culturais que serão desenvolvidas, com a perspectiva metodológica inspiradas pelo educador Paulo Freire. Inicia-se, assim, o Instituto de Cultura e Consciência Negra Nelson Mandela. O referido documento tem como objetivo principal: “Deflagrar um processo de reconhecimento da cultura afro-brasileira como parte integrante da política cultural da Secretaria Municipal da Educação, de modo a promover a incorporação do saber emanado dessa cultura no currículo escolar”.²¹

A partir da formalização do projeto pedagógico e cultural, iniciaram-se as atividades do Instituto Nelson Mandela para o coletivo carcerário. Após várias reuniões semanais com Brasileiro e os demais presos envolvidos naquela ação, chegou o momento de anunciar o projeto para toda massa carcerária e para as autoridades. Segundo a professora Vanda Ferreira, no dia 13 de maio de 1989, dia da Abolição da escravatura, foi organizado uma grande passeata dentro do Presídio Lemos de Brito para anunciar a inauguração do Instituto Nelson Mandela que seria no dia 18 de julho de 1989.

A primeira ação do Instituto Mandela foi anunciar para toda a sociedade a sua existência. Nós colocamos nesse dia mais de 200 pessoas, num dia comum, onde a tv globo soube explorar muito bem essa imagem porque ela coloca Winnie Mandela visitando Mandela e num jogo de câmera a festa da lemos de Brito com a criação. A sensação que a gente tinha era que o cenário da Lemos

²¹ Objetivo do Projeto Zumbi dos Palmares, em aplicabilidade para a educação étnico-racial na prefeitura do Rio de Janeiro que inspirou atividades pedagógicas e culturais dentro da penitenciária Lemos de Brito

de Brito era a cadeia do Mandela. Uma imagem belíssima e aí toda a sociedade tomou conhecimento que estava acontecendo. (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2016)

A partir desse momento, as ações foram se desenvolvendo de forma intensa. Então, foi criada uma organização entre os presos para que pudessem articular as ações que seriam desenvolvidas pelo instituto. Todas as ações, inicialmente, foram pensadas a partir da valorização da identidade étnico- racial.

2.2 POSSIBILIDADES “INSURGENTES” NA PENITENCIÁRIA LEMOS DE BRITO

O instituto foi idealizado no final da década de 80. A década de 1980 está marcada pelo final do período da ditadura militar no Brasil e o início do processo de redemocratização do país. As tensões estavam presentes naquele período. A sociedade repensava a construção da nação brasileira e emergiam novos desafios alternativos ao projeto hegemônico de construção da sociedade. No que tange às garantias dos direitos humanos, a autora Susana Beatriz Sacavino explicita que, em meados da década de 1980:

As organizações não governamentais se centraram na denúncia às violações dos direitos humanos praticadas pelo governo federal e pelos governos estaduais, responsabilizando-os por estas práticas. Prevalcia então uma situação de conflito e confronto entre o poder e as organizações não governamentais orientadas para a denúncia, proteção e promoção dos direitos humanos (SACAVINO, 2009, p.177).

Não obstante, o marco histórico comentado e as tensões, frentes às organizações não-governamentais e o governo estatal, os movimentos sociais, em especial o Movimento Negro, estavam se organizando, pleiteando políticas públicas direcionadas aos povos afrodescendentes.

Um dos marcos importantes: “foi o ano de 1988 porque comemorava-se o centenário da Abolição, o que motivou uma série de ações de protesto que denunciavam as condições de vida dos negros no país, e elaborava-se uma nova Constituição. Duas importantes reivindicações do movimento viraram texto constitucional – a criminalização do racismo e o reconhecimento da propriedade das terras de remanescentes de quilombos” (ALBERTI e AMILCAR, 2005).

Após essa breve elucidação do contexto político brasileiro e os Movimentos que eclodiram na década de 1980, faz-se relevante considerar, para o contexto desta pesquisa, a reflexão sobre as ações, os movimentos e as possíveis conquistas para a população negra nessa última década, no Brasil, sobretudo, no que concerne à educação e que revelam mudanças importantes aspiradas pelo Movimento Negro. O Movimento Negro chama para si a responsabilidade política educacional que reconstrói experiências sociais e produz conhecimento.

Sobre a experiência social que produz conhecimento, Gomes salienta: “Parte-se da premissa de que o Movimento Negro, assim como os outros movimentos, ao agir social e politicamente, reconstruem identidades, trazem indagações, ressignificam e politizam conceitos sobre si mesmo e sobre a realidade social.” (GOMES, 2017, p. 28). De acordo com Gomes, o Movimento Negro emerge das urgências sociais que tencionam o mundo colonial o qual destinou ao negro o apagamento de sua história e a produção de seus saberes como inválidos.

A partir dessas urgências, as práticas que visavam às mudanças de perspectivas para a população negra, transformou-se em importantes caminhos educacionais de luta antirracistas, iniciados do final do século XIX até a atualidade segundo Gomes (2017).

A autora Nilma Lino Gomes (2017), em sua produção: *O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*, aponta a trajetória do Movimento de negros e negras engajados nas lutas antirracistas e emancipatórias para os grupos *racializados* na diáspora africana. O estudo de Gomes (2017) pontua, principalmente, como o Movimento Negro articula saberes, transformando-os em reivindicações políticas *contrahegemônicas*.

Para tanto, como referenciado por esta pesquisa, e com o compromisso de elevar novas interrogações e percepções sobre o papel fundamental do Movimento Negro em interlocução com a educação, o diálogo se faz constante com as reflexões sobre os processos educacionais possíveis no universo das aprendizagens, na perspectiva da preservação da memória das ações fomentas pelos sujeitos participantes desta pesquisa.

Retomando o foco para as entrevistas realizadas, mencionou-se que em ambas as entrevistas, entre gestos, risos, lágrimas e entonações particulares dos entrevistados, foi possível captar toda emoção apreendida naquele momento de reconstituição de suas memórias. Percebeu-se que, para a análise sobre as categorias a serem investigadas, é primordial entender o contexto da fundação do instituto, à luz de ambas entrevistas. Pensa-se na percepção da identidade do negro no ambiente carcerário, como uma possibilidade, ora para que motivasse à luta contra a opressão, ora como o corpo a ser enclausurado pelo Estado.

Brasileiro quando fala: “Me identifiquei como negro, que não deveria estar ocupando as prisões e sim os bancos da escola” (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2016) e a Professora Vanda Ferreira quando informa: “Fui identificada por aquele coletivo como integrante do Movimento Negro, ou seja, eu não era apenas uma Diretora qualquer. Eu tinha uma identidade” (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017). Ambos se remetem à identidade racial demarcada que geraria enfrentamentos e tensões nas instituições penitenciárias. Sendo assim, ambos manifestam o desejo de iniciar um projeto de formação da consciência racial pautados na luta política antirracista direcionado ao coletivo de presos à época dos anos 80.

Segundo o pensamento da Socióloga Maria Palmira da Silva:

A consciência do eu, que surge da descoberta do significado social da cor da pele no processo de formação de vínculos sociais, favorece tanto a revolta pessoal quanto o engajamento político nas ações coletivas, visando reparar as injustiças decorrentes da atribuição social do estatuto inferior a um determinado grupo, em razão de suas características objetivas (SILVA, p. 62, 2002).

De acordo, portanto, com as narrativas dos(as) entrevistados(as), percebemos que a tomada da consciência racial, diante do sistema carcerário, significou um requisito básico para o engajamento políticos na luta contra a opressão no ambiente carcerário, onde ambos estavam expostos as tensões do sistema. Isso porque mesmo que estivessem em posições hierarquicamente diferenciadas. Uniram-se e travaram uma luta *contrahegemônica* na Penitenciária Lemos de Brito, desafiando as dificuldades enfrentadas no cotidiano da penitenciária.

Nas vozes dos dois entrevistados, encontramos passagens atemporais que se entrelaçam entre passado, presente e futuro. Suas falas se transformam em textos que revelam fragmentos de uma história real e vivida. Nas histórias narradas percebo uma trajetória repleta de desafios, sonhos compartilhados, lutas, redes de solidariedade, disputas, frustrações e conquistas e que vem sendo buscado por ativistas de diversas vertentes dos Direitos Humanos. Importante se faz a possibilidade de insurgência e a mobilização do Movimento Negro na construção da Pedagogia *decolonial* em espaço *outro*, ou seja, dimensionado ao espaço educativo penitenciário.

O desenvolvimento histórico-político do Instituto Nelson Mandela não se esgota nestas breves considerações. Seria necessário um estudo aprofundado sobre a instituição que permaneceu viva e ativa nos últimos 27 anos. A intenção foi contextualizar o instituto e os

atores principais que a constitui para sugerir a compreensão de um processo que produz conhecimento em espaço diverso do escolar.

A pesquisa pretende alavancar a visibilidade às cartas escritas no cárcere para o Instituto Nelson Mandela. Como descreveu-se anteriormente, a história do Instituto se inicia a partir da interlocução entre o encarcerado e o sujeito extramuros, através de uma carta. Considera-se, pois, a potência dessa forma de comunicação escrita, mesmo diante das opressões impostas ao preso.

O trabalho desenvolvido pelo instituto foi consolidado diante dos desafios enfrentados no sistema penitenciário. Durante a elaboração da pesquisa foi possível dialogar tanto com os protagonistas já citados, quanto com sujeitos que acompanharam o início da fundação do instituto e foi possível perceber as dificuldades enfrentadas para que o preso tivesse seu direito de escrita minimamente respeitado. A “cela/tranca”, a desumanização dos sujeitos encarcerados e a necessidade de sobrevivência nos indicam a motivação para a escrita das cartas do cárcere que “transpiram” palavras de resistência. Logo, análise sobre as cartas não acontece deslocada do processo histórico da instituição e, sim, parecia cotidianamente nas trocas e no processo de interação dos presos com os sujeitos que compõem o instituto.

2.3 SUJEITOS COLABORADORES DO ICCNNM

Foram muitas expectativas iniciais pela busca das narrativas orais das mulheres-escritoras encarceradas. Várias estratégias foram traçadas para que se concretizasse o objetivo inicial com o campo de pesquisa. Iniciei a busca por cadastros físicos e virtuais de mulheres presas e seus familiares no Instituto Nelson Mandela. Em seguida pleiteou-se as autorizações necessárias junto aos órgãos penitenciários. Foram acessados amigos, colaboradores, enfim, todas as redes possíveis para o determinado objetivo, até se descobrir que não seria tão fácil assim.

Depois desse momento inicial, já com as autorizações necessárias, ao avançar na análise das cartas, a importância desses escritos é percebida como um processo de interação de ensino-aprendizagem entre aqueles que respondem as cartas e a população encarceradas. Com a intencionalidade de dimensionar esse processo, entendeu-se a necessidade de apreender as experiências dos sujeitos que ajudam a (re)significar o trabalho realizado no Instituto, a partir de suas vivências individuais.

Essa mudança de paradigma e de metodologia se deu também com as entrevistas, por força ao questionamento do papel desta pesquisadora, referenciada pela perspectiva *decolonial*.

O cuidado com a aproximação do “perigo de se constituir o outro e o subalterno apenas como objetos de conhecimento por parte de intelectuais que almejam meramente falar pelo outro” (SPIVAK, 2010, p.14). Com as cartas em mãos e, com o contato constante com o campo de pesquisa, acredita-se serem aportes suficiente para contemplar as narrativas das mulheres encarceradas escritoras.

Nesse sentido, José Carlos Brasileiro em conversa informal indicou:

Você, com seus estudos pretende desenvolver alguma atividade dentro do presídio neste momento? Se a resposta é não, não vá falar com elas, pra que ir ao presídio, vai assistir o sofrimento delas? Você já tem o pensamento delas escritos aí...isso tudo são documentos importantes, está tudo aí, pensa nisso(...) (CONVERSA INFORMAL²², 2017).

Ao longo dos estudos, próxima ao objeto de investigação, percebeu-se o compromisso que é preciso assumir ao tratar de temáticas que tencionam o lugar de onde se quer falar e para quem se está desenvolvendo a pesquisa. Em outros termos, “no objeto de investigação é parte do nosso projeto de desaprendizagem” (SPIVAK, 2010, p. 118). Assim, a ausência das vozes subalternas que se pretendeu estudar, em diversos espaços da sociedade, sobretudo, no espaço acadêmico. Na tentativa de entender, porém o lugar do pesquisador (a) em suas produções, sugere-se a busca por alternativas *contrahegemônicas* para a construção desta pesquisa. Por isso, as vozes que se pretendem potencializar, no campo de pesquisa, serão daquelas que contribuem para a existência da ação já desenvolvida para a população carcerária feminina: os agentes que atuam e atuaram no ICCNNM.

Na atualidade, no mundo globalizado e neoliberal, não é incomum se deparar com aqueles que são críticos aos que atuam em prol dos Direitos Humanos. Profissionais, militantes, universitários, que atuam nessa vertente, sugerem assumir uma postura de resistência frente às práticas cotidianas de opressão contra grupos considerados subalternos ou marginalizados na sociedade hegemônica.

Para tanto, o próprio entendimento sobre o que são os Direitos Humanos, hoje, encontra-se em disputa no cenário de valorização extrema do capital, em detrimento aos bens sociais. Segundo o autor Joaquim Herrera Flores, é preciso reinventar os Direitos humanos para que ele não seja entendido e praticado de forma banalizada ou que não atinjam sua finalidade, ou seja:

Por esa razón, los derechos humanos no son categorías previas ni a la acción política ni a las prácticas económicas. La lucha por la dignidad

²² Fragmento de conversa informal com o José Carlos Brasileiro no momento do desenvolvimento do trabalho no ICCNNM

humana es la razón y la consecuencia de la lucha por la democracia y por la justicia. No estamos ante privilegios, meras declaraciones de buenas intenciones o postulados metafísicos que plantean una definición de la naturaleza humana aislada de las situaciones vitales. Por el contrario, los derechos humanos constituyen la afirmación de la lucha del ser humano por ver cumplimentados sus deseos y necesidades en los contextos vitales en que está situado²³. (HERRERA FLORES, 2008, p.13)

Ao relacionar os agentes que atuam junto ao ICCNNM com a prática que busca o exercício aos Direitos humanos, acredita-se que estes indicam a afirmação da luta do ser humano para transpor barreiras relacionados às necessidades de grupos que se localizam por suas diferenças étnicas, culturais e sociais, tais como: a população encarcerada.

Ao pretender entrevistar esse grupo de pessoas, buscou-se referências pessoais enquanto colaboradora do ICCNNM desde 2014. Desse modo, as entrevistas foram iniciadas com os fundadores do instituto, que também são considerados como colaboradores, já identificados em capítulo anterior, porém não menos importantes para contribuírem com suas narrativas neste momento da pesquisa. Quanto aos sujeitos que participavam do cotidiano da instituição, percebeu-se que a rotatividade de colaboradores era muito grande por diversos motivos, em especial o financeiro, já que o ICCNNM não dispunha de verbas financeiras, nem sequer para pagar o deslocamento daqueles que se propunham a trabalhar voluntariamente.

Cabe ressaltar, também, que nem todos liam e respondiam cartas. Muitos ajudam com trabalhos externos ao espaço da instituição, ou seja, coordenando atividades junto aos presídios, organizando e participando de eventos no âmbito do sistema carcerário; outros atuam levando a pauta do instituto junto aos órgãos institucionais relacionados aos Direitos Humanos.

Com essa percepção, foi-se ao encontro dos colaboradores que atuaram nos últimos anos em “portas abertas”²⁴ no instituto e, que tivessem experimentado o trabalho desenvolvido com as cartas, por ser o objeto em análise da pesquisa e pela relevância dessa ação para a população carcerária.

²³Por essa razão, os direitos humanos não são categorias anteriores nem para a ação política nem para as práticas econômicas. A luta pela dignidade humana é a razão e a consequência da luta pela democracia e pela justiça. Nós não somos antes de privilégios, simples declarações de boas intenções ou postulados metafísicos que representam uma definição de natureza humana isolada de situações de vida. Pelo contrário, os direitos humanos são a afirmação da luta do ser humano para ver seus desejos e necessidades cumpridas nos contextos vitais em que se situa. (tradução livre)

²⁴ Brasileiro sempre trabalhava no instituto com a porta de entrada aberta, ao se reportar a esta prática, nos ensina que a instituição está aberta para quem quiser entrar, independente do crime cometido, da religião, da orientação sexual, da idade e da cor da pele. E dizia, em conversa informal : “A casa de Mandela é para todos”.

Inicialmente, foram entrevistados 6 colaboradores. Dentre eles, 5 sujeitos começaram a atuar no início de 2016 e permanecem até os dias atuais. Participam de reuniões aos quais o instituto se encontra vinculado. Dentre esses, 4 são mulheres e 1 homem. Todos são jovens graduados em Direito. A sexta entrevistada é formada em Assistência Social e começou a atuar em 2011 como colaboradora e em 2013, foi vinculada ao estatuto do ICCNNM como Diretora social. A partir desta entrevista, chegou-se até a 7ª entrevistada, que atuou como colaboradora entre os anos de 1998 até 2002.

Em momento posterior, buscou-se a interlocução com algumas egressas penais que tivessem se correspondido com o instituto enquanto presas, ou mantiveram alguma vinculação com as cartas. Com a dificuldade apontada em momento anterior, foram entrevistas duas egressas, que também contribuíram com o trabalho com as cartas. Uma delas atuou como colaboradora do instituto após sua soltura em 2010. A última entrevistada, colabora com o instituto de forma intermitente desde 2010. É pedagoga, porém, não atua na área, mas participa das discussões relacionadas ao cárcere.

Sendo assim, perfaz-se um grupo de 11 entrevistados ao total para a realização deste trabalho. Os entrevistados revelam em suas narrativas posicionamentos e visões de mundo diferenciadas, localizando-se em realidades sociais distintas uma das outras, mas que convergem pelo desejo na atuação com os Direitos Humanos. A mobilização desses sujeitos a partir de suas práticas parece revelar a busca por outro paradigma, portanto, considera-se tanto interventores, como educadores no espaço de atuação do ICCNNM.

Os sujeitos- praticantes da pesquisa: O que aprendemos uns com os outros?

Nas entrevistas e no convívio com a prática desses sujeitos da pesquisa, percebeu-se que se dividem em duas categorias: os colaboradores, que são advogados ou acadêmicos em Direito, que iniciam suas atividades para prestar auxílio jurídico, demandado pelas cartas e aqueles que atuam em profissões diversas, no entanto, estão intrinsecamente empenhados em desenvolverem funções relacionadas às cartas. Portanto, as cartas são lidas e respondidas por interlocutores de diversas áreas do conhecimento, tais como, Assistentes sociais, Advogados, Pedagogos e Ativistas do Movimento Negro.

Percebe-se, ainda, importância de identificar esses dois grupos a partir das narrativas apresentadas por elas(es). A localização das trajetórias de cada entrevista auxilia a compreensão

de como e porque chegaram até o instituto. Entender como o trabalho com as cartas os afetam, indicam como o ensino- aprendizagem pode acontecer a partir da interação com o outro.

A pesquisa, então, sugere que a Educação está intrinsecamente se desenvolvendo na interação do trabalho diário daqueles que estão comprometidos como interlocutores dessas cartas. Acredito que estes exercem a função social para uma população especificada. Trabalha-se com o enriquecendo, conhecimentos e conceitos que não podem ser desprezados e ignorados pelas instâncias públicas e pelo poder hegemônico.

“Por favor, preciso que explique como está o andamento do meu processo”²⁵

A primeira entrevista foi realizada com o Samuel, no dia 11 de agosto de 2017, no espaço da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. Ele é um homem jovem de 30 anos, se reconhece como negro. Exerce a profissão como advogado autônomo há 2 anos. Morador da zona sul do Rio de Janeiro, considera-se pertencente ao grupo econômico identificado como classe média. Graduado em Direito pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), chegou ao conhecimento do Instituto Nelson Mandela por um grupo virtual de amigos da própria universidade que se comunica por *WhatsApp*. Neste grupo, tomou conhecimento da necessidade de voluntários para que fosse montado uma equipe jurídica de auxílio na assistência aos encarcerados no ICCNNM. Samuel não tinha conhecimento da existência do instituto:

Não conhecia o instituto, primeiro tivemos duas reuniões, uma foi no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) e a segunda foi no próprio ICCNNM com o Brasileiro e o Dr. Marlon, que é da Defensoria e toda a equipe que está compondo o jurídico hoje. E já estou lá há mais de 1 ano. Passa muito rápido. (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017).

Samuel sempre esteve muito presente na realização das atividades junto ao instituto. Desde o início da entrevista, mostrou a preocupação em aproveitar os conhecimentos adquiridos na faculdade para auxiliar o outro. Informa que atuou como estagiário na Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e em outros órgãos públicos na mesma cidade. Declara, também, que nesses espaços conheceu “o lado conservador do Direito” (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017) e percebeu que não gostaria de atuar profissionalmente nestes órgãos:

Quando vi essa oportunidade oferecida pelo instituto, eu pensei: Isso se encaixa naquilo que eu quero, trabalhar em uma Instituição da Sociedade Civil

²⁵ Fragmento retirado do acervo de cartas do ICCNNM escrito por uma mulher que se encontrava encarcerada em agosto de 2016.

voltada para a prestação de serviço, até para dar um retorno, eu estudei na Universidade Pública e sei que estudar na Univ. Pública não é para todo mundo, as vezes você estuda lá e não dá retorno algum para a sociedade, só dá retorno para si mesmo e é um parcela ínfima que tem essa condição de estudar nesses espaços (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017).

A partir dessa entrevista com Samuel, outras percepções foram se construindo no imaginário desta pesquisadora. As tensões e contradições existentes nas universidades que formam operadores na área jurídica, inesperadamente, foram se mostrando importantes ao longo das entrevistas seguintes. A partir das narrativas observamos a lacuna existente no ensino jurídico, no que concerne a temática relacionada, sobrepujada pela prática voltada para o mercado de consumo.

Indicada por Samuel, a segunda entrevistada foi a Paula, no dia 14 de agosto de 2017. Ela é uma jovem advogada autônoma, tem 32 anos e atua nas áreas Trabalhista e Previdenciária desde março de 2010. No intervalo de uma de suas audiências, conseguiu-se colher o seu depoimento no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TRT/ RJ). Ela é mãe e, em alguns momentos, revelou as dificuldades em conciliar a atividade materna com os compromissos profissionais. Além disso, conta emocionada que em fevereiro de 2015 perdeu o marido, ficando viúva muito jovem. Ela também se reconhece como mulher negra, residente do bairro de Guaratiba, Zona Oeste do Rio de Janeiro. Hoje se localiza economicamente na classe média. Ela menciona que chegou ao conhecimento do instituto de forma inusitada.

Em 2014, Paula sofreu um processo ético pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/RJ) enquanto atuava como estagiária: “Aí eu estava sentada aguardando o julgamento, eu estava muito triste, nervosa, eu vi o folheto do instituto por ali, na frente dessa sala que eu estava esperando, na OAB.” (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017). No julgamento, porém, foi reconhecido que ela estava passando por uma injustiça e não sofreu nenhuma sanção, mas uma das julgadoras desse processo ético, falou a Paula: “que ela acreditava em mim, que eu tinha que fazer minha parte como advogada no mundo” (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017). Paula tinha acabado de ver aquele folheto do Brasileiro:

Aí na semana seguinte eu fui ao instituto, conheci o Brasileiro em 2014, só que na época eu trabalhava no escritório, então eu fiquei pensando de que forma eu poderia ajudar e não consegui, não consegui ver uma forma, mas guardei aquele folheto e nunca mais esqueci dele (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017).

Segundo o depoimento, Paula enfrentava momentos difíceis em sua vida. Perda do marido, com uma filha pequena para cuidar, recém-formada em Direito, passando por um processo ético na OAB, mas a ideia de colaborar com o instituto ficou em sua memória até:

Aí ano passado eu resolvi procurar o instituto para ver se ainda existia mesmo, por isso que eu comecei. Eu cheguei a estar estudando ano passado, logo após o falecimento da mãe dele, que aí eu comecei a ajudar muito ele no processo de inventário e tal e fui vendo as coisas, fui vendo as cartas, foi dessa forma que eu me envolvi. Foi um processo longo até eu resolver mesmo fazer as cartas, trabalhar com as cartas. Eu acho que foi uma mudança para mim mesmo, de perspectiva, como pessoa, não me preocupar tanto só comigo. Eu precisei ter uma perda muito grande para poder ver que eu precisava fazer mais alguma coisa, de uma forma gratuita, sem nenhuma contrapartida, que essa é a forma que a gente chega lá (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017).

Paula, generosamente compartilhou sua trajetória de vida para explicar como e por que foi ao encontro do instituto. Sua história de vida marcante indica o perfil dos colaboradores que chegam até o instituto e ensinam a ressignificar a atuação profissional, a partir do envolvimento com a causa desenvolvida pelo ICCNNM.

A terceira entrevista aconteceu no mesmo dia da entrevistada Paula. Foi com Renata, no final de tarde. Após a saída do seu trabalho, o encontro no espaço reservado ao café, na livraria Cultura, localizada no Centro do Rio de Janeiro, possibilitou a entrevista. Ela tem 30 anos de idade e é advogada formada há sete anos pela Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente, atua na área criminal. É contratada recente de um escritório particular, e é mestranda em Direito na UERJ. Anteriormente estava se preparando para o concurso para atuar como Defensora pública. Moradora do Bairro do Leblon no Rio de Janeiro se considera pertencente a classe média alta. Declara que nunca lhe faltou nada, mas sempre se interessou em tentar ajudar àquelas pessoas que considera menos favorecidas pela sociedade. Chegou ao instituto por intermédio de uma publicação postada nas redes sociais, que convocava advogados para atuar de forma voluntária no projeto jurídico junto ao instituto:

Na época era uma coisa que eu tava buscando, e agente marcou uma reunião, eu me lembro que várias pessoas se mostraram interessadas dessa vez, mas a gente marcou uma reunião no CCBB, foram poucas pessoas. Acho que uma semana depois eu fui até o instituto, daí eu conheci o Brasileiro, e aí foi quando outras pessoas, que não estavam no outro encontro também compareceram, que foi o Samuel, a Elisa foi também, junto com a amiga dela, Paula, e eu chamei uma amiga minha, Alexandra, que tá lá com a gente, porque eu sabia também que ela tinha interesse, quando eu falei com ela, ela achou legal. Então foi isso, aí a gente conheceu o Brasileiro, e ele apresentou um pouco do instituto para a gente, e aí foi quando a gente começou a frequentar, acho que semanalmente, cada dia da semana um de nós ia, e ficou assim por um tempo (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017).

Renata informa que, inicialmente, trabalhava respondendo as cartas, porque o volume era muito grande e tentava ajudar nas demandas que apareciam nos escritos, “não necessariamente eram demandas jurídicas, porque a gente não atua no instituto como advogado, a gente dá mais a informação, orienta, a gente faz ofícios, essas coisas.” (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017).

A próxima entrevistada foi a Alexandra, amiga da Renata. Ocorreu no dia 17 de agosto de 2017, no café da Livraria Cultura, mesmo local onde foi realizada a entrevista com a Renata. Foi à noite, após o seu horário de trabalho. Ela tem 29 anos de idade, mulher branca, moradora de Copacabana, zona sul do Rio de Janeiro, formada em Direito pela UFRJ em 2012. Ela conta que nunca tinha ouvido falar do instituto, nem mesmo na faculdade. Por intermédio de sua amiga Renata ficou conhecendo um pouco do que se tratava o trabalho do instituto e se interessou em fazer parte do projeto.

Então eu fui por ela, na verdade, por uma colega de profissão, quando falou: "quer ir lá comigo na reunião? A gente se interessa por penal, a gente quer trabalhar nessa área", e eu quando saí da faculdade tava estudando para concurso. Aí eu pensei: talvez seja uma boa, ter mais contato. E aí eu fui nessa reunião com o Brasileiro com ela, a Renata, dessa maneira. Mas eu não tinha ouvido falar no instituto, nem na faculdade (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017).

Alexandra menciona que começou a trabalhar com a área relacionada ao Direito civil, mas que não é a especialidade dela. “Minha especialidade é penal” (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017), disse ela. Menciona já ter trabalhado com essa área de penal, anteriormente, “com a galera mais humilde por um ano e meio na faculdade.” (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017) A partir desse momento começou a estudar para ser Defensora Pública e começou a se “interessar mais por esse lado” (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017).

A próxima entrevistada e última deste grupo foi a Ellen. Novamente, o encontro na Livraria Cultura, onde foram realizadas algumas entrevistas anteriores. A entrevista se deu antes de ela ir para o trabalho. Ellen veio do interior do Paraná, tem 28 anos, mulher branca, se considera oriunda economicamente da classe média, formada em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, no ano de 2013. Trabalhou como advogada durante um 1 ano, porém não exerce a profissão e está trabalhando como funcionária de uma ONG que desenvolve trabalhos sociais no Rio de Janeiro. Ela atuou no instituto, no período entre setembro de 2014 a setembro de 2015. Ao chegar ao instituto, foi ela quem ensinou a esta pesquisadora as

atividades que se desenvolviam lá. Sempre muito organizada, desempenhou com dedicação as funções que lhe foram atribuídas no ICCNNM. Chegou a ganhar uma ajuda de custo para frequentar o instituto, mas por causa das condições financeiras, precisou procurar um emprego para se manter no Rio de Janeiro, já que sua família reside em São Paulo. Atualmente, ela é moradora do bairro da Lapa, região central do Rio de Janeiro.

Ellen chegou ao instituto a partir de uma visita ao Rio de Janeiro. Participou de uma palestra, na qual, Brasileiro apresentava as atividades do instituto:

E aí eu vim para o Rio de Janeiro para tentar trabalhar realmente com população vulnerável, eu já lidava muito com o voluntariado de favela e tudo mais. E aí, quando eu conheci o Brasileiro, e a forma como ele falava, como ele acreditava nessa transformação, aí eu falei "é isso, né, olha esse cara", que fazia uma semana que eu estava no Rio, sem emprego, e ouvir ele falar em uma palestra, eu falei "gente, é isso, já achei alguém que pensa um pouquinho da mesma forma que eu", e aí eu já fui atrás dele e deu certo (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017).

Ellen informa que chegou ao Rio de Janeiro, no começo de agosto de 2014, e foi informada que aconteceria uma palestra no prédio da OAB/RJ sobre Direitos Humanos e Sistema penitenciário. Ela foi assistir e Brasileiro era um dos convidados que compunha a mesa de debates:

aí ele teve um momento de fala lá, e todo mundo aplaudindo, e realmente todo mundo fixado, na hora que ele fala fica todo mundo, "meu Deus, o que vai sair daí?", aí eu achei incrível, já mandei um e-mail para ele no dia seguinte, e aí uma semana depois eu já tava lá, foi assim (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017).

Durante a entrevista, os relatos são intensificados pela emoção, Ellen foi acolhida por Brasileiro naquele momento em que ela conhecia poucas pessoas, na sua condição de mulher, jovem, sozinha no estado até, então, desconhecido para ela. A partir do instituto, ela conseguiu realizar seu desejo em trabalhar com os Direitos Humanos e continua trabalhando nesta área até os dias de hoje.

A maioria das entrevistas foram realizadas de acordo com a disponibilidade de acesso e horário pelo entrevistado. Todas as entrevistas foram gravadas em áudios e transcritas em arquivo pessoal no caderno de pesquisa. Todos os entrevistados acima estão identificados com seu nome verdadeiro, os quais concederam o direito de usá-los para a realização desta pesquisa.

Eu tinha maior orgulho de falar que trabalhava com a “reintegração social”²⁶ do preso²⁷

Neste momento, pretende-se discorrer sobre os sujeitos que não são advogados. Porém desenvolveram as mesmas atividades daqueles que são advogados, até mesmo com o trabalho com as cartas. Neste grupo, incluem-se os fundadores do ICCNNM: Professora Vanda Ferreira, José Carlos Brasileiro e o Sr. Carlos Alves Moura, que, neste entendimento, dispensam apresentações, uma vez que estão devidamente referenciados no capítulo direcionado ao Histórico do Instituto Nelson Mandela. Ao longo das entrevistas com esses sujeitos, muitos aspectos foram indicados como relevantes para entendê-los como colaboradores, também, do processo de interação com as cartas como verificaremos no momento seguinte.

Tão logo, a primeira entrevista realizada deste grupo, foi com Dandara²⁸. Esta entrevista foi realizada no dia 09 de julho de 2017, em um restaurante, no bairro do Méier, no Rio de Janeiro, onde almoçou-se e logo após se deram os encaminhamentos para a realização da entrevista. Dandara se reconhece como mulher negra, tem 28 anos de idade e é egressa penitenciária. Ela reside em um bairro de Belford Roxo na Baixada Fluminense e possui o 2º grau completo. Esteve presa provisoriamente no presídio Nelson Hungria durante o ano de 2009, entre os meses de maio a dezembro. Enquanto presa, tomou conhecimento do trabalho desenvolvido pelo Instituto Nelson Mandela. Correspondia-se com o instituto através das cartas e escrevia também para suas companheiras de cela que não sabiam escrever. A partir dessa função, aproximou-se de Brasileiro, do qual recebeu ajuda para que fosse concedido seu *habeas corpus* no qual “venceu” sua liberdade.

Então eu escrevi para o Brasileiro, era direto para ele, eu queria que ele tomasse conhecimento do que estava acontecendo comigo, então eu não escrevia para o ICCNNM e sim para o Brasileiro. E ele se comunica comigo pelas cartas, e as vezes ia no presídio (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017).

Ao sair do presídio, Dandara começou a trabalhar como colaboradora do instituto lendo e respondendo as cartas com o auxílio de Brasileiro no ano de 2010.

²⁶ Os termos reintegração ou ressocialização são usualmente utilizados no ambiente carcerário. Entende-se que os referidos termos reforçam o discurso não emancipatório. Presenciou-se a narrativa que alimenta a *status quo* dominante que legitima a opressão nos espaços de privação de liberdade, ensinada para os presos com a intenção de reforçar a subalternização. É uma estratégia funcional do poder opressor que se dissemina intencionalmente na sociedade e desapercibida, até mesmo, para àqueles que lutam contra o sistema existente.

²⁷ Fala mencionada durante a entrevista com a colaboradora Tiana.

²⁸ Nome fictício

Quando eu saí do presídio, o Brasileiro me chamou para trabalhar lá. Eu saí em dezembro de 2009, em fevereiro de 2010 eu fui para o Brasileiro. Lá eu fazia algumas coisas para ele. Pagava conta, ia na rua entregar ofício e respondia as cartas. Eu abria e lia as cartas em voz alta para o Brasileiro e ele me dizia como tinha que responder. E eu escrevia, respondia tudo. Isso foi em 2010. Fiquei lá de fevereiro até julho. E eu achava que estava contribuindo muito, porque eu sabia como era lá dentro (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017).

Ela relata que não continuou mais tempo porque Brasileiro adoeceu e as atividades diminuíram após este período. Informou, também, que foi um período muito importante para ela, no qual conheceu muitas pessoas que considerou importantes para a causa. Diz, ainda, que o que mais aprendeu foi a ter esperança. “Esperança que a pessoa iria ter algum resultado. Brasileiro se esforçava muito pelos presos, ele ia na defensoria, para o defensor resolver. E eu as vezes ia na defensoria com ele, foi uma grande vivencia” (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017).

Atualmente, Dandara tem duas filhas, é casada, está desempregada no momento, mas trabalha como faxineira para ajudar nas despesas cotidianas de sua família. Ela, enquanto presa, tornou-se uma referência para as detentas para as quais escrevia as cartas. Algumas mulheres encarceradas escritoras a cita, em seus escritos.

Foi a partir dela que conseguiu-se falar ao telefone com outras egressas, porém sem sucesso, para que se conseguisse entrevistá-las. Considera-se sua narrativa extremamente relevante para localizar a voz que fala e escreve a partir do cárcere, mostrando um olhar particular como interventora, nesse processo de ensino- aprendizagem singular.

Lélia²⁹ foi a segunda entrevistada. Ela foi entrevistada no mesmo dia e local da entrevista realizada com Samuel, no dia 11 de agosto de 2017, contudo, em horários diferentes. Chegou muito bem arrumada e diz que é uma honra poder colaborar com uma pesquisa. Ela é egressa penal, mãe, tem 67 anos de idade e cursou faculdade de Pedagogia. Permaneceu presa durante 12 anos, no Instituto Penal Talavera Bruce foi onde viveu a maior parte do cumprimento de sua sentença. Foi liberta em 2010. Esta Foi a entrevista mais longa de todas, durou quase 2 horas. Ela tinha a necessidade de contar como foi sua vida durante tanto tempo reclusa. Como pesquisadora, respeitou-se seu espaço de fala. Ao longo da conversa/ entrevista, falou muito da importância do trabalho desenvolvido no instituto para as mulheres encarceradas. Relata que escrevia cartas para as outras presas não escolarizadas, mas apresenta críticas à falta de recursos

²⁹ Nome fictício

do instituto para ajudar a população encarcerada. Reconhece, porém, a importância da escrita para que as mulheres possam ser ajudadas:

Algumas coisas, era a atuação dele com as cartas que ele conseguia, falava com um e com outro, com o desembargador. As autoridades não podem não fazer nada diante desse caso, mas eles telefonam para o juiz da VEP para ver o processo do fulano, porque esse chato do Brasileirinho está toda hora enchendo o saco, procuram ver o que é, aí movimentava alguma coisa. Só um telefone não resolve o problema, mas é um antídoto (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017).

Lélia sempre tentou colaborar com o instituto após sua liberdade. Frequentou alguns seminários representando o instituto, mas não trabalhou respondendo as cartas diretamente neste período. Atualmente, possui uma vida ativa e tenta ocupar algum espaço no mercado de trabalho e pretende voltar para a universidade, mas sempre encontra as barreiras da discriminação por carregar o estigma social de ser egressa penal.

No dia 15 de agosto de 2017, foi a vez de entrevistar a Elisa, a terceira entrevistada. A entrevista foi realizada à noite no restaurante conhecido como “Verdinho”, na região central do Rio de Janeiro. Ela se identifica como mulher negra, tem 47 anos de idade, é Bacharel em Direito. Moradora de Botafogo, é mãe e relata que começou a atuar no instituto como voluntária em 2016. Logo em seguida, atuou como secretária remunerada por uma empresa que ajudou o instituto com algumas despesas. Neste período, Elisa desempenhava atribuições desde leitura das cartas até funções administrativas. Colaborou intensamente com as atividades do instituto e auxiliou todos os outros colaboradores no desempenho de suas funções.

Elisa já desempenhava funções relacionadas aos Direitos Humanos em espaços diversos e chegou ao conhecimento do instituto a partir de uma atividade que estava sendo realizada com apenas:

eu participei de uma habilitação de casamentos de presos na lemos de Brito. Aí, depois uma amiga minha falou que instituto estava precisando de voluntários para ler e responder as cartas. Aí a Amora, que é membra do instituto, fez uma reunião com o brasileiro, com mais cinco pessoas. E o Brasileiro explicou como seria o processo e falou que ali era uma ONG, sem fundos, sem recursos, mas tem bastante cartas de presos querendo respostas querendo saber de benefícios e tudo. Foi aí que eu comecei. E logo que entrei, a secretaria que estava lá saiu e o instituto não podia ficar de portas fechadas e o Brasileiro começou a pedir alguém...porque sem a secretaria as portas iriam ficar fechadas. E seu estava sem emprego, e eu me ofereci para trabalhar lá (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017).

Atualmente, ela está empregada em um Cartório de Registros e Ofícios e deseja voltar às atividades que sempre desempenhou com as populações vulneráveis.

Amora, foi a próxima entrevistada. Ela compõe os quadros de direção do instituto como tesoureira. Anteriormente, desempenhava a função de vice-presidente e começou a atuar no instituto como voluntária no ano de 2011. Ela tem 32 anos e se identifica como mulher parda e de classe média baixa. Moradora do bairro do Riachuelo, casada, vem atuando em várias frentes junto a população encarcerada. Atualmente, é Assistente Social e trabalha formalmente com o projeto relacionado aos Jovens aprendizes no Rio de Janeiro. A entrevista foi realizada no espaço da Federação das Favelas do Estado do Rio de Janeiro (FAFERJ), no dia 21 de agosto de 2017, numa noite chuvosa.

Esta entrevista foi difícil porque Amora tinha uma convivência muito próxima com Brasileiro e falar sobre o instituto, sobre cartas é falar de Brasileiro, também, de toda a sua luta. Amora ficou emocionada em vários momentos durante a entrevista. Informou que já trabalhava com a população encarcerada antes de atuar no instituto. A partir de uma reunião da rede de apoio ao egresso penitenciário (RAESP), passou a conhecer a instituição. Foi quando realizou sua primeira visita e percebeu que não tinham verbas e “o trabalho que era feito era feito através mesmo do colaborador ali, do Brasileiro, da figura dele, porque ele tava sozinho tocando em frente” (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017). Naquele momento, não pôde contribuir, mas foi no instituto que encontrou estímulo para continuar atuando com a população encarcerada:

Conhecendo um pouco do instituto, percebi que é uma instituição que realmente faz o atendimento que é necessário, que não distingue, que não é porque você é amigo de fulano que você vai ter prioridade, não! Todos os presos têm prioridade, independentemente da facção e eu vi que o instituto dava acesso a todos eles, através das cartas e dos familiares que iam na instituição para poder pegar as orientações necessárias (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017).

Amora permanece atuante até os dias atuais. Participa das reuniões, faz parte da constituição atual do estatuto, incentiva os outros voluntários a não desistirem da luta e tenta não esmorecer diante das dificuldades apresentadas.

A última entrevista foi realizada por indicação da Amora. Foi com Tiana³⁰, uma antiga colaboradora que atuou entre os anos de 1998 até 2002, tempos esses, em que o instituto estava em pleno funcionamento e fomentava os principais projetos desenvolvidos à época. Foi o momento em que Brasileiro participou da I Conferência Mundial contra o Racismo, a

³⁰ Nome que prefere ser identificada, indicado pela entrevistada.

Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância, em Durban, África do Sul, representando o ICCNNM. Muitas memórias foram narradas por Tiana. A entrevista foi realizada, no dia 25 de agosto de 2017, na Livraria Cultura. Moradora de um bairro de Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro, reconhece-se como mulher negra. Tem 40 anos de idade, casada e está desempregada no momento. Ela revela como foi sua experiência junto ao instituto com muita empolgação e como sentia orgulho em trabalhar com os Direitos Humanos. Era muito jovem à época e todas as atividades eram ótimas novidades, inclusive o trabalho com as cartas eram remunerados. Tiana conta como chegou ao instituto:

Eu cheguei lá, porque conheci o Brasileiro numa feira voluntária, e o Brasileiro sempre muito expansivo, com aquela maneira de chegar nas pessoas, falando com todo mundo. Ele se apresentou a mim como presidente de uma associação, pediu o meu contato, e na realidade, eu não tinha noção nenhuma do que era uma instituição e nós trocamos contato e eu fui até a instituição e lá ele falou que estava precisando de uma secretária e eu falei que sim. E na época ele estava com projetos interessantes que eram feitos para os filhos dos presidiários e para os egressos (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017).

A entrevistada traz um olhar diferenciado à pesquisa. Ela situa os tempos nos quais os investimentos para as causas sociais estavam sendo fomentadas pelo governo no Rio de Janeiro e incentivadas pelas instituições privadas. Segundo Tiana, o instituto participou do financiamento social a partir do empréstimo concedido pelo “Banco do Povo” que impulsionou projetos de empregabilidade³¹ para egressos penais e possibilitou a remuneração de seu trabalho. A entrevistada mostra que, mesmo que tenha havido diversas fases diferenciadas, o instituto permaneceu com a mesma ideologia filosófica de empoderamento ao encarcerado, privilegiando o trabalho realizado com as cartas.

2.4 EM PROCESSOS DE (DES) APRENDIZAGENS:

Os sujeitos participantes da pesquisa demonstram, ao longo de seus depoimentos, o interesse em desenvolver atividades relacionadas aos Direitos Humanos. A partir dos relatos, foi possível observar, como cada um dos entrevistados revelam suas impressões particulares

³¹ Segundo documentos do acervo do ICCNNM, o convênio com o Banco do Povo e o instituto beneficiou vinte e três egressos penais financiando a compra de barracas de água de coco. O financiamento era pago mensalmente com os valores arrecadados com a venda da mercadoria no Estado do Rio de Janeiro entre os anos 2000 e 2001.

sobre aspectos diversos que envolvem o ambiente carcerário. Relataram sobre suas práticas cotidianas e identificam como foram impactados pelo trabalho desenvolvido dentro do instituto, a partir da interação com o outro, seja por meio das cartas, seja no processo de aprendizagens uns com os outros.

Para a melhor compressão destas narrativas, no entanto, optou-se pela elaboração de categorias que contemplem as impressões dos entrevistados sobre temáticas que atravessam a pesquisa, tais como: O que pensam sobre o Sistema Carcerário feminino? O que pensam sobre o trabalho com as cartas? O que aprendem uns com os outros nesse processo interativo?

Embora, os entrevistados tenham sido identificados anteriormente como aqueles que são advogados e os que não são, justifica-se o feito, por mera intencionalidade de organização. Neste momento não se pretende subdividir as narrativas. Entende-se que os colaboradores advogados, embora ajudem na assistência jurídica, exercem funções diversas à advocacia. Uma vez que o público atendido pelo instituto, ou são assistidos pela Defensoria Pública ou possuem patronos particulares.

A partir das categorias mencionadas, acredita-se na possibilidade da abrangência das vozes dos participantes como subsídios imprescindíveis que demonstram a relevância para a pesquisa na área da Educação. A intencionalidade é a busca pelos aportes que indiquem uma educação *outra*, voltada para olhar e solidariedade com a vulnerabilidade social do outro. Para tanto, as percepções dos entrevistados serão visibilizadas a partir do trabalho desenvolvido com as cartas, sempre que possível.

Representações sobre o Sistema Carcerário

Muito comum, nas entrevistas, as impressões narradas sobre o cárcere. Em especial o cárcere feminino. As atividades desenvolvidas no instituto, embora não aconteçam especificamente dentro dos presídios, são direcionadas para o público que ali habitam. É indicado, portanto, como importante apreender conhecimentos sobre esse espaço para lidar com as questões específicas dos presos e prestar a assistência necessária com maior eficácia.

A maioria dos entrevistados passou a ter contato com a realidade do ambiente prisional a partir da interação com o instituto e relatam suas impressões:

O sistema penal tem que acabar. Comecei a frequentar presídio por causa do instituto, é absurdo. Eu fico pensando(...), quando você entra naquele lugar, sério, aquele bando de galpão, cheio de doença, eu peguei doença de pele indo lá, fui lá pouquíssimo e peguei bicho, carrapato lá, cocô, é muito quente, tem

muito inseto, uma área rural. Um cliente meu falando que tinha pego lepra, tuberculose, doenças não tratáveis. Isso não tem nada a ver com justiça, com nada, todo mundo é traficante de baixo escalão (ALEXANDRA, CADERNO DE PESQUISA, 2017).

Os colaboradores do instituto experimentam realidades existentes nas penitenciárias masculinas e femininas. As ações têm sido desenvolvidas em ambos os ambientes, tais como o Projeto Pré- Enem, Nelson Mandela desenvolvido na Penitenciária Lemos de Brito (penitenciária masculina) e o Projeto Moda Inclusiva Renner que aconteceu no Instituto Penal Oscar Stevenson (penitenciária feminina). Como o foco dos estudos estão direcionados para o cárcere feminino, alguns dos entrevistados relatam o que viram no sistema carcerário feminino:

Quando eu fui pela primeira vez nessas penitenciárias femininas, eu me deparei com umas situações que o estado deveria resolver. A colocou ali fechou a grade e acabou, não! Tinham que dar cursos, estudo, algo para passar o tempo para elas produzir. E também ajuda de psicólogos. E separar quem cometeu crimes pequenos, dos crimes com mais tempos de cadeia e era tudo junto, roubo junto com quem matou, facção junta (...) tudo misturado, era o que eu via. Eram muitas histórias que elas contavam, como elas entravam para a vida do crime e muitas eram mulheres que assassinavam seus companheiros e outras que se envolveram com drogas e não sabiam que ele tava nesse meio e por questões, acabou sendo presa (TIANA, CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017).

Nesse aspecto, acredita-se na importância de privilegiar o olhar de quem “morou” no cárcere feminino. Dandara e Lélia são mulheres que vivenciaram as amarguras e a violência do cárcere no Rio de Janeiro. Ambas relatam os momentos de clausura como sendo os piores de suas vidas. Estiveram presas em lapsos temporais diferentes, mas como elas mesmas indicam, “um único dia na prisão é como se fosse a eternidade” (LÉLIA, CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017). Elas descrevem, também, o espaço físico por onde passaram e o que eles acarretaram suas vidas pós cárcere. Segundo Lélia:

Mas nesse sistema que eles fizeram, nesses Bangu 1, 2, 3, é uma cama em cima da outra, quando você olha, na realidade se fechar você diz isso é um tumulto, primeiro se a pessoa for forte ela não consegue passar no corredor, tem que ser dela ou de cócoras, olha como isso é humilhante. Então tudo tem uma dificuldade, não tem cama é tudo cimento, não tem escada para subir para cama de cima é um suporte, e você vai de um lugar para outro(...) você sai com uma série de traumas eu não vejo nenhum estudo biológico, sobre algumas questões. Por exemplo, lá é tudo liso, é como aqui, aí você passa 4, 5 anos presa ou 12 como eu fiquei, o que ocorre? Você perde a noção de descer e subir, você tropeça o tempo todo. Eu saí em 2010, ainda hoje eu tropeço muito, a visão fica curta, a explicação é que lá só tem parede, aí teu músculo

não desenvolve. Então existe uma série de situações, a gente vira lixo (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017).

No relato acima, Lélia estava presa no Instituto Penal Talavera Bruce, onde cumpriu a maior parte de sua prisão após sua sentença definitiva.

Dandara esteve encarcerada, inicialmente, no Departamento de Polícia, onde ficou por 30 dias e, logo depois, foi para o Presídio Nelson Hungria até “vencer”³² sua liberdade. Narra sobre o espaço físico da cela, onde se encontrava. Denuncia a ausência de insumos básicos e problematiza a cadeia feminina em relação a cadeia masculina:

Agora no presídio de mulher não tem nada. Minha cela tinha 50 mulheres. Mas tinha camas beliches, só que quem está na cama de baixo tem que pagar. Eu não tinha visita íntima porque não era sentenciada, era provisória. Outra coisa era a revista da comida, era horrível, reviravam tudo, quebravam os biscoitos, elas eram muito ruins. E lá não tem papel higiênico, absorvente, sabonete para a presa que não tem visita, tinha que ter um kit higiene pelo menos para as presas que não tem visita, mas não tem nada. Nem papel higiênico e nem roupa. Tem época lá que é muito frio, porque é de frente para o morro e tem um depósito de lixo, as moscas entravam e acabam com a gente. Lá eles não dão lençol, nada de roupa de cama. E tinha nada de doação de roupa, ou você tem sua visita, ou não tem. Elas entravam na porrada, porque lá dentro não tem esse negócio de facção não, é tudo misturado. Porque nos homens é separado por facção, no feminino não. Por isso que a gente fala que a cadeia do homem é mais tranquila porque é tudo separado. A cadeia da mulher é tudo junto irmã. Ali nós é bicho! É um inferno! (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017).

Nas entrevistas com as egressas, percebeu-se a desumanização e precariedade da vida dessas mulheres. Além, dos relatos indicados, outras percepções foram apontadas por ambas, tais como: a solidão, a desesperança, a humilhação, o medo e a violência.

Os colaboradores Samuel, Paula e Renata não frequentaram o cárcere feminino, mas apontaram o que aprenderam a partir das cartas femininas que leram e tencionam esse espaço na sociedade:

Percebi com as cartas que ali é de tortura mesmo, as pessoas estão ali, elas estão largadas, esquecidas, e propositalmente, ela tá ali porque não tem dinheiro, não tem ninguém por elas (RENATA, CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017).

E, realmente, pelo que eu percebi em muitas cartas é que as pessoas estavam presas sem necessidade, por crimes que não tinha necessidade de estar presa

³² Termo utilizado frequentemente nas cartas das mulheres encarceradas. Significa que elas conseguiram cumprir alguma etapa de sua prisão, como a progressão de regime ou a liberdade.

aquele tempo todo, e não há investigação, as mulheres são presas e jogadas lá sem uma investigação correta do que está acontecendo, e isso é um absurdo, eu acho que é um crime (PAULA, CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017).

Percebi nesse tempo e com as cartas e com o debate que o encarceramento feminino não dá para ser discutido sem discutir o posicionamento da mulher na sociedade. Estamos em uma sociedade machista. As prisões não foram feitas para mulheres, e sim para homens. Então a mulher que comete crime, ela errou duas vezes: por ser mulher porque ela tem que estar ali cuidando da família e é isso que a sociedade cobra. E agora ela tá ali ocupando um espaço que foi feito para o homem e não para ela. Então ela entra lá com um peso muito grande. Quando um homem é preso, a mãe, esposa, filhos vão visitar e a mulher não, ela é presa e toda a família se desestrutura. Ela vai para o presídio e deixa um filho. Boa parte das famílias é a mulher que sustenta ou cuida do filho. Então se acontece alguma coisa com essa mulher? Com quem vai ficar os filhos em segurança? Então a punição, até mesmo psicológica para a mulher é muito maior que a do homem. Então acredito que elas se sentem muito mais culpadas que os homens (SAMUEL, CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017).

Os relatos acima indicam como e, com quais instrumentos, os colaboradores passaram a perceber o cárcere feminino. A partir de suas práticas desenvolvidas no instituto, embora atuem na área jurídica, acredita-se ser possível identificar o quanto o espaço do instituto e a dialogia com as cartas podem refletir no processo de aprendizagem.

O ir e vir com as cartas

Ao considerar as cartas como principais documentos analisados na pesquisa, vai-se ao encontro dos colaboradores que desempenharam suas funções lendo e respondendo-as, com exceção dos fundadores do instituto, já mencionados em capítulo anterior que não desempenharam suas funções no trabalho com as cartas.

O que se pretendeu com a análise desta categoria foi colher as percepções particulares dos colaboradores sobre suas práticas de leitura, escrita e sua circulação. O que se pôde aprender com esse processo dialógico, que envolve aquela que escreve com o seu interlocutor- leitor dessas cartas.

Sob o olhar daqueles que participaram da fundação do instituto, as cartas possuem uma dimensão comunicativa imprescindível ao apenado: “Sem dúvidas, é o principal veículo de comunicação com os presos. É uma fonte de comunicação importantíssima, com muita potência, é fundamental incentivar essa comunicação.” (MOURA, CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017). Segundo Professora Vanda Ferreira: “Isso é histórico desde que

cárcere é cárcere. É através das cartas que eles e elas se comunicam para tudo” (VANDA FERREIRA, CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017). Brasileiro, de forma pensativa no momento da entrevista, indica como desempenhava o trabalho com as cartas e percebia as cartas da seguinte forma:

Cartas, nós recebemos muitas cartas, e isso há bastante tempo. Porque o preso não tem e-mail, então tem que escrever mesmo e eu lia muitas cartas, agora estou com problema de visão, mas eu espero me recuperar. Eu lia todas as cartas, todas as cartas! Então a gente tem o hábito de pegar as cartas, identificar, ver a situação. Se a situação for jurídica, o cara condenado a 4 anos e está tirando a 3 anos, a gente faz o contato com parceria da Defensoria Pública. A Defensoria pública, nos informando quem é o defensor daquela unidade, a gente comunica que tem um preso ou presa que já era para estar em liberdade! porque é muito preso, muita gente, as vezes o Defensor nem sabe que aquele preso tá solto dentro da cadeia dele, para você ter uma ideia, tem presídio que cabem 1.400 presos e tem 1.600 presos para dois Defensores que atende por ordem alfabética. Quer dizer... então a agente dá essa orientada, auxilia nesse sentido. As cartas servem para isso, dá assistência, ver questão de saúde, questão de violação aos Direitos Humanos. Tudo isso! (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2016)

José Carlos Brasileiro tinha muito cuidado com cada carta que chegava ao instituto. Tanto em preservá-las fisicamente, quanto como seriam respondidas, e a quem seria necessário acionar para tentar solucionar o conflito individualizado de cada súplica. Ensinava aos colaboradores como deveriam responder as cartas:

Então ali era a esperança dos pedidos serem atendidos e as cartas respondidas. E o Brasileiro, respondia todas as cartas, como eu não sabia ver processo, ele me explicava como fazia. Se tivesse processo, eu via no site como estava o processo e imprimia para enviar para os presos e assim ia. Ele me explicava como fazia em cada caso (DANDARA, CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017)

Como cada carta chega ao instituto com suas particularidades, todas eram lidas de forma individualizada. Brasileiro se preocupava, principalmente, com as cartas considerada “cartas denúncias”. São aquelas que chegam com algum tipo de sigilo identificado pelo escritor(a) da carta. Normalmente, esse tipo de carta com narrativas que denunciam o sistema carcerário ou seus agentes não são liberadas pela censura realizada pelo presídio. Segundo informações que constam nas entrevistas, conversas informais e, até mesmo nos envelopes das cartas, que contêm a marca d’água escrito “liberado pela censura”, todas as cartas são lidas pelos agentes penitenciários antes de serem encaminhadas ao serviço postal. Quando esse tipo de carta

chegava ao instituto por outros veículos, eram de responsabilidade exclusiva de Brasileiro, assim como Amora informou:

E o Brasileiro tinha muito cuidado para lidar com essas denúncias. Tudo quanto era denuncia, sempre era para o Brasileiro. Ele nunca deixava ninguém tomar a frente de nada, era sempre ele quem respondia as cartas de denúncia. As outras cartas, de andamento jurídico, gente até podia responder à nossa maneira, mas referente à denúncia era ele que resolvia. Até porque ele se preocupava muito de até se indispor com algum órgão e acabar fechando as portas do instituto naquele espaço. Ele sabia como acessar essas redes e pedir aquela atenção, sem ofender e agredir a qualquer instituição. E do jeito dele ele conseguia resolver os problemas. Ele tinha um dom né (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017).

Com as percepções das entrevistas, acredita-se ser possível compreender o comprometimento individual que cada colaborador tinha em conseguir atender as demandas de cada apenado que se correspondia com o instituto. Ellen e Samuel narram brevemente sobre suas práticas com as cartas:

Receber uma carta hoje é muito simbólico, aí eu fiquei assim pensando: "vou mandar uma carta pra alguém, pra pessoa me responder e tal..." Enfim, era uma das partes do processo, ler a carta, e, independente do encaminhamento que a gente desse, somente responder dizendo: "Recebemos a sua carta, estamos fazendo o possível e tudo mais" já era uma forma de acolhimento. Então o Brasileiro fazia bastante questão, achava bem importante, que respondesse a todo mundo que enviou, independente se fosse dar certo ou não, mas para a pessoa ter essa resposta do instituto. E aí quando a gente já tinha uma solução a gente já mandava, ou mesmo que não entendesse o conteúdo da carta recebida, a gente falava: "ah, você pode explicar um pouco melhor, e tudo mais", e depois as cartas voltavam: "ah, obrigado", sempre todo mundo agradecia "obrigado por ter me respondido, obrigado por ter lido, obrigado pela ajuda", era bem especial essa parte (ELLEN, CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017).

Lá o Brasileiro tinha essa questão estrutural, as cartas chegavam, aí a gente via se era questão de uma simples boleta processual ou era uma denúncia de maus tratos. Porque tipo, se fosse uma questão de saúde ou uma transferência a gente fazia o ofício para o órgão responsável. A gente falava com a secretaria, e, também, falava com o Brasileiro e a gente fazia o ofício comunicando à SEAP. As vezes a gente pegava cartas com pessoas com benefícios vencidos a anos, aí a gente conversava sobre o que podíamos fazer neste caso. Aí decidíamos: vamos fazer um Habeas Corpus! E por mais que seja negado, pelo menos você leva a demanda ao Poder judiciário, e o desembargador que recebe o Habeas corpus vai oficiar a VEP e a situação daquela pessoa pelo menos vai sair da completa escuridão (SAMUEL, CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017).

Importante informar que todos os colaboradores acessavam tanto as cartas femininas quanto as masculinas de forma aleatória. Nas entrevistas, diversos voluntários expuseram suas percepções sobre a dinâmica do sistema carcerário feminino e a opressão sofrida pelas mulheres encarceradas escritoras. Nessas cartas, identificam os contrapontos que diferem a mulher do homem enclausurado e, unanimemente, consideram que as mulheres possuem especificidades e urgências não relatadas nas cartas dos homens. Segundo a percepção de Elisa, são mulheres que têm filhos, cometem crimes para ajudar o companheiro, muitas vezes, já preso e demonstram a solidão:

Realmente, tem muita diferença. Muitas têm filhos menores. E quando entraram para o sistema, já eram gestantes e seus filhos são retirados após aos 6 meses de vida com a mãe no cárcere. Por deslize entraram para o sistema por tentarem entrar com alguma coisa, é a penalidade que elas sofrem por levar algo de fora para o seu companheiro dentro do sistema, como exemplo. E elas deixam os seus filhos aqui fora! Então, o sofrimento delas é bem maior, sabendo que tem filhos para cuidar, que tem a vida delas, e que também perdem o contato com os companheiros e família. E que é diferente dos homens, que só querem a liberdade! (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017)

Paula, ao narrar sobre as cartas das mulheres, relata sobre os prejuízos emocionais que elas sofrem pela perda do convívio com os filhos. Paula é mãe, e reflete sobre as dificuldades da maternidade cotidiana se auto identificando com os escritos das cartas, e nos narra:

As mulheres não estão tão preocupadas com elas, elas estão muito preocupadas com quem elas deixaram, principalmente os filhos. A primeira preocupação delas é: "eu preciso sair, porque eu preciso tomar conta dos meus filhos, eu não vejo meus filhos, eu não sei como estão meus filhos". Acho que isso é o mais gritante de diferença entre os homens e as mulheres. Geralmente elas cometem algum crime, pelo menos o que elas falam, é por causa de marido, do companheiro, tão presas por isso. E elas ficam esquecidas, elas falam que não tem ajuda de ninguém. Todas elas dizem que não tem auxílio nenhum, não tem visita, não tem nada. A mulher toma conta do filho, e é difícil você achar uma creche, quando você acha creche não fica o dia inteiro do horário de trabalho que você tem que trabalhar. Então realmente é muito complicado você trabalhar em uma cidade onde nós vivemos e cuidar de um filho, é muito complicado. E eu me identificava em relação a isso toda vez que eu lia elas falando sobre os filhos, que não sabia o que fazer, eu entendo, porque é exatamente isso, é muito difícil. Aí vem sempre aquela coisa mais fácil, ela traficar não demanda ela ficar o dia inteiro fora de cada, e é isso que a maior parte das vezes acontece, foi o que eu vi nas cartas (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017).

As cartas escritas no cárcere feminino demandam urgências para além das questões jurídicas. Pedidos para assistência à saúde, a necessidade em saber sobre seus familiares, o

pedido de uma simples visita e, muitas vezes, algumas pediam ajuda para outras. São questões mencionadas em todas as entrevistas.

Dentre tantos prejuízos identificados, nas narrativas dos colaboradores, para essas mulheres, estão presentes, também, as manifestações de carinho e gratidão com aqueles interagem com essas mulheres escritoras. Os colaboradores relatam a frequências das cartas femininas de agradecimento pela ajuda prestada. As cartas escritas várias vezes pela mesma mulher indicam a relação de confiança e a certeza de que a carta está sendo lida e correspondida naquele espaço.

A afetividade demonstrada quando se dirigem ao seu interlocutor principal, “as femininas chamavam mais o Brasileiro de *brasileirinho*”. (AMORA, CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017). Sobre esse afeto, Lélia conta: “O que acontece, é o carinho. Chamam ele de Brasileirinho para transferir o afeto, afeto de mãe, de filho. É afetuoso e ele era muito afetuoso. Isso reflete a situação da carência, e da sensibilidade da mulher”. (LÉLIA, CADERNO DE PESQUISAS, 2017)

Sobre outro viés, Lélia, também, relata a importância das cartas das mulheres encarceradas para os estudos científicos:

Eu acho que estas cartas têm depoimentos das mulheres que vivem e viveram o cárcere. É história oral e escrita e que essas cartas têm que realmente ser arquivado como um processo histórico. E tem um valor científico muito grande para o Direito, para a educação, para toda a ciência. Ali tem a história. Porque as cartas transpiram o sentimento do preso, a questão moral, a questão material, a história do presídio e o que elas vivem em si está contida nas cartas. (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017).

Mulheres, escritoras, mães, provedoras dos lares, oprimidas pelo sistema, solitárias e que sofrem por meio do machismo. Essas são as características das mulheres encarceradas escritoras encontradas pelos colaboradores nas cartas. São com essas narrativas, segundo seus relatos, que procuram minimizar o sofrimento dessas mulheres. Nesta interação é possível perceber a formação do vínculo estabelecido entre os sujeitos. É o movimento constante da possibilidade do fortalecimento de aprendizado mútuo.

Des- aprendemos uns com os outros neste processo interativo

Ao sugerir a pesquisa com cartas de mulheres, pensou-se no processo dialógico entre os sujeitos praticantes, seus modos de interação e, principalmente, os dados apreendidos dessa

relação. A análise da presente categoria pretende demonstrar as aprendizagens e (des) aprendizagens que afetam individualmente e transformam as práticas cotidianas dos colaboradores.

A pauta abordada nas entrevistas está relacionada ao que os colaboradores pensam sobre esse processo experimentado dentro do instituto com o trabalho com as cartas. Se há percepção do aprendizado mútuo entre a sujeita, que escreve com o leito, interlocutor das cartas. Será que percebem o fenômeno do ensino-aprendizagem como uma forma de experimentar a educação em espaço diverso do ambiente escolar?

Moura, aponta a importância de se aprender uns com os outros e relata a riqueza de como pode ser entendido esse processo de aprendizagem que acontece a partir do instituto:

Sem dúvidas, não estamos tratando de uma educação formal, mas dentro da informalidade há uma educação se desenvolvendo. Porque esse neste trabalho estão envolvidas as trocas de experiências, a mediação de conflito. É uma riqueza muito grande e tudo isso é um processo educacional. Essa relação de aceitar o diferente, aceitar aquele que está comigo no cárcere, e o que está lá fora também, que é o egresso. E eu que não vivi a experiência da prisão, aprender a aceitar o egresso e quem está no cárcere. Isso é de um potencial gigante! (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017)

Amora, ao ser interpelada sobre esta questão, prontamente, considera o instituto e todas as ações, ali desenvolvidas, como uma possibilidade de compartilhamento de saberes a partir da interação entre os sujeitos:

Eu acho que a educação acontece o tempo todo, porque é dada uma orientação, é dada uma resposta para quem está no cárcere. E, além de ser dada essa resposta, você dá um leque de possibilidades para que a pessoa possa estar resolvendo aquela questão, entendeu? Tanto é que muitas das vezes também, quando eram determinados casos que tinham que ter uma maior atenção a gente pedia para o preso entrar em contato com a família para ir até o instituto, para poder dar continuidade a essa demanda, para poder conscientizar e orientar da maneira correta. Inclusive, tem muitas cartas que agradecem as respostas, e desejando sempre coisas boas para o Brasileiro, para o instituto, para quem tá lendo ali (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017).

E comenta o que aprendeu nesse processo:

Nossa, aprendi a ser uma pessoa melhor, na vida. Ter esse lado humano mais aflorado, você ver o outro como um ser humano, como uma pessoa mesmo. Não porque a pessoa cometeu um crime, não discriminando e estigmatizando a pessoa. Você acaba percebendo que todo mundo pode cometer um erro, que todos nós estamos sujeitos a matar até. Dependendo do que fira a gente, os pais morrem pelos seus filhos, entendeu? Então a gente tá sujeito a isso. E você, em nenhum momento, olhar a pessoa pelo crime que ela cometeu, não! (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017)

Uma das revelações mais intensas foi relatada por Alexandra. Ela menciona como foi impactada positivamente por todo o processo que viveu e, ainda vive, no ambiente do instituto. Interessante observar que ela se reconhece detentora de privilégios sociais e como aprendeu a (re) significar o seu olhar como advogada e, como cidadã, a partir do trabalho em conjunto com Brasileiro e com os outros colaboradores:

Eu vou te falar que com o trabalho do instituto, eu poderia dizer que mudou minha vida! O instituto é um milagre, a pessoa que o Brasileiro era, é um milagre. Como, de onde ele tirou forças? Porque todas as forças sociais eram opostas, ele conseguia qualquer coisa. Então aquilo para mim era um milagre, e, apesar de eu não viver essa luta, eu me sinto na obrigação social, pelos meus privilégios, de dar um mínimo de retorno. E, sei lá, eu acho que o instituto, mesmo que não funcione tão bem, não tenha tantos recursos, não seja maravilhoso, mas ele é uma esperança para as pessoas, ele é um exemplo. É tipo assim, um cara negro, pobre, que saiu da prisão e falou: "olha só, eu cheguei até aqui", quantos exemplos tem assim? "você pode chegar aqui também". Então é isso, o que eu puder fazer para ajudar eu farei. Eu aprendi muito naquele espaço. Porque a gente desistia muito fácil, para mim tudo era sempre "formalzinho", se faz esse procedimento, chega até isso. Então, se eu tivesse algum obstáculo no caminho era: "não, não dá". Eu não tenho mais essa visão, aprendi a ir até o fim, ser persistente para ajudar a resolver os problemas meus e dos outros (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017).

Alguns indicaram nunca terem pensado sobre a questão da possibilidade de existir um processo educativo que se desenvolve com as ações do instituto e com o trabalho do ir e vir das cartas e, até mesmo, questionavam-se sobre suas práticas. Ellen e Paula indagam sobre essa suposta prática educativa, mas ambas não negam o processo de aprendizagem possível nessa relação:

Então, a gente conseguia levar alguma informação para presos e presas, mas o processo de escrever a carta, se isso seria também um aprendizado para eles e para mim, sendo bem sincera eu nunca pensei sobre isso. Mas, se a gente for pensar em um aprendizado de conteúdo, eu acho que, por a gente responder e explicar o procedimento: "então, mas o processo é assim que funciona", então a gente tentava levar algum conteúdo de aprendizagem para quem a gente via que não tinha (ELLEN, CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017).

De acordo com o relato de Paula:

Eu acho que a gente tentava ajudar, mas de outra forma, eu nem sei se o instituto teria essa capacidade de levar aprendizagem. Pode ser que até tenha uma ajuda maior e eu realmente não percebia. Mas de certa forma eles aprendiam com a gente sim e gente com eles né. Todos eles percebiam a importância do trabalho, que era único, eles sempre falavam "vocês são os únicos que olham realmente para a gente". E, realmente, a gente olhava

realmente para eles. Brasileiro nos ensinou isso (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017).

Renata, em seu relato, vem problematizar: “o que é educação? Para quem se faz a educação? O que aprendemos?” (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017). Ela traz um posicionamento central, importante, que tenciona o entendimento sobre a Educação e seus espaços. Para o pesquisador(a) da área da Educação, instiga o reposicionamento sobre a educação que pretendemos praticar com o outro. Renata, portanto, aponta como a educação pode ser apresentada de forma *outra*, e por sujeitos *outros*:

Eu não tenho a menor dúvida que a educação esteja presente no trabalho feito no instituto. Eu não sou da área da educação, mas o que é a educação? Para quem se faz a educação? O que se aprende? Não é compreender as coisas, os fenômenos e ter um senso crítico em relação a isso? O Brasileiro é peça chave nisso, ele nos ensina, uma outra educação. Tive oportunidade de ir a Bangu com o Brasileiro, e ele ficou lá 3 horas falando, dentro de uma sala de aula, para os detentos e foram 3 horas que todos ali dentro não tiraram o olho dele. É muita representatividade. Aquilo ali foi *super-emocionante*. Então não tem como o Brasileiro não ser uma figura que não promove educação, não tem como! Aquilo ali pra mim é o símbolo disso. As cartas que presos e presas mandam para o instituto representa isso! É educação sim! Eu aprendi isso, acho que o Brasileiro reafirmou para mim a importância de você ouvir o outro! (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017)

Dandara mostra o seu entendimento sobre o que aprendeu com o instituto e a dialoga com as cartas. Sobre essa questão, aponta as experiências das mulheres que conviveram com ela enquanto esteve encarcerada:

Eu falava para elas escreverem para o instituto, e elas falavam: “agora tem alguém para ajudar”, brasileiro sempre mandava o andamento do processo delas, informado como estava o processo, o que poderia fazer por elas e escrevia uma carta em punho também, dali elas sabiam como estava a vida delas e agradeciam, ficavam toda boba. Porque se não fosse o instituto, como a gente ia saber das coisas? E tipo a colega que precisou de remédio, aí que ela ficou sabendo qual remédio era para tomar. Mandava carta, e o instituto ajudava. Muitas foram ajudadas pelo Brasileiro pelas cartas. Teve uma que descobriu que tinha outro processo em andamento, aí ele explicou tudo e o Brasileiro ainda tentou dá um habeas corpus para ela porque ela tinha uma filha de 6 meses. Aí ele conseguiu transferir ela para um presídio que a criança pode ficar com a mãe (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017).

Ainda sobre o que aprendeu nesse processo, Dandara narra que:

Aprendi a Tomar vergonha na cara, o Brasileiro me dava muito esporro! É que só nele eu podia confiar e confia no trabalho feito no instituto. Aprendi a ter

positividade. Ele sempre foi muito positivo com a gente. Sempre falava da experiência dele no presídio e um bando de mulher junta né (risos), tudo ansiosa, ele conseguia nos acalmar para seguir em frente. Sempre escrevia para a gente ficar tranquila, que não estávamos abandonadas, que ele estava correndo atrás... ele sempre falava que eu não estava sozinha, com isso eu ficava muito mais tranquila. Era muito bom saber que tinha gente aqui fora agindo as coisas. Olha, aquilo ali é uma faculdade, depois que você passa por ali, se acostuma com tudo. Pelo instituto e o Brasileiro, você aprende a lidar com as pessoas, a tratar melhor as pessoas porque a cadeia é um lugar pesado, ali é só pesadelo. Eu aprendi a ter esperança! (CADERNO DE PESQUISA, 2017).

Durante os relatos percebe-se a importância de Brasileiro no processo. Em muitos momentos, percebeu-se que as ações desenvolvidas pelos colaboradores do instituto se confundem com as ações desenvolvidas por Brasileiro e vice-versa. Para tanto, acredita-se que, no espaço do instituto, a interação acontecia mutuamente, sem a precisão linear de tomada de decisão, pautados em um projeto pedagógico norteador. Sobre essa reflexão, Brasileiro, muito emocionado, discorre:

Pelo instituto, e pelas pessoas que me ajudaram, eu refiz a minha vida! Fui para a África do Sul, na Conferência de Durban. Quando que um egresso penal pensaria nisso? Me fala? Fiz muitas palestras em vários lugares importantes. Aprendi a ser tolerante com a vida, não fazer besteira, porque eu poderia ser o exemplo para o companheiro preso. Tive muitos professores, da vida, do dia a dia, do movimento negro, dos parceiros da prisão(...) só não quero que cite os nomes que falei, porque senão pô! Eu esqueço de citar alguém, aí você escreve isso, aí eu vou ficar mal com a comunidade! (risos) (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2016).

Com as narrativas até então apresentadas, este trabalho alinha-se à perspectiva do reconhecimento dos saberes produzidos pelos colaboradores no exercício das suas práticas junto ao instituto. Observa-se, porém, que, nas falas de muitos entrevistados, ao lidar com o ambiente carcerário e com os sujeitos(as) encarcerados(as), encontram-se diante do esforço da mudança de paradigma sobre si mesmo para tentar compreender o universo carcerário inventado para ser cruel, disciplinador e opressor. Os relatos foram apreendidos diante do compartilhamento de emoções.

3. PERSPECTIVAS DE OUTRA EDUCAÇÃO COM OS RELATOS DAS CARTAS DE MULHERES ENCARCERADAS

Senhores! Venho através dessa humilde carta para lhe pedir um minuto de sua atenção.

(Nzinga³³, março de 2016)

Cabe ressaltar que o objeto de pesquisa em análise são cartas epistolares, ou seja, consideradas como gêneros de discursos e como fonte documental que revelam narrativas de um determinado tempo e espaço. A escrita é considerada como uma prática ocidental, hegemônica, possível somente para aqueles que detêm o poder do conhecimento da escrita, porém é único meio possível de comunicação em determinados espaços, assim como, o cárcere brasileiro. Para tanto, as sujeitas que habitam o espaço do carcerário feminino se reinventam com seus escritos não padronizados pela “norma culta”, desvelando a potencialidade de outras formas de comunicação. As cartas nos remetem a oralidade cotidiana particular de cada trajetória narrada por suas vidas encarceradas.

O seu caráter de escrita vem ganhando reconhecimento no desenvolver dos estudos acadêmicos e, segundo Angela de Castro Gomes, que organizou o livro “Escritas de si, escrita da história”, são poucos os estudos que se dedicam a essa escrita. Esse movimento, no entanto, tem sido de grande relevância para o campo das ciências humanas (GOMES, 2004, p. 8), veja-se:

A correspondência tem um destinatário específico com quem se vai estabelecer relações. Ela implica uma interlocução, uma troca, sendo um jogo interativo entre quem escreve e quem lê – sujeitos que se revezam, ocupando os mesmos papéis através do tempo. Escrever cartas é assim “dar-se a ver”, é mostrar-se ao destinatário, que está ao mesmo tempo sendo “visto” pelo remetente, o que permite um “te a te”, uma forma de presença (física inclusive) muito especial. (GOMES, 2004, p.19)

³³Nome fictício.

Segundo a citação acima, a escrita de cartas sugere a interlocução entre os sujeitos, é a comunicação possível a partir do desvelamento de si para o outro que foi mentalizado como receptor da narrativa.

Para tanto, sugere-se a relevância dos estudos desses escritos para as ciências sociais e humanas e, também, para os estudos na perspectiva *decolonial* alinhados à produção de conhecimentos a partir da diferença colonial (MIGNOLO, 2003). Há a necessidade de visibilizar as sujeitas subalternizadas, potencializando suas formas de se expressar no mundo como um compromisso intelectual *decolonial*.

Atualmente no Brasil, vivencia-se uma onda de retrocesso nas políticas democráticas que acarretam o recrudescimento das leis impostas aos grupos marginalizados pela sua *racialização* e pelo marco social subalterno que afetam diretamente a vida de mulheres que se tornam cada vez mais vulneráveis. Mediante a esse quadro, quais propostas podem ser pensadas para subverter a lógica de opressão?

Segundo Walsh, são nesses momentos que o campo da resistência se faz presente com lutas que requerem aprendizagem, *desaprendizagem* e reaprendizagem a partir da ação, criação e intervenção:

Son estos momentos complejos de hoy que provocan movimientos de teorización y reflexión, movimientos no lineales sino serpentinos, no anclados en la búsqueda o proyecto de una nueva teoría crítica o de cambio social, sino en la construcción de caminos de estar, ser, pensar, mirar, escuchar, sentir y vivir con sentido o horizonte de(s)colonial³⁴. (WALSH, 2008, p.2)

É nesse sentido que sugere-se a proposta de percorrer outros atravessamentos na perspectiva da *decolonialidade*. Pensando o lugar de silenciamento que as mulheres encarceradas ocupam na sociedade, entende-se como uma urgência:

Defender pedagogias decoloniais faz parte de uma visão educacional emergente e que será mais bem compreendida quando alinhadas aos estudos desenvolvidos no âmbito da América Latina, principalmente no diálogo com os movimentos sociais que lutam contra processos de subalternização. (MIRANDA e RIASCOS, 2016, p. 568)

³⁴São esses momentos complexos de hoje que provocam movimentos de teorização e reflexão, não movimentos lineares, mas serpentinos, não ancorados na busca ou no projeto de uma nova teoria crítica ou mudança social, mas na construção de estradas - de ser, estar, pensar, olhar, ouvir, sentir e morar com significado ou horizonte de (s) colonizar. (tradução livre)

De acordo com o pensamento acima, é um passo indispensável viabilizar as aprendizagens, considerando os conhecimentos a partir daqueles produzidos pelas sujeitas encarceradas que tecem escritos de dor, desumanização, objetificação de seus corpos e, quando possível, o amor a partir da interversão de um espaço significado pelas lutas antirracistas alinhadas aos movimentos sociais. Nesse caso, com o Instituto de Cultura e Consciência Negra Nelson Mandela, em transversalidade com os aportes *decoloniais*, e do controle social exercido sobre as vozes em análise.

As mulheres encarceradas que se correspondem com instituto demonstram anseios em comum. Antes do delineamento das categorias que nortearam este estudo, foram realizadas as leituras das cartas advindas do cárcere feminino entre os anos de 2010 e 2016. Com a finalidade de apreender os aportes que poderiam ser relevantes para a pesquisa em Educação, houve o encontro com questões situacionais únicas.

No que tange ao fluxo destas cartas, entre as apenadas e o instituto, o ordenamento jurídico brasileiro prevê o direito de comunicação do preso com o mundo exterior, seja por correspondência, telefone, jornal ou qualquer meio que se faça necessário e não comprometa a moral e os bons costumes de acordo com o Artigo 5º, inciso XII, da Constituição Federal Brasileira de 1988. Segundo a legislação infraconstitucional, do art. 41, inciso XV, da Lei nº 7.210 (Lei de Execução Penal), também há a previsão de comunicabilidade do preso com o mundo exterior.

No entanto, aquela que vive no cárcere tem dificuldades de acesso aos seus direitos constitucionais e encontram dificuldades, entraves, para encaminhar e receber essas correspondências. Há a dificuldade para conseguir papel, caneta ou qualquer outro instrumento que seja possível à escrita, quando esta dificuldade é superada, não são incomuns relatos das apenadas nas cartas que indicam extravios, atrasos, ou não encaminhamentos de seus escritos pelo sistema penitenciário.

Sobre esses escritos, reconhece-se que algumas demandas sobre o cotidiano dessas mulheres sejam mais comuns. É possível indicar, assim, um panorama das principais acepções identificadas, tais como: querem saber como se encontra o andamento de seus processos; o desejo de encontrar com filhos e familiares; a precarização do sistema carcerário; narrativas sobre as trajetórias de vida pregressa ao crime; a infração cometida por alguma circunstância relacionada aos seus parceiros ou cônjuge e, a solidão.

Embora, sejam essas narrativas que apareçam com mais frequência, percebe-se que em cada carta vem a elaboração de uma trajetória única, singular que se diferencia também pela forma de escrita, pelo direcionamento que é dado ao interlocutor. A forma como escrevem nos envelopes das cartas e a expressão representada em versos ou em arte são exemplos dessa singularidade. O fato é que as particularidades circulam nas entrelinhas demonstrando aspectos que não devem passar despercebidos.

Pesquisar com cartas ou outros documentos exige o investimento do pesquisador para uma série de questões. Nessas circunstâncias, pensa-se: para quem essas cartas são destinadas? Percebe-se que o discurso das presas se constrói de maneira a impactar o seu destinatário – Ao Instituto Nelson Mandela personificado na identidade de Brasileiro, a quem elas endereçam os pedidos, em sua maioria. Elas já partem da compreensão da existência de um não acesso às instituições de Justiça capazes de solucionar e responder às suas demandas. Sobre essa questão, é oportuno observar a compreensão demonstrada por elas em reconhecer que o sistema não se mostra acessível.

Par tanto, demonstram, o processo de reconhecimento do outro, que aproxima esses sujeitos produtores de saberes, e conflitam com o suposto distanciamento entre aquela mulher e o seu interlocutor. As cartas, ora analisadas, subvertem essa lógica dominante ao optarem em narrar suas histórias para o sujeito que vivenciou o cárcere. Brasileiro se esforçava para reconstruir um espaço de diálogo, ora silenciado pelos órgãos oficiais. A partir de sua prática ao responder todas as cartas, não dimensionava valores morais estabelecidos pela sociedade. Todas as cartas eram respondidas independentemente do pedido ou, do crime relatado. Dessa forma indicando as pistas de o porquê essas mulheres se correspondiam com o instituto, assim como relataram os depoentes desta pesquisa:

Realmente, todas as cartas ali eram respondidas, nenhuma carta ficava de fora. Tanto as cartas com pedidos mais graves, até para enviar um simples boleto com o encaminhamento do andamento do processo. Todas eram respondidas independente da demanda. (AMORA, CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017)

Bom, no mínimo um acolhimento ela vai ter, do Brasileiro, dos seus voluntários, vai passar conhecimento. Pode até num ter resultado de imediato, mas ter um investimento, as pessoas envolvidas e preocupadas com aquela questão minha, que eu levei, sei que não estou sozinha! Sem querer dar nenhum em troca independente da diretriz religiosa ou política! Elas procuram o Mandela para ser atendida, e você é livre para ter o seu segmento na sociedade, sexual, religioso, esse é um outro diferencial do Mandela. Existem várias ações comprometidas com linhas ideológicas, Mandela não. Você é livre, essa é uma grande diferença do Mandela, é a cidadã, é o cidadão que vem até ali reivindicar os seus direitos, acabou o compromisso, se depois você quiser ser um voluntario do Mandela, você será muito bem-vindo, muito bem-

vinda, mas não há nenhum outro vínculo. Ao entrar naquela sala, ao mandar uma carta a pessoa vem com um cartãozinho ou um panfleto, uma indicação(...) é uma questão muito forte, muito séria, talvez é o que dê essa existência do Mandela. (VANDA FERREIRA, CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017)

Os relatos de agradecimento em diversas cartas analisadas confirmam o comprometimento do instituto com essas mulheres, que, em muitas narrativas, mencionam escrever para desabafar seus sentimentos e se distanciarem do mundo vilipendiador de seus corpos no cotidiano carcerário.

A partir dessa prática, sugere-se uma agenda comprometida com essas sujeitas encarceradas e a construção coletiva que se desvela em prol de uma educação *outra*, assim como ratifica Miranda:

Seguimos argumentos que entendem as narrativas produzidas e que alimentaram a agenda por uma Educação Própria como um discurso *decolonial*, um discurso de resistência ao olhar e ao poder daqueles localizados no centro dos processos de dominação também epistêmica. (MIRANDA, 2014, p.1058)

No entendimento da autora, passa a ser fundamental o alinhamento com “uma perspectiva menos *eurocentrada* de formação humana” (MIRANDA, 2014, p. 1057). Para tanto, a intervenção dialógica, do *eu* com o outro, sugere-se a mediação situacional no movimento educativo, ou seja, “o sujeito que se abre ao mundo e aos outros inaugura com seu gesto a relação dialógica em que se confirma como inquietação e curiosidade, como inconclusão em permanente movimento na história”. (FREIRE, 2011, p. 133).

De acordo com Paulo Freire, o estreitamento da distância no movimento dialógico diminui a estranheza no encontro da realidade vivenciada pelo outro. Quando se faz referência à pedagogia que se aproxima da população marginalizada, consideram-se os povos *racializados*, *invisibilizados*, culturalmente excluídos do mundo colonial e, ainda, estigmatizados socialmente pela figura da mulher criminosa.

Mencionou-se, anteriormente, que as análises das categorias das cartas seriam problematizadas como “cartas denúncia”, ou seja, aquelas que relatam violações graves de circunstâncias que ocorrem no cárcere. Estas cartas são sigilosas, contêm narrativas fáticas de violações dos direitos das mulheres encarceradas, e estavam reservadas aos cuidados de Brasileiro. Desse modo, embora autorizada a trabalhar com estas cartas, optou-se por analisar essas tensões de forma a não comprometer o trabalho desenvolvido pelo instituto, tão pouco

as(os) colaboradores participantes da pesquisa. A intencionalidade foi privilegiar o processo interacional na perspectiva da educação *decolonial* a partir das categorias de análise traçadas nas narrativas das mulheres escritoras em dialogia com seus interlocutores.

É preciso, portanto, indagar sobre quais são os conhecimentos e saberes que a leitura das cartas promoveu? O que se aprendeu com as narrativas presentes nos documentos aqui reunidos?

3.1 SABERES OUTROS SOBRE O SISTEMA CARCERÁRIO FEMININO: VIOLAÇÃO DE DIREITOS.

Não é novidade que o sistema penitenciário é regido pela opressão e crueldade, acompanhado de diversos relatos sobre violações aos direitos humanos. Principalmente, no que se refere aos efeitos do encarceramento que atingem a vida da mulher privada de liberdade.

A estrutura institucional que alude aos direitos humanos, que visa a proteger os direitos fundamentais da pessoa humana, é tensionada. Isso, principalmente, quando se é defrontado com cartas que denunciam violações a esses direitos. Verifica-se a mitigação da proteção estatal dos privados de liberdade, a partir dos preceitos hegemônicos de poder, sobretudo, quando o Estado Democrático de Direito não se afeta com as violações cotidianas no cárcere e persiste com a desumanização dos corpos encarcerados.

Verificou-se que em muitas cartas, advindas dos presídios femininos, continham narrativas marcadas pelas violações aos direitos humanos, tais como: Maus tratos físicos e verbais; humilhação; falta de direitos básicos como o acesso à saúde e os severos castigos operacionalizados no sistema.

Nas cartas a seguir encontram-se relatos marcantes sobre essas violações. Normalmente, as escritoras mencionam seu nome, idade, e em qual a cela estão abrigadas no presídio de origem. Esta carta abaixo é diferente, sem identificação, sem a localização da escritora presa, sem dados pessoais. Fora do espaço pautado na folha onde escreveu, a escritora chama a atenção para as súplicas de urgência: “Socorro”, “S.O.S”, “Tomem providências urgentes”, “E o abandono”, “superlotação e a direção não tá nem aí”. Esta detenta fala por ela e pelas outras mulheres que parecem vivenciar as mesmas situações:

Aqui neste sistema penitenciário, as coisas aqui são bem precárias, muitas vezes falta atendimento no ambulatório, pessoas passam mal e não são

atendidas. A gente manda chamados catuque³⁵ e nem dão atenção, falta de humanidade, e a comida estragada, água com penas de pombo. Na nossa cela tem muitas pessoas no chão, superlotação, quase 60 pessoas, são mulheres que no quais já venceram benefício e nunca foram transferidas. E não temos o direito ao trabalho pois somos discriminadas por ser “seguro”, só o convívio tem o direito, a chance de trabalhar. O cidadão tem a chance de trabalhar, existe o direito constitucional brasileiro. O próprio presídio discrimina. Eu acho que tanto a justiça e o Ministério público, deveria rever essa questão. Eu tive meus cabelos cortados, sofri coisas horrendas neste lugar. Sofro muito com a desigualdade quero lutar para eu ser uma cidadã, na qual tem o direito de ter a 2º chance na “SOCIEDADE” (Anônima, abril de 2014).

Na narrativa exposta, há a indicação de denúncias graves. A esse respeito, a atual constituição brasileira prevê diversas garantias para proteger a dignidade da pessoa humana e os direitos humanos como um todo. Em seu artigo 5º, encontra-se uma série de direitos fundamentais a serem considerados, a título de exemplo principal, o inciso III, segundo o qual, “ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante” e o inciso XLIX: “é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral”. Tais direitos não se restringem à letra da lei.

Além disso, o Brasil é signatário de vários tratados e convenções internacionais relacionados à proteção dos direitos humanos, tais como: a Declaração Universal dos Direitos Humanos; a Convenção contra a tortura e tratamentos cruéis, desumanos e degradantes; a Convenção Interacional sobre eliminação de todas as formas de Discriminação Contra a Mulher; a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará) e, ainda, encontram-se as Regras de Bangkok ,que informam medidas, especificamente, direcionadas às mulheres submetidas a medidas privativas e não privativas de liberdade.

São muitos, então, os direcionamentos relacionados à proteção da vida da mulher, inclusive da mulher encarcerada. Os relatos que encontramos nas cartas, porém, vilipendiam frontalmente os preceitos de proteção aos direitos humanos e ensinam que se é preciso pensar criticamente sobre essa tendência.

A narrativa de Carolina³⁶ é sobre violações existentes e as separa em tópicos para que fiquem mais compreensíveis ao leitor. Vejamos:

Estou privada de liberdade há alguns anos no Complexo do Gericinó, onde o tratamento é de total descaso, ou melhor o tratamento é desumano, vou começar a relatar alguns tópicos. Cartas, quando passamos mais de mês sem

³⁵São pequenos escritos, ou seja, bilhetes enviados para transmitirem alguma mensagem.

³⁶Nome Fictício

ter correios para receber notícias da nossa família. Social, aqui só tem atendimento da social depois de 6 meses presa. Médico, uma cadeia feminina que não tem ginecologista, oncologista e um monte de médicos que precisamos. Remédio, prescritos no UPA prisional não tem na cadeia e quando vamos lá somos maltratadas desde o SOE³⁷. Visita, já sofrida por nossa prisão, são muito maltratados, o constrangimento é fora do normal, é o mesmo tratamento dado a nós privados de liberdade. Comida, vem com besouro, barata, bichos. Isolamento: o que sabem fazer é dá parte, e falando de isolamento, ele está infectado, todo mundo que vai para lá volta doente (Carolina, outubro de 2014).

Carolina relata uma série de violações. Considera ter tratamento desumano no espaço prisional por diversos motivos. O que chama atenção, entretanto, é o tratamento relacionado aos familiares, verificando-se, assim, que a desumanização é para além da pessoa apenada. No que tange ao tratamento relacionado ao SOE (Serviço de Operações Especiais), responsável pelo transporte do Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro, também se verifica que, mesmo quando a apenada precisa ser deslocada da sua unidade de origem, ela se encontra vulnerável à opressão.

O tratamento disciplinador, que encaminha as presas para a cela considerada “isolamento”, é o castigo direcionado àquelas que infringem alguma regra considerada pelo sistema, como mencionado pela carta de Carolina. Geralmente, esse espaço é relacionado a local degradante, “lá é lotado, o isolamento, não tem condições de ninguém ficar lá, eles fecham nós lá dentro. Gostaria muito sua visita e das autoridades competentes para ver de perto o que acabo de relatar” (Carolina, outubro de 2014). A partir desta informação foi preciso buscar pistas sobre esse espaço. A Defensoria Pública no Rio de Janeiro disponibilizou o “Relatório de visita em Unidade Prisional”. Nesse relatório, constam os relatos da inspeção realizados na penitenciária feminina Nelson Hungria no ano de 2016 que descrevem detalhadamente o espaço físico da cela destinada ao isolamento e ao seguro³⁸. Portanto, observe-se o relato a seguir e a imagem da referida cela:

São 7 cubículos destinados ao setor de isolamento e ao seguro. Localizam-se em espaço externo entre duas celas. Com a entrada franqueada por dois portões gradeados, chegamos a um espaço com aspecto sujo e cheiro horrível. São sete pequenas celas que servem para este tipo de castigo, uma ao lado da outra, contendo as famigeradas comarcas do sistema penitenciário fluminense, compostas por beliches de ferro. Contam com portas gradeadas além de chapas de ferro. As celas desse setor contêm um espaço ínfimo no fundo utilizado para tomar banho e demais necessidades fisiológicas (nem se pode

³⁷Serviço de Operações Especiais responsável pelo transporte do Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro

³⁸São presas que ficam alojadas em celas separas das demais por uma razão de “segurança” das próprias em relação ao crime cometido.

denominar de “banheiro” porque não há separação desse espaço). O fluxo d’água do chuveiro é bem fraco e em algumas sequer havia a louça do tipo boi. Com aproximadamente 6m²(as seis celas menores) e 12m² (a cela maior, ao fundo), abrigavam de 1 a 2 internas, todas com aspecto deplorável e com problemas quanto à iluminação.(DEFENSORIA PÚBLICA/ RJ, 2016, p.7)



Figura 1- Cella de isolamento do presídio Nelson Hungria – RJ

Fonte: <http://www.defensoria.rj.def.br>

Elza, responsável pelos relatos que apontam suas violações sofridas, mesmo que sua carta tenha sido redigida em 2016, ou seja, há um lapso temporal de aproximadamente dois anos entre as cartas anteriores analisadas, encontra-se as mesmas violações citadas acima. Potencializadas, porém, por outros aspectos relacionados a desumanização:

O que tem acontecido aqui, falta de ventilação, falta d’água, não temos banho de sol, assim temos que ficar gritando para poderem vim uma vez ao dia. Não tem remédio, quando tem ficam prendendo, quando tem visita é ao ar livre (tudo bem e bom!), mas quando está frio ficamos no relento, já teve algumas vezes que ficamos sem lanche, sem ter o que comer, e isso acontece com o café da manhã também. É muita umidade na cela e tem coleguinha que dorme no chão c/ infiltração. Aqui eu sou seguro, somos muito mais humilhados, visto como mostro, bicho perante as outras presas. Estamos no século 20, isso tem que acabar, somos filhos de Deus, ser humano como eles. Quando voltarem aqui, não mostre essa carta, pois irei passar por represaria depois que vocês irem embora. Fique na paz! (Elza, novembro de 2016)

Da carta de Elza, foram selecionados alguns fragmentos mais importantes. Nota-se que quando há uma chance de não serem vilipendiadas, imediatamente, essa chance se esvai. A escritora informa que, quando tem remédios, não são disponibilizados para quem precisa. Quando tem visita, a condição climática precisa colaborar para que seja um momento satisfatório. Quando a alimentação não está imprópria para o consumo, está racionada. É uma condição de precarização da vida que violenta o corpo e a alma da mulher aprisionada constantemente.

Nada mais eficaz para um sistema penal *punitivista* que a mortificação (GOFFMAM, 1961) física e psíquica da apenada para mantê-la sob a égide do controle. Afinal, o poder hegemônico considera que ela foi capaz de infringir todas as regras impostas pelo patriarcado, logo, a punição ao extremo ultrapassa os limites da condenação imposta. Acredita-se que a situação relacionada à saúde nos presídios femininos é um indício do genocídio anunciado, do controle social que eterniza as máculas das moléstias carcerárias no corpo daquelas expostas ao sistema penitenciário. A seguir expõe-se uma narrativa de degradação humana e desumanização extrema dentro de uma das penitenciárias femininas no Estado do Rio de Janeiro:

Carta urgente,

Sr. do Instituto, venho por meio desta carta explicar minha situação. Com o decorrer do tempo, apareceu uma mancha branca no rosto que foi alastrando no corpo todo, fiquei desesperada e entrei em depressão. Até as funcionárias estavam com medo de me dar a corporal³⁹. Somente depois de um ano presa, me encaminharam ao ambulatório porque estava pior a cada dia, fiz biopsia, tiraram vários pedaços do meu corpo para fazer exame, já faz muito tempo, e até agora não obtive a resposta do exame. Mas o médico receitou banho de sol todo os dias 15 minutos de frente e 15 minutos de costas e nada fizeram. Não sei mais o que fazer, as pessoas só me olham com preconceito, principalmente as guardas. Fiz todos os exames para condicional e nada ainda. Mas também, como vou sair assim? Tenho vários apelidos por causa das manchas, não sei ler e nem escrever e tenho três filhos(...) será que vou contaminar eles? Só peço que me ajude. Meu marido também está preso e o Estado está me matando.⁴⁰ (Complexo de Bangu, janeiro de 2016)

³⁹Prática realizada pelas Agentes Penitenciárias que consiste em vistoriar o corpo da presa para certificar que a mesma não esteja abrigando em si algo irregular.

⁴⁰ Neste relato, não há a identificação da apenada, uma vez que a mesma relatou em sua carta que não deseja ser identificada por que teme em sofrer alguma violência institucional por estar denunciando os problemas existentes no presídio.

Nesse relato se é confrontado com a ausência absoluta do Estado frente ao desrespeito com a vida da referida privada de liberdade. Além disso, evidencia-se o endurecimento do sistema frente às particularidades da apenada, que relata ter adquirido a doença sob a tutela estatal. Por isso, acredita-se que o fomento da violência, de qualquer ordem, também faz parte do escopo do controle social que reforça as chagas da subalternidade. Neste caso em específico, a discriminação ao diferente, ao questionamento de sua condição de não ser letrada numa sociedade que privilegia esses códigos; chora ausência dos filhos e também do marido que está encarcerado no presídio masculino.

Em todas as cartas mencionadas encontramos a confirmação de um “sistema carcerário do abandono”. Assim, as narrativas que denunciam as violações relacionadas aos direitos humanos mostram o sistema que opera de forma multifacetada e pensada para punir aquelas que ali se encontram. Convém ressaltar que existem várias outras cartas que relatam a desumanização sofrida, não obstante, percebe-se que não se pode negar às outras formas de operacionalização da justiça que se diferencia daquela que é “dita” para todos, o que vai na contramão do discurso oficial conhecido da área.

A educação é para todos... Para elas, não!

O acesso à educação no Sistema penitenciário é um tema que merece ser revisado. Os relatos mencionados nas cartas narram o desejo das presas em continuar os estudos dentro e fora do cárcere. Como mencionado anteriormente, porém, o quantitativo de mulheres presas ultrapassa o número de vagas disponíveis nas escolas formais dentro do complexo penitenciário feminino.

Com a finalidade de apresentar breves considerações sobre a temática, no Estado do Rio de Janeiro, a oferta da educação nas prisões é realizada a partir da Educação de jovens e adultos (EJA) em cumprimento das referidas leis, do artigo 205 da Constituição Federal Brasileira que garantem a todos os cidadãos deste país o direito à educação, a Lei de diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9394/96 -LDB) e da Lei de Execuções Penais (Lei nº 7210/84 – LEP). A LEP que dispõem sobre medidas privativas de liberdade, em seu artigo 11, preconiza que “a assistência será material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa”.

Atualmente, a educação prisional é oferecida pelo Estado do Rio de Janeiro através da Rede Estadual de Ensino. De acordo com o entendimento do professor Elionaldo Julião (2013), a Lei de Execução Penal configura um dos principais marcos para a educação aos sujeitos em

situação de restrição e privação de liberdade. Julião (2013) menciona que impulsionou a Lei nº12.433/2011, que também lhes permitiu a remição de pena através da educação.

De acordo com os dados disponibilizados pelo Plano Estadual de Educação em prisões referente ao ano de 2012, é possível verificar o breve panorama da assistência educacional no Estado do Rio de Janeiro, embora os dados não sejam recentes. De acordo com os dados levantados, dentro das 17 unidade prisionais, há 14 colégios Estaduais, 2 anexos e 1 NACEJA (Núcleo Avançado de Centro de Educação de Jovens e Adultos), indica que a demanda é de 31.496 detentos para a oferta de 5.773 vagas disponíveis, à época. Foi possível identificar, ainda, que o Instituto de Cultura e Consciência Negra Nelson Mandela está mencionado como parceiro na oferta da Educação Não- Formal de acordo com o quadro a seguir:

4.1.11 – Oferta de Educação Não-Formal:

Atividades Oferecidas	Parcerias
Oficinas de Arte (artesanato, danças, pintura, teatro)	FSC, Afroreggae
Cursos livres (informática, estética, teologia)	FSC, Empresas Privadas, Faculdade Iguazuana de Teologia, entre outros.
Palestras	Instituto Nelson MANDELA, Ministério da Saúde, Projeto Vida, Narcóticos Anônimos, etc.

Figura 2: Plano Estadual de Educação em Prisões do Rio de Janeiro - 2012

Fonte: www.justica.gov.br/educacao/PPERJCDMEC

No que tange ao cárcere feminino, dentre os principais presídios que advêm as cartas – Penitenciária Talavera Bruce e Presídio Nelson Hungria, em ambos estabelecimentos, há Escolas Estaduais, sala de leitura e biblioteca. Quanto ao perfil educacional das presas, segue a verificação nas figuras em anexo:

Penitenciária Talavera Bruce:

Nível	Quantidade	Percentual
Analfabetos	6	1,5%
Apenas sabem assinar	5	1,3%
Alfabetização	10	2,5%
Ensino Fundamental Incompleto	226	58%
Ensino Fundamental Completo	47	12%
Ensino Médio Incompleto	21	5%
Ensino Médio Completo	39	10%
Ensino Superior Incompleto	2	1%
Ensino Superior Completo	2	0,5%
Acima de Superior Completo	0	0%
Não informado	30	7,7%
Sem informação	2	0,5%
TOTAL	390	100%

Figura 3: Nível de escolaridade das detentas da Penitenciária Talavera Bruce

Fonte: www.justica.gov.br/educacao/PPERJCDMEC

Presídio Nelson Hungria:

Nível	Quantidade	Percentual
Analfabetos	8	1,5%
Apenas sabem assinar	1	0,2%
Alfabetização	26	5%
Ensino Fundamental Incompleto	251	48%
Ensino Fundamental Completo	52	10%
Ensino Médio Incompleto	30	6%
Ensino Médio Completo	42	8%
Ensino Superior Incompleto	3	1%
Ensino Superior Completo	9	1,7%
Acima de Superior Completo	0	0%
Não informado	67	12,8%
Sem informação	31	5,9%
TOTAL	520	100%

Figura 3: Nível de escolaridade das detentas do Presídio Nelson Hungria

Fonte: www.justica.gov.br/educacao/PPERJCDMEC

A partir dos dados apresentados podemos localizar a importância do Instituto Nelson Mandela como uma organização que colabora ativamente para a formação dos detentos e

detentas no Estado do Rio de Janeiro a partir da educação não-formal. As narrativas das cartas indicam esta realidade:

Particpei da Palestra que teve na unidade no mês de maio, me interessei e resolvi escrever. Conheço pessoas que são ajudadas por vocês, e pensei será que não posso ser uma delas. (Mahin, junho de 2012)

Na referida carta, a escritora se sente motivada a escrever para o instituto após a palestra ministrada por José Carlos Brasileiro e parece demonstrar esperanças na correspondência de sua súplica. Geralmente, Brasileiro era responsável por essa atividade educacional, sempre com o discurso motivador de quem já viveu o cárcere. Compartilhava sua trajetória de vida, informava sobre o trabalho desenvolvido pelo instituto, incentivava a escrita das cartas, distribuía o panfleto da instituição que continha o endereço para onde as cartas poderiam ser direcionadas. Com essa prática, fomentava a circulação das correspondências entre o cárcere e o instituto.

Entre 2010 e 2016, a prática da escrita das cartas foi incentivada dentro e fora dos estabelecimentos prisionais. Entre os anos de 2011 e 2012, Brasileiro se encontrava enfermo, impossibilitado de frequentar os presídios, por isso o número de cartas recebidas neste período reduziu drasticamente, assim como demonstrado no gráfico (em apêndice B), desta pesquisa.

Felippa, também, faz menção à palestra que assistiu no presídio feminino:

Eu adorei a palestra, todos falaram muito bem e foi um dia muito abençoado, saímos pessoas transformadas interiormente pois elevou muito a nossa autoestima, as vezes num pequeno gesto e numa pequena palavra faz toda a diferença como por exemplo hoje eu e minha colegas do coletivo falamos: EU SOU ESPECIAL...

Pois as vezes esquecemos o nosso valor então Sr° surgiu naquele dia para dar-nos um sacode, um acorda, você não está sozinha pois tem o instituto Nelson Mandela sendo representado pelo o Sr° José Carlos Brasileiro olhando por nós e vendo as brechas e direitos que existe dentro da lei para nos ajudar.

Para o senhor: JOSÉ CARLOS BRASILEIRO

O meu mais que merecido parabéns por defender as nossas causas e lutar pelos internos, sei que deve surgir muitos obstáculos, mas também sei que o Sr° dibla com diplomacia e não desiste nunca, fico grata pela atenção. (Felippa, junho de 2014)

Nessa narrativa, é possível perceber como a mulher escritora foi impactada. Acredita-se que, por pior que estivesse sua vivência no cárcere, ela percebe o alento em meio ao caos e

a possibilidade de não estar sozinha entre a multidão encarcerada. A potência deste discurso revela e aprendizagem possível também para as presas.

Sobre a relação com a educação, encontraram-se narrativas diferentes umas das outras. Algumas informam que desenvolvem algumas atividades educacionais na escola prisional formal, outras informam que são pouco escolarizadas. Existem, ainda, as cartas das mulheres não letradas escritas por outras presas. Em relação à existência da figura das “escribas”⁴¹ entre as presas, observe-se:

Brasileiro, como você disse na carta que se alguma amiga minha precisasse da sua ajuda. Bem aqui está uma amiga do sofrimento, ela já se encontrou presa várias vezes, estou com ela dia-a-dia e vejo o sofrimento dela, até porque a filha dela se encontra presa aqui também, também a família delas abandonaram elas aqui. Não tem ninguém para agir a vida dela e ela já conhecia o Instituto Nelson Mandela e ela está lhe mandando essa escrita com a finalidade de ser ajudada, ela não sabe escrever. Obrigado por tudo que o instituto puder fazer para ajudá-la. A última esperança dela é vocês. Esperamos a resposta, mas coloque a carta em nome de carta 11. (Bell, dezembro, 2009).

Optou-se em mencionar uma carta escrita no final de 2009. Dandara, umas das egressas aqui entrevistada nesta pesquisa, em seu depoimento relata que escrevia muito para suas companheiras de cela e sempre indicava o Instituto para que pudessem requerer suas demandas. Dandara explica as razões da escrita e identifica a carta como se tivesse sido escrita por Bell. Denuncia as dificuldades dessas mulheres que contam com a solidariedade da outra para que sua voz seja externada, como se vê na a carta de Maria, a seguir:

Venho através dessa escrita lhe pedir ajuda. O meu segundo processo eu fui presa em Niterói fui a julgamento e o juiz decretou 2 anos para mim assinar na rua, e assinei 6 meses e depois me transferiram para assinar no Rio no fórum da capital, mas como eu sou analfabeta, mi perdi e deixei de assinar. Fiquei 7 anos sem cometer delito e agora fui presa de novo. Não tenho advogado, moro numa comunidade carente, meus filhos estão com minha mãe e gostaria que o senhor mi ajuda-se a explicar o meu processo pois sou analfabeta, amiguinha que escreveu essa escrita para mim. Eu não tenho visita. Mi ajuda por favor. (Maria, novembro de 2010)

Nessa carta, encontra-se os danos acarretados pelo fenômeno do analfabetismo na vida dessa apenada em crime posterior ao relatado. Em crime anterior, ela recebeu uma pena não

⁴¹Na Antiguidade, os escribas eram os profissionais que tinham a função de escrever textos, registrar dados numéricos, redigir leis, copiar e arquivar informações. Como poucas pessoas dominavam a arte da escrita, possuíam grande destaque social.

superior a dois anos, sendo obrigada a cumprir com as regras estabelecidas pelo juízo, tal como relatado, o comparecimento pessoal e obrigatório a juízo mensalmente. Por uma simples falta de comunicação de mudança de juízo, a apenada descumpriu a lei, parando de assinar os devidos documentos e poderia ter sido penalizada. Na prisão atual, encontra-se na invisibilidade, sem ter conhecimento de sua vida processual e, também, dependeu da ajuda de outras para dissertar sobre sua súplica.

Também se encontram as presas que, ao concluírem o segundo grau, submetem-se ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), conseguem aprovação, mas esbarram nas barreiras impostas pelo sistema. Ângela conta o seu doloroso processo entre os anos de 2013 e 2014, quando obteve aprovação no ENEM, mas, não conseguiu realizar a pré-matrícula para ingressar na universidade, veja-se:

Aqui participei do ENEM e consegui passar para a 3º fase da UERJ para Serviço social e Direito, dentre tantas inscritas só eu e mais passou para a 3º fase, assim peço mais um favor. Por favor veja o resultado da UERJ que saiu 27/02 com meu número de inscrição”. (Ângela, dezembro de 2013)

“Amigo, tanta luta não é em vão, hoje fui informada pela escola que tive pontuação no ENEM para o SISU (sistema de seleção unificada) para cursar a faculdade de direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro no 1º processo seletivo de 2014. Eu e mais duas internas lutamos pela pré matrícula. Mas estamos enfrentando problemas já que sem acesso tivemos esta informação dentro do prazo. O órgão responsável é a inserção que notificou a unidade no dia 14/01/2014, por sua vez a unidade notificou a escola no dia 21/01/2014. A pré matrícula foi entre os dias 13 a 17 de janeiro pela internet. Assim acredito que houve negligência, a inserção não quer aceitar nossa pré-matrícula. Brasileiro, gostaria de saber como pode ajudar nesse sentido. Todas nós lutamos muito por essa vaga e precisamos muito de ajuda para que possamos superar uma vida de erros e renascer mulheres vitoriosas. Aqui dentro não há oportunidade de trabalho para todo mundo. Peço mais essa oportunidade para que eu possa mostrar a sociedade que se tivermos oportunidade podemos nos tornar pessoas melhores que contribuem para uma sociedade mais justa e igual para todos. (Ângela, fevereiro de 2014)

É possível perceber que Ângela se comunica com o instituto em dois momentos diferentes. O primeiro em 2013, quando soube que estava progredindo nos resultados disponibilizados pelo ENEM. O segundo, já de posse do resultado da sua aprovação. Mesmo superando as fases para que conseguisse aprovação, a morosidade do sistema prejudicou a pré-matrícula de Ângela e das outras presas que, também conseguiram êxito no concurso, segundo a escritora.

Diante das informações adquiridas durante a vivência com o instituto, para que o apenado possa submeter ao concurso do ENEM é necessário que a candidata (apenada) se dirija

ao diretor pedagógico de sua unidade prisional para solicitar que ele faça sua inscrição, que ocorre em período diferenciado daqueles candidatos em geral. A sentenciada pode cursar o ensino superior, mas dependerá do regime de cumprimento de pena, e da estrutura da penitenciária, caso haja a disponibilidade de cursar a faculdade à distância. Além de, principalmente, passar pelos trâmites legais do poder judiciário e da Administração Penitenciária.

A escritora da carta cumpre sua pena em regime fechado, mas “acredito que este ano as três consigam progredir de regime” (Ângela, 2014). No envelope da carta, Brasileiro sinaliza a necessidade de informar ao órgão responsável sobre a urgência desta demanda.

Ao fazer uma análise crítica sobre o Direito à educação no sistema prisional, a partir dos relatos indicados, percebe-se que os esforços ainda precisam ser aprendidos para solucionar as lacunas existentes no sistema. O estudo para a mulher presa, além da função social a que se destina, é uma oportunidade para que ela possa remir sua pena desafogando o sistema. Para tanto, ainda se encontra a falácia do termo “reeducanda” às sentenciadas, direcionado ao sistema carcerário, por si só, como restaurador de vidas ou “ressocializador”, ignorando a necessidade de se pensar medidas que gerem políticas públicas e investimentos de fato educativos.

O ICCNNM, vinha desenvolvendo informalmente, a promoção de ações educativas dentro do cárcere feminino que incluem palestras e cursos para diversos fins. A sugestão desta pesquisa é que o trabalho com as cartas perfaz uma das frentes educacionais que circundam o sistema. Uma educação que instrui, possibilita o cruzamento e trocas de conhecimentos e, ainda prepara para a recuperação de uma pretensa cidadania da apenada.

As mulheres existem no sistema carcerário

Algumas cartas problematizam a sua presença enquanto mulher encarcerada. As narrativas sobre si mesmas relacionadas ao cotidiano da prisão ensinam a reafirmar que a “cadeia para elas é muito pior do que para eles”⁴². As cartas trazem situações específicas que ocorrem nos presídios femininos. A partir do olhar crítico das escritoras, tentar-se-á vislumbrar o espaço que não foi pensado para elas. É o posicionamento da sujeita encarcerada que questiona o sistema penitenciário feminino.

⁴² Relato de conversa informal com Brasileiro.

Bárbara Musumeci Soares, em seu livro, “Prisioneiras: vida e violência atrás das grades”, indica que as prisões femininas no Brasil foram idealizadas por Lemos de Brito. Ele foi encarregado do projeto de reforma penitenciária nos anos 30 (SOARES, 2002, p.52). A autora, narra que:

É possível supor, com base nos argumentos de lemos de Brito, que a criação dos presídios só para mulheres destinava-se, antes, a garantir a paz e a tranquilidade desejada nas prisões masculinas, do que propriamente a dar mais dignidade às acomodações carcerárias, até então compartilhadas entre homens e mulheres. (SOARES, 2002, p. 57)

Com a construção arquitetônica, veio a necessidade de arregimento dessas mulheres, para torná-las dóceis, religiosas e que se voltassem às atividades domésticas do espaço privado. Preocupam-se com a mulher para que não tivesse mais o despudor de contrariar o sistema que opera sob a lógica do machismo e que ela não ocupe o espaço público do crime.

O que se percebe é a ideologia permanente de que essas mulheres precisam se adequar aos padrões patriarcais baseados na submissão, na construção da suposta mulher que vive a religiosidade e que desempenha funções relacionados ao lar. As cartas indicam que além desse direcionamento, também, há o abandono institucional e a falta de investimentos nos espaços carcerários femininos que acarretam danos reais para a vida pregressa dessas mulheres.

Sobre a invisibilidade da mulher encarcerada, desloca-se o olhar para os escritos das mulheres estrangeiras presas no Brasil que se sentem desumanizadas. Com a intencionalidade de exemplificar o conteúdo dessas cartas, elas narram a partir das dificuldades que sofrem deslocadas de seus países de origem. Destaca-se o importante relato de uma estrangeira que identifica, dentre outras tensões relacionadas ao cárcere, a dificuldade de ser mulher no Brasil:

Uma cartinha em nome de todas estrangeiras. Ajuda-nos entender o proque?
Que está em nossos corações:

Pro que os homem estrangeiros presos do Rio de Janeiro, eles tem os direito como dos brasileiros e nos mulheres não? Pro que eles ganham os benefícios pro exemplo de ficar fora e voltar para a cadeia assinar até a cadeia acabar? Por exemplo meu malido, ele pegou mais de 10 anos e cumprio metade da pena e já saiu de condicional e eu peguei 5 anos e continuo presa e a defensoria me diz que não tenho direito a condicional(...)Sou Peruana, porque as mulheres não tem os mesmos benefícios que os homens? Com quem nos podermos falar sobre esta questão? O amigo estrangeiro saio em Maio deste ano, cumpriu a pena de 5 anos e poucos meises e a pena dele é de 16 anos. Por que é assim?

Porque ninguém ajuda as mulheres, pelo o amor de Deus? Obrigada pela atenção. Eu transmiti esta cartinha em nome das mulheres que está aqui

comigo. Ass: Valesca, Maria, Manuela, Vera, Aline, Marlene e eu⁴³. (Vera, novembro de 2015)

A densidade nesse relato não se restringe somente às mulheres estrangeiras, expande-se ao modo de discriminação e opressão para todas as mulheres privadas de liberdade. Essa mulher problematiza a violência direcionada ao gênero feminino que se reproduz no cárcere, ou seja, indica o patriarcado e o machismo imperando institucionalmente.

Ana traz a narrativa de sua indignação enquanto mulher que possui especificidades ignoradas pelo presídio no qual se encontra encarcerada, mesmo quando o estabelecimento prisional é conduzido por outra mulher. Em sua carta, parece relatar um momento de desabafo:

Senhor aproveitando eu queria também que o senhor me ajuda-se a mudar a diretora deste presídio, pois ela não está administrado aqui direito, as presas passa mal e só é atendida quando quase está morta, o que elas fazem mais rápido é colocar no isolamento eu queria muito que essas coisas muda-se, e pior das coisas aqui só pode entrar sedex de 15 em 15 dias e só 8 quilos e quem tem visita e mora no município do Rio de Janeiro não pode receber, eu tenho visita, mas uma vez por mês, sou moradora do bairro de São João de Meriti e não posso receber sedex e na visita não dá para trazer tudo que preciso, só 2 bolsas e a diretora não entende isso, esqueceu que somos mulheres! (Ana, maio de 2010)

A frase relatada: “Esqueceu que somos mulheres!” (Ana, 2010) é simbólica, ao final do relato de Ana. Acredita-se que todas as mazelas e dificuldades encontradas no seu cotidiano se justifica porque é mulher e denuncia a incompreensão das autoridades quanto à sua vulnerabilidade.

Diante dos relatos mencionados, o aprendizado possível é o reconhecimento de que as mulheres não existem para o sistema. São dimensionadas como corpos sem sentido, sem expressão e sem especificidades.

A solidão, a solidariedade e o agradecimento

É fato que a solidão das mulheres encarceradas é um dos principais sentimentos enfrentados no dia a dia da prisão feminina. Elas são abrigadas com diversas mulheres em suas celas, mas é como se estivessem sozinhas na multidão, quando não encontram apoio das pessoas que as deixaram extramuros.

⁴³ Nomes fictícios

Sofrem pelo abandono de seus familiares, companheiros e filhos. Esses, em sua maioria, são apresentados como menores em suas narrativas. São fatores preponderante que justificam a solidão. Na carta a seguir, apresenta-se uma mulher, mãe de 4 filhos menores. Ela relata sobre o seu sentimento de abandono e encontra alento na solidariedade:

Já estou presa há 7 meses e não tenho notícias deles, mando cartas para as pessoas de lá de onde moro mas ninguém me responde, não tenho visita as colegas de cela que me ajuda, me dando um pouco de cada coisa. (Anastácia, junho de 2014)

Nas narrativas analisadas, foi possível perceber que a solidão vem acompanhada da solidariedade e do agradecimento. Algumas cartas indicam a possibilidade do apoio mútuo entre elas:

Aproveitando minha escrita venho pedir pela coleguinha de cela que si encontra doente porque ela tem aids e sífilis, está sofrendo muito, não tem visita, ela perdeu o filho dela para o abrigo e não tem condições nenhuma de permanecer aqui mas ela não consegue transferência pro hospital para se tratar, olhe o processo dela, mande que eu explico para ela. sou grata por vocês ajudar eu e minha coleguinha. (Tereza, abril de 2010)

O agradecimento está presente, acredita-se que em todas as cartas analisadas. Agradecem pelos boletos⁴⁴ recebidos, pelo contato realizado com algum familiar, pela informação compartilhada, pelas visitas realizadas no estabelecimento prisional e dentre tantos outros motivos. Acotirene escreve somente para agradecer, não faz menção a requisições. Ela pretende somente agradecer pelos serviços prestados pelo Instituto e se emociona ao reconhecer que, após escrever várias cartas para espaços diversos, encontrou o retorno único do instituto:

Venho mais uma vez a vos escrever, mas dessa vez não venho pedir, mais agradecer, mesmo com os meus dedos impossibilitados de escrever de tanta dor e de tanto escrever estou com os meus dedos atrofiados e feridos. Meu senhor, entre esse 1 ano e 5 meses em que me encontro aqui presa eu já escrevi mais de 270 cartas pedindo ajuda e o senhor foi o único que me respondeu oferecendo ajuda, eu quando recebi vossa maravilhosa carta, eu chorei como estou chorando agora e não acreditei que ainda existe um coração humano, e que não se deve nunca desistir. Obrigado! Que a luz do universo o ilumine com tamanha grandeza. Em breve estarei em liberdade porque a verdade está próxima e eu acredito e serei eternamente grata ao senhor. (Acotirene, janeiro de 2015)

⁴⁴ Termo que referencia o andamento processual disponibilizado online pelo Tribunal de Justiça

Outros fatores que também contribuem para o distanciamento das mulheres presas com seus vínculos familiares é a localização dos presídios femininos que se encontram em lugares distantes das residências familiares e é de difícil acesso no Rio de Janeiro. A infraestrutura familiar também é outro fator preponderante que dificulta o deslocamento até o presídio. Essas razões contribuem para a o afastamento familiar e a assistência para as mulheres presas:

Eu não tenho sedex e nem visitas, minha mãe não tem condições de me visitar, porque é muito longe para ela vim aqui e ainda trabalha, só daria para ela vim sábado ou domingo. Mas é impossível para ela vim porque tem que te carteirinha se não ela não entra. Estou a quatro meses e meio esperando cedex dela que nunca chega. Durmo a noite com fome, porque aqui a última refeição é 5 horas da atarde, quem tem visitas e cedex faz um lanche a noite mas quem não tem dorme com fome. Te envio o telefone da minha mãe, fale com ela por favor. (Aqaltune, abril de 2010)

Aqaltune mostra os danos sofridos pelo abandono e relata que sem visitas não recebe ajuda como a alimentação para além do fornecido pelo presídio. Reconhece que existem formas alternativas, como receber suprimentos pelo serviço postal, mas os presídios têm regras específicas para essas questões.

Todas essas dificuldades mencionadas à atenção para a mulher encarcerada podem sugerir o reflexo do mundo exterior. Mencionando-se, aqui, narrativas de mulheres que advêm do cárcere feminino no qual mais de 80% destas mulheres são negras e são vítimas do racismo estrutural e institucional brasileiro que dificulta seu acesso à justiça e a cidadania.

Trajetórias marcadas pelo controle: as (des)estruturas familiares

Os discursos das presas são construídos a partir de suas experiências fora e dentro do cárcere. Percebe-se, então, que são narrativas que carregam a catarse dos sentimentos que envolvem a precarização da vida, o arrependimento e o agenciamento do poder sobre seus corpos. Seus saberes são diminuídos e abafados pelas “celas e trancas” que a sociedade as reservou em seus crimes potencialmente demarcados pelo controle social punitivo direcionado à mulher, negra e pobre.

Na maioria das cartas, as mulheres escritoras revelam diversos prejuízos que afetam suas vidas. Neste momento, pauta-se a análise dos prejuízos relacionados à família da mulher encarcerada que impacta tanto suas vidas pessoais, quanto as estruturas familiares e o futuro de

seus filhos. Identificou-se que, na maioria das cartas, as escritoras mencionam que são mães. Apontam problemas de saúde ou denunciam a pobreza pessoal e de seus familiares.

No que tange às políticas públicas e sociais, de acordo com as detentas-escritoras e dados de pesquisas já desenvolvidas, vê-se a precarização dos direitos sociais básicos, assim como a negligência com a saúde, assistência social e educação. Questões importantes que afetam diretamente a população feminina negra, propiciando e sugerindo condições para o encarceramento dessa mulher.

Para exemplificar os escritos das referidas cartas, descrevem-se partes do relato de uma mulher, jovem, presa na penitenciária Nelson Hungria (Bangu 7), no Estado do Rio de Janeiro:

Boa tarde Srs do Instituto Nelson Mandela, meu nome é(...),tenho 25 de idade, ganhei meu alvará mas veio prejudicado, por causa de um exame toxicológico, que o juiz pediu, fiquei sabendo que esse exame demora muito e não tenho mais tempo para esperar, pois sou mãe de 5 filhos todos menores de 7 anos, todos estão no abrigo do conselho tutelar, o juiz da vara infantil já me mandou um papel para mim assinar autorizando a adoção, mas não assinei, quero esperar esse exame na rua, quero lutar para ficar com meus filhos, não quero perdê-los, quero meus filhos de volta, não quero fugir da minha responsabilidade,(...),sei que errei, mas estou impossibilitada de correr atrás dos meus direito de mãe,(...), por favor me ajude, desde já muito obrigado! (Zeferina, novembro de 2014).

Uma das fortes características dessa carta é exatamente o desmascaramento do sistema de justiça que impõem o controle sobre as famílias e desafia o destino das vidas precárias à própria sorte. A narrativa de Zeferina revela as fronteiras de seu íntimo de genitora e sua incapacidade de prover segurança à prole, revelando sentimentos de medo, dúvidas e insegurança. Aqui se precisa entender o conceito de controle social proposto por Andrade (2012), uma vez que se estão sujeitos a operar o controle, tanto formalmente, quanto influenciados pelo senso comum:

Designam-se por controle social, em sentido lato, as formas com que a sociedade responde informalmente ou formalmente, difusa ou institucionalmente, a comportamentos e a pessoas que contempla como desviantes, problemáticos, ameaçantes ou indesejáveis, de uma forma ou de outra e , nesta reação, demarca (seleciona, classifica, estigmatiza) o próprio desvio e a criminalidade como uma forma específica dele.(ANDRADE, 2012, p. 133)

Acredita-se na constatação de diversas formas de opressão relacionada ao controle dos corpos femininos enclausurados a partir da narrativa exemplificada. Evidencia-se o controle

informal adotado pela culpabilização assumida do crime e a impossibilidade feminina da fuga da responsabilidade como mãe: “quero meus filhos de volta, não quero fugir da minha responsabilidade,(...),sei que errei (...)” e o controle formal exercido pelo poder judiciário quando determina sobre a adoção dos filhos do cárcere sem levar em conta a situação familiar, psicológica da mulher, quando comunica: (...)5 filhos todos menores de 7 anos, todos estão no abrigo do conselho tutelar, o juiz da vara infantil já me mandou um papel para mim assinar autorizando a adoção(...).

Portanto, está-se diante de aspectos da violência institucionalizada imposta às mulheres em privação de liberdade, que convive com os seus conflitos intramuros, que tenta resistir à opressão. O ato de se fazer visível a partir da escrita, já é um ato revolucionário e transgressor para o âmbito situacional da dor que as mulheres expressam em confinamento.

Na referida narrativa que se segue, há o depoimento de Adelina, mãe de três filhos e, sua própria mãe, não tem condições financeiras e nem físicas para cuidar dos netos. Lembra que cometeu o crime por causa da sua condição de pobreza. Culpa-se por isso e suplica por ajuda.

Minha mãe é cega e analfabeta, não entende nada sobre justiça, gostaria muito que o senhor me ajudasse pois estou desesperada, tenho três filhos que se encontram nas mãos dos outros pois minha família é pobre não tem condições financeiras para criá-los, eu fazia faxina para ajudar a minha família, foi onde o desespero aumentou e me fez cometer esse delito é minha primeira e última passagem, pois quero levar uma vida honesta, mais para isso peço ao senhor mais uma vez que me ajude a solucionar o problema. Desde já agradeço pela atenção que Deus lhe abençoe e proteja! (Adelina, agosto de 2010)

No referido relato, pôde-se identificar os prejuízos relacionados a toda estrutura familiar dessa mulher encarcerada. Ela relata ter sido condenada a 5 anos de prisão. Os filhos estão sob os cuidados de outras pessoas que não seus familiares. Possivelmente, os danos que a estrutura familiar sofrerá serão irreparáveis quando ela vencer sua liberdade.

Na seguinte carta, encontram-se indícios do controle social que afeta a vida das mulheres:

Nunca tive envolvimento com o crime, sou trabalhadora de família humilde (...). Meu tempo era corrido quase não tinha tempo para meus filhos que são duas meninas e 1 menino de criação(...), sou mãe solteira e eu nunca abandonei meus filhos até o dia de minha prisão. Minha filha de 15 anos, já trancou 3 colégios, está muito mal, rebelde e com depressão, revoltada com essa situação, sem um pai presente e agora sem mãe. Eu estava me divorciando, vim presa sozinha, me associaram a um rapaz suspeito de chefiar o tráfico(...). Meu filho de 5 anos vai operar o coração agora em novembro, minha mãe está sozinha nessa batalha, tá muito difícil para ela, pois eu era a

estrutura da minha família, minha família desmoronou. Me ajude por favor o que fizeram comigo foi uma injustiça, analise o meu processo, preciso ajudar a minha família. Desde já agradeço sua compreensão, com todo o respeito ao Sr. Brasileirinho. (Carolina, abril 2016)

Foi necessário fragmentar a narrativa acima, uma vez que havia muitos elementos importantes relacionados a categoria analisada. Carolina, é mãe solteira de 3 filhos como mencionado. Reconhece ter sido o pilar de sua família e indica os prejuízos relacionados aos filhos que são desprovidos da assistência paterna. Menciona a todo momento durante sua narrativa que era trabalhadora, justifica-se quando relata que vivia dentro dos padrões sociais estabelecidos pela sociedade. Carolina foi mencionada anteriormente quando relatou sobre a desumanização sofrida no sistema.

Em ambos os relatos encontramos as narrativas das dificuldades enfrentadas pela maternidade. Ao que parece o Estado não se responsabiliza pelo apoio às mães que são desprovidas de condições financeiras para prover um espaço adequado para cuidar de seus filhos. Conseqüentemente, observa-se a pobreza como um dos principais fatores para a desestruturação familiar. Fatos esses, importantes de serem considerados, para o aumento constante da criminalização da mulher latino-americana.

Entre a pobreza, o tráfico, e os homens.

Em 2014, segundo os dados do INFOPENMulher, 68% das mulheres são encarceradas pelo crime relacionado ao tráfico. Tráfico é o crime que mais encarcera pessoas vulneráveis como um todo. É o que as narrativas das cartas também indicam, em sua maioria. É possível perceber que, segundo relatos das trajetórias narradas nas cartas, ainda se encontra a criminalização da mulher por tráfico associado aos homens (parceiros, namorados, maridos) e em seguida associado às condições econômicas da mulher pobre. Aqualtune, que já foi mencionada anteriormente, que vem enfrentando dificuldades por não possuir apoio familiar na prisão, narra sua trajetória que culminou no encarceramento:

Dr: José Carlos fala para a juíza que o meu marido é viciado ele não estava fazendo tráfico ali, ele só usava com os amigos ali por perto isso chamou atenção dos vizinhos por causa do cheiro. Fala com ela que eu sempre avisava para ele, brigava com ele todos os dias por causa disso, mas ele é muito viciado não me escutava, mas era um bom marido, sempre respeitou as crianças usando longe delas, ele fazia as coisas escondida de mim por medo, mas ele não me escutava quando o assunto era drogas ele mentia para mim. Quando os policiais chegaram na minha casa deu voz de prisão a ele porque pegou ele

dando um saquinho de cocaína pela janela(...). Depois a polícia voltou na minha casa e me pegou, meu marido tinha guardado uns saquinhos vermelhos para o amigo dele debaixo do nosso colchão sem eu saber. Olha que enrrascada que estou! (Aqualtune, abril de 2010)

A escritora relata como se deu sua prisão. Afirma não ter envolvimento com drogas, vê-se que, de forma ingênua, sugere ao leitor da carta que sua história seja narrada para as autoridades judiciárias, para quem sabe ser compreendida na afirmação de que seu marido era usuário e não traficante. É de pleno consenso que a justiça não opera dessa forma. Porém, estudiosos sobre o assunto, já vem apontando que as mulheres envolvidas no tráfico não fazem parte de grandes organizações criminosas. Segundo Boiteux, um dos principais motivos para explicar o crescente encarceramento no Brasil é:

Em resumen, los principales factores que explican el sobre encarcelamiento en Brazil y que refuerzan el proceso de criminalización de la pobreza son: el aumento de presos por tráfico de drogas, especialmente a partir de la nueva ley (11343/06), em su mayoría jóvenes, vulnerables, pobres, negros y mujeres, que ocupan posiciones subalternas em el tráfico, posiblemente usuarios, portadores de pequeñas cantidades de drogas, en su mayoría no reincidentes⁴⁵. (BOITEUX, 2017, p. 21)

Conforme a autora, as mulheres se encontram nos grupos vulneráveis da sociedade que relacionados ao encarceramento dos pequenos traficantes ou usuários, assim como se verificou nos escritos da carta anterior. Além disso, reflete o processo da criminalização da pobreza, o que pode ser apurado na carta a seguir, escrita por uma mulher jovem de 23 anos. Anastácia, que já mencionou a solidão enfrentada no cárcere, é mãe de 4 filhos menores de 8 anos de idade e ainda residia com sua mãe detentora de necessidades especiais:

Morava em um hotel abandonado com minha família, fui presa nos artigos 33 e 35, eu não tinha muito envolvimento com drogas, só tinha 5 dias que eu estava traficando. Entrei nessa vida porque estava precisando muito e foi por necessidade, pois lá fora não tinha ninguém para ajudar minha família, era só eu, e com o dinheiro do bolsa família não dava para manter minha família. Hoje em dia me arrependo, a única que ajuda a família era eu, porque minha mãe é analfabeta também! (Anastácia, junho de 2014)

⁴⁵Em resumo, os principais fatores que explicam o excesso de encarceramento no Brasil e o que reforçam o processo de criminalização da pobreza são: o aumento dos prisioneiros por tráfico de drogas, especialmente pela nova lei (11343/06), principalmente jovens, vulneráveis, pobres, negros e mulheres, que ocupam posições subordinadas no tráfico, possivelmente usuários, transportadores de pequenas quantidades de drogas, a maioria não reincidentes(tradução livre)

Anastácia informa que foi presa por crime relacionado às drogas por sua vulnerabilidade econômica. Em muitas cartas há esta relação da pobreza com as drogas, mulheres discorrem os motivos que as levaram a traficar. Quando, porém, não estão relacionados aos seus parceiros, estão relacionados ao sustento dos filhos. Além desses fatores, a estrutura patriarcal cumpre o seu papel quando se encontra mulheres submetidas aos homens e às drogas, fechando, assim, a tríade que colabora para a criminalização, tal como conta a carta de Mariana:

Venho por meio desta carta, insistindo mais uma vez, porque já mandei outras e não obtive resposta tendo certeza que não foi por desinteresse de vossa excelência, com todo o respeito e com toda a humildade lhe peço que olhasse para o meu caso com carinho, pois sou mais uma de muitas que se encontra em cárcere, sofrendo muito, não reclamando da justiça nem das leis, porém que as penas em relação ao tráfico, principalmente para as mulheres fossem revistas, elas são muita alta, só tem tráfico de gente pobre aqui.

No meu caso aconteceu da seguinte forma, me relacionava com um rapaz a uns 4 meses antes da prisão, ele usava drogas, ele foi preso dentro da minha casa, daí começou meu inferno. Sou uma mulher trabalhadeira, cumpridora dos meus deveres, honesta, principalmente por ser mãe de um menino, do qual precisa muito de mim. (...)

Pois senhor o que estamos pedindo é que a própria sociedade, policiais, juízes, defensores se aprofundem mais nas prisões, sabemos que cadeias precisam existir, mas aqui na nossa cidade, tem acontecido assim; uma mulher conhece um homem, começa um relacionamento sem convívio diário, e o mesmo é preso e quem está junto vem também, sem mesmo nunca ter se envolvido e nem usado, são sentenças de 10,14 anos, mesmo porque sabemos que se as autoridades se empenhassem e trabalhassem com mais seriedade, reponsabilidade, respeito humano, compromisso com nossa sociedade muitas coisas estariam melhores e diferentes. Pois aqui dentro existem posso afirmar, que existem mulheres que deixaram lar, trabalho, famílias, vidas... não queremos mudanças na lei, mesmo porque somos humildes e sabemos que seria muito difícil sermos atendidas por qualquer autoridade. (Mariana, junho de 2010)

Essa carta, contém 8 páginas, e se buscou visibilizar os fragmentos que se consideram mais relevantes sobre a trajetória que a levou a prisão. Percebe-se a importância de descrever suas impressões sobre a relação entre o tráfico, as penas, mulheres e homens. A detenta indica que as penas para os crimes relacionados às drogas para as mulheres são muito altas e que, fatidicamente, elas são relacionadas ao crime, caso o parceiro o praticar. Ela implora por um olhar diferenciado para esse comportamento social. Ao que parece, talvez ela esteja considerando que faça parte de estrutura social machista. Mariana continua sua reflexão na mesma carta:

Vossa excelência, nossa cidade tem sofrido muito em relação a tudo que se diz de justiça, prendem mães que acabam sendo obrigadas a deixar nossos filhos na mão de famílias, que por sua vez já tem filhos, para serem alimentados, que precisam estudar, enfim é sempre mais crianças sendo obrigadas a ser criadas por famílias. As pessoas, o mundo está passando por momentos terríveis, quando falo é de todas as classes, policiais corruptos colocando palavras na nossa boca, o fato é acontecido de uma forma, quando chega a hora da nossa sentença perante o juiz é colocado de outra forma, e nós saímos sem poder falar nada.

Quero que saibam que não sou a favor das drogas pois tenho consciência eu a mesma tem destruído famílias e eu tenho filho, como já citei. Tenho certeza que não sou só eu, mas muitas merecem chances de voltar para os seus lares e continuar vivendo uma vida regrada e descente, eu falo por mim, nunca mais vou me envolver com ninguém sem antes fazer um precioso conhecimento da vida da pessoa. Com todo respeito me responda. Aguardo ansiosa!
(MARIANA, julho de 2010)

Menciona os prejuízos causados à família e aos filhos acarretados pelo aprisionamento desnecessários das mulheres. Julga a postura vertical dos aparelhos estatais judiciários. Ao final de sua narrativa, informa que não é a favor das drogas e menciona: “mas muitas merecem chances de voltar para os seus lares e continuar vivendo uma vida regrada e descente.”

Considera-se de grande relevância o relato mencionado, uma vez que ao mesmo tempo que a escritora denuncia a opressão sofrida pelas mulheres, compactua com o pensamento hegemônico estabelecido que reserva o lugar da mulher relacionado a vida “regrada e descente”. Essa passagem é um convite à reflexão, pois, ou a escritora está reforçando a operacionalização do poder patriarcal exercido sobre o corpo da mulher ou, então, invertendo esta lógica, poderíamos pensar que está agindo taticamente para convencer seu leitor de sua suposta integridade moral.

As mulheres grávidas:

Suplício: é o que elas experimentam. É o que se aprende com as narrativas das mulheres encarceradas que viveram a gravidez no cárcere. Essa categoria não poderia passar despercebida diante de tantos relatos agonizantes que narram a experiência da gravidez. Além de relatarem questões relacionadas a desumanização do sistema carcerário, principalmente, indicam a gravidez relacionada ao mundo anterior à prisão e como administram as tensões geradas.

O estudo intitulado “Mulheres e crianças encarceradas: um estudo jurídico – social sobre a experiência da maternidade no sistema prisional do Rio de Janeiro”, realizado pelo grupo de pesquisa em Política de Drogas e Direitos Humanos, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FND/UFRJ) aponta que 70 % das presas grávidas estão relacionadas ao crime de tráfico de drogas. Menciona que as mulheres grávidas ficam no Presídio Talavera Bruce e, logo após o nascimento dos filhos, são transferidas para a Unidade Materno Infantil até, aproximadamente, 6 meses de vida do bebê, momento que ocorre a separação entre eles. Estatisticamente, segundo o referido estudo, a maioria são mulheres jovens (entre 18 e 22 anos); 78% tem até 27 anos; 77% são negras e pardas, solteiras (82%); e de baixa escolaridade (75,6%) não possuem o Ensino Fundamental completo; 9,8% não sabem ler nem escrever.

Importante localizar o perfil dessas mulheres na pesquisa, uma vez que está em análise relatos de um grupo específico. Citar-se-á a trajetória de três mulheres que relatam seus momentos de dor e sofrimento enquanto estiveram grávidas. Elas narram como foram encarceradas e os prejuízos que sofreram durante esse processo.

Tereza tem 27 anos de idade e é mãe de 4 filhos. Foi mencionada, anteriormente, no tópico relacionado à solidão, a solidariedade e ao agradecimento. Ela é uma das apenadas que escreveu pedindo ajuda para uma “coleguinha” de cela. Neste momento narra a sua dolorosa trajetória enquanto esteve presa grávida:

Vim presa grávida, de 4 meses, estava na prisão fechada quando fiz 7 meses, passei mal fui pro hospital com perca de líquido para ganhar minha filha. Chegando lá falaram que iam fazer uma sezariana em mim não fizeram nada. Fiquei 5 dias perdendo líquido direto, tive minha filha sozinha em uma sala, ela nasceu com pouco oxigênio no serebro e uma doença no pulmão, depois de cinco dias no hospital mandar-me de volta para a cadeia e ela ficou na UTI intubada e o médico falou que ela não tinha chance de sobreviver porque ela só respirava por aparelhos e ela foi transferida para outro hospital e operaram o pulmão dela e depois de dias ela foi para casa e até hoje não a conheço, ela faz tratamento, toma gadernal e outros medicamentos , hoje ela tem 5 meses queria muito que o senhor conseguisse uma autorização com o juiz para eu ver ela e conhece-la queria muito que o senhor visse meu processo para ver se consigo benefício, eu tenho um filho de 4 anos, um de 8 anos e uma de 12 estão todos com minha mãe. Então tá sendo muito difícil para minha mãe, e eu estou muito arrependida de tudo, tudo que eu quero é sair daqui o nascimento da minha filha me mudou muito. Me ajude por favor, já pedi ajuda na social e na segurança e ninguém me ajuda...por favor não me deixe em silêncio, vou esperar sua resposta...
Quem inventou as grades não sabe a dor de uma saudade. Obrigada pela atenção. (Tereza, abril de 2010)

Essa mulher traz a narrativa de extrema desumanização. Passou por todas as dificuldades durante a gravidez até ser submetida a um parto complicado, que, possivelmente, ocasionou as mazelas irreparáveis para a sua filha. São prejuízos permanentes para vida da mulher e da criança. A violência institucional direcionada para essa mulher de tamanha invisibilidade parece ser naturalizada pelo Estado. À Tereza, diante deste quadro, não lhe foi concedido o direito de conviver com a filha no tempo estipulado em lei. Ela sequer conheceu sua filha. Precisa se preocupar com seus outros três filhos, sua mãe e ainda clama ao leitor da carta: “não me deixe em silêncio”.

Esperança tem 25 anos de idade. Descreve seus conhecimentos jurídicos ao relatar sua situação processual. Denuncia a morosidade da assistência jurídica pública, reconhece seus erros mediante ao poder disciplinar e narra como foi sua experiência enquanto grávida no sistema:

Senhores venho encarecidamente pedir ajuda aos senhores, fui presa nos artigos 33 e 35 sou réu primaria peguei 12 anos de prisão, sendo que na apelação caiu 8 meses do 33 aí a minha sentença passou a ser 11 anos e 4 meses. Eu queria muito ganhar uma pulseirinha⁴⁶ para poder cuidar dos meus filhos, por favor me ajudem eu sou assistida pela Defensoria pública, só sei do meu processo de 3 em 3 meses, sou uma presa disciplinada nunca tive parte disciplina, meu erro foi ter evadido, eu sei que errei mas peço perdão disciplinar e uma nova chance para viver cuidando dos meus filhos

Vim grávida de 2 meses, tive minha filha dentro da ambulância do SOE por demora para pedirem emergência, mas com a graça de Deus deu tudo certo e sendo assim por eu ter vindo grávida eu paguei o meu castigo no regime fechado, fiquei 7 meses na UMI, com meu neném, e quando voltei para o semiaberto minha situação ficou meio complicada. A separação me doeu muito, dói dentro de mim lembrar dela e pensar nela longe e ainda quando fui presa peguei uma sentença muito alta, eu era menor de 21, tinha 19 anos de idade, agora eu tenho 25. (Esperança, março de 2016)

Esperança relata que deu à luz dentro da ambulância do SOE, ou seja, enquanto estava sendo transportada para o hospital, pela morosidade do sistema. Seu sentimento de dor, ao se separar tão cedo de seu bebê, indica que é necessário pensar formas alternativas de justiça para as mulheres. São danos que impactarão a vida da sentenciada e a penalidade será refletida na vida pregressa de sua filha. São prejuízos que afetam estruturas, não somente familiares, mas também na sociedade como um todo, quando se pensa nos efeitos psicológicos futuros que essa separação ocasiona por todo uma geração.

⁴⁶Meio eletrônico de controle da presa que cumpre sua pena em regime semiaberto, é a tornozeleira eletrônica

Felippa é mãe solteira de 2 filhos, tem 35 anos de idade. É reincidente. Explica por qual motivo voltou para prisão e rememora momentos em que esteve presa grávida em sua primeira detenção:

Essa é minha segunda passagem, confesso que errei de verdade, mas dessa vez eu cai num golpe de bate papo pelo telefone da furação 2000. Conheci um rapaz com o nome de Allan⁴⁷ há 6 meses no bate papo e devido eu falar da minha vida pessoal pra ele, aí ele me disse que era dono de loja na 25 de Março em SP. e eu contando minha situação, dos meus filhos e da minha vida financeira devido o preconceito de quando passamos pelo cárcere nós somos muito recriminada e não estava conseguindo trabalho aí ele me disse que era para eu ir em Botafogo para encontra com a irmã dele, porque ele ia me dar uma bolsa com chinelos para mim vender. Eu fui encontrar com ela, quando peguei a bolsa onde disse que estava, eu fui presa e a pessoa que ele dizia que era irmã virou vítima. Será que eu iria ser tão tola que eu ia pegar uma bolsa numa rua cheia de gente para ser presa?

A minha primeira cadeia foi muito dolorosa, eu não tive os cuidados na minha gravidez e devido não ter tratado aqui adequadamente com cuidado necessário que uma gestante merece o meu bebe nasceu no dia 02/12/2013 e ficou vivo só dois dias porque eu estava muito debilitada paguei com o que eu tinha de mais precioso com a vida de um inocente. Peço encarecidamente que reveja o meu processo, eu apenas cai num golpe.

A minha mãe é muito humilde, tá difícil de bancar a minha cadeia e sustentar meus filhos. Através das quentinha que eu fazia e vendia no calçadão e mototaxi em Santa Cruz que ela está sustentando os meus filhos e minha mãe já é idosa e ela chega aqui que me dá dó de ver ela sofrendo por um erro que cometi. (Felippa, junho de 2014)

Novamente observo a figura masculina envolvida na criminalização da mulher. Felipa relata ter sido vítima de um golpe arquitetado para prendê-la. Narra sobre o preconceito da sociedade frente à sujeita encarcerada e a dificuldade de conseguir se inserir no mercado de trabalho. Vivia em um relacionamento no qual não há relatos de afetividade e, na esperança de conseguir trabalho para ajudar as despesas da família, indica que caiu num golpe. Tenta comprovar os fatos ao descrever como foi vivenciar a gravidez em sua primeira detenção.

Felippa descreve a dolorosa perda de seu filho que ficou vivo somente durante 2 dias após ao nascimento. Conta que estava muito debilitada porque não tinha o acesso aos cuidados necessários para uma gravidez saudável e sem complicações. Agora, presa novamente, se preocupa com as questões econômicas da família que sobrevive da venda de quentinhas.

⁴⁷ Nome fictício

Como será perder um filho para o Estado? Será que só há esse destino para as mulheres, jovens e pobres neste país? São questões que parecem não haver interesse em serem debatidas e, nem sequer solucionada, quando direcionadas à massa carcerária feminina.

Ainda no ano de 2017, presenciou-se o debate em torno da prisão domiciliar concedida pelo Tribunal Regional Federal do Rio de Janeiro a Adriana Ancelmo, esposa de um dos ex-governador do Estado do Rio de Janeiro. Segundo informações, amplamente publicada nas mídias de todo o país, Adriana Ancelmo foi acusada pelo crime de corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa. Teve a prisão preventiva decretada pela Justiça Federal e, logo em seguida, a prisão foi convertida em domiciliar porque ela precisa cuidar dos dois filhos menores de 12 anos. A lei se aplicou para esta mulher.

Conforme o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a mulher detida em condição de gestação ou com criança com menores de 12 anos de idade pode solicitar a troca do seu regime de prisão preventiva para domiciliar, conforme a Lei nº 13.257, de 8 março de 2016. Milhares de mulheres nas mesmas condições de Adriana Ancelmo, no entanto, seguem presas. Adriana Ancelmo não está incluída nas esferas sociais de subalternidade. Ela é uma mulher privilegiada economicamente, tem acesso aos recursos disponíveis de justiça para que possam tutelar adequadamente por seus direitos.

Segundo o INFOPEN Mulher, em 2014, existiam 11. 269 mulheres presas sem condenação no sistema penitenciário brasileiro, ou seja, 3 a cada 10 presas são provisórias. Constata-se, pois, que não haveria motivos para a superlotação do cárcere feminino se as determinações legislativas fossem cumpridas. Isso tudo é defrontar-se com uma realidade na qual se criminaliza população específica e as leis não alcançam os seus direitos, transformando-a em subalterna pelo mundo perverso e opressor.

ALGUMAS CONCLUSÕES

Analisou-se, aqui, as cartas das mulheres encarceradas no sistema penitenciário no Estado do Rio de Janeiro que tinham como destinatário o Instituto de Cultura e Consciência Nelson Mandela (entre os anos de 2010 e 2016). Foram selecionadas 31 correspondências que abrangessem o panorama dos relatos em comum nas demais cartas. Entende-se o instituto como um espaço de aprendizagens *decoloniais*, pela aproximação com as demandas dos Direitos dos apenados evidenciando a proposta do resgate de suas cidadanias.

A pesquisa a partir das cartas produzidas por mulheres encarceradas, (re)educam o olhar para o segmento feminino e para os riscos que as afetam sobremaneira. Suas trajetórias escritas nas cartas, revelam um passado de opressão e um presente de desumanização. São mulheres, jovens, pobres, em sua maioria negras, pouco escolarizadas e condenadas por crimes considerados de menor potencial ofensivo. Relatam o suplício da vida no cárcere. São mães, provedoras de seus lares e seus escritos indicam diversos problemas sociais que as levaram para o “mundo do crime”. Essas mulheres, privadas de liberdade, frente à responsabilidade de prover o sustento de seus lares e, em outras circunstâncias, a punição ao se associarem aos crimes praticados por seus companheiros. São relatos comuns encontrados nas correspondências das cartas analisadas.

No ambiente prisional se deparam com a restrição do acesso aos direitos básicos relacionados à saúde, à educação e à proteção dos Direitos Humanos. São mulheres que se encontram em estado de extrema vulnerabilidade perante a sociedade hegemônica. Experimentam a solidão, a dor e sofrem os efeitos do mundo patriarcal que lhes foi reservado e os espaços que habitam. São isoladas espacialmente de suas famílias. Sem convívio social são relegadas à solidão que desestabilizam suas estruturas familiares e fomentam prejuízos em suas vidas e daqueles que as cercam. Carregam a saudade e a preocupação com os seus filhos que raramente estão sob a guarda de seus familiares, ou seja, ora estão sob a guarda de pessoas desconhecidas, ora sob a guarda estatal em abrigos públicos. Observa-se, com isso, diferentes formas de violência contra o segmento, além de notar aspectos sobre as suas possibilidades de resistir aos desafios da vida no sistema penitenciário.

Com todo o processo desenvolvido pela pesquisa, o objetivo principal foi pelo investimento na apreensão de evidenciar outras práticas possíveis percebendo processos de aprendizagens alternativos, emergentes que sugerem na interação com o outro em espaços diversos para além do escolar. Todo o processo de investigação começou com o manuseio e as

leituras das referidas cartas, na qual foi possível perceber a complexidade reflexiva contidas nesses documentos. Essas cartas não são meros escritos, são o reflexo da vida cotidiana das sujeitas encarceradas, tecidos no universo prisional que indica a dinâmica intrínseca funcional de um sistema penitenciário arcaico, que mantém seu *status quo* desumanizante desde séculos atrás até o tempo presente.

A partir das categorias de análise escolhidas, foi possível alcançar essas vozes e indicar o que insistem em contar. As breves trajetórias de vida tecidas nas cartas refletem experiências cotidianas no cárcere feminino e percebemos a precarização da vida nesses relatos. É a denúncia “nua e crua” do pesadelo vivido de olhos abertos por essas mulheres que pretendem, com as cartas, acalmar os seus gritos de desesperos, que variam de uma simples orientação de como está sua vida processual, até o clamor para averiguação de maus tratos sofridos por seus corpos.

No que tange aos saberes inerentes às cartas do cárcere feminino, tem-se como exemplo, os escritos de Elza e das mulheres que reconhecem a importância de seu anonimato quando se referem às denúncias relacionadas aos Direitos Humanos. Neste momento, aprende-se a realidade narrada pela mulher em privação de liberdade. As dificuldades ao viver em travas, o confinamento da mente e corpo nos espaços controlados, são experimentações relatadas sobre a insalubridade onde dormem, a comida estraga servida e a proliferação de enfermidades não tratadas pelo Estado.

Os clamores por visibilidade do sistema de justiça na carta de Vera, mulher latino-Americana, estrangeira, presa no Brasil, escreve uma carta em nome de um grupo de estrangeiras presas na mesma cela. Questiona a pena que lhe foi aplicada desproporcionalmente superior à pena aplicada aos homens presos pelo mesmo delito e direciona seu clamor ao patriarcado com os seguintes questionamentos: “Por que as mulheres não têm os mesmos benefícios que os homens? Com quem nós podemos falar sobre essa questão? Por que ninguém ajuda as mulheres, pelo amor de Deus?”

Entre o abandono familiar, a saudade dos filhos, a solidão de Anastácia é narrada pelas inúmeras cartas escritas para a família, sem respostas. Aqualtune, solitariamente, lamenta a pobreza dos familiares, que sem condições financeiras, não possuem meios para visitá-la no presídio, fixado em local de difícil acesso na cidade do Rio de Janeiro. Acotirene, que escreve frequentemente para diversos órgãos estatais pedindo ajuda, e permaneceu sem retorno após escrever mais de 200 cartas, também sofre o abandono. Mas, mesmo diante das dificuldades pela falta de sororidade ao mundo externo, essas mulheres se reinventam através da solidariedade e afetividade mútua. Escrevem cartas coletivas e em nome de outras, assim como

Tereza, que em sua carta pede ajuda para a colega de cela: “aproveitando minha escrita, venho pedir pela coleguinha de cela que si encontra doente...”

A luta pelo direito à Educação se faz presente nas cartas, quando se encontram os relatos, por exemplo, de Ângela, que obteve aprovação no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e não conseguiu realizar a pré-matrícula necessária para ingressar na universidade por questões meramente “administrativas”. Esta narrativa dimensiona o tamanho dos obstáculos sofridos por Ângela e que tantas outras mulheres enfrentam para garantir um determinado direito fundamental básico no espaço carcerário.

Na narrativa da escritora Tereza, acima citada, encontra-se a dor das mulheres grávidas encarceradas, assim como Felippa e Esperança. Essas trajetórias escritas ensinam a perversidade estatal direcionada para essas mulheres e como são valentes ao contar o que elas e seus filhos/nascituros sofreram no espaço de privação de liberdade. Em outros termos, constata-se que a pena ultrapassa a pessoa que cometeu o crime – seus filhos.

Verificou-se que essas mulheres escritoras, através de suas cartas, que solicitam algum pedido de ajuda, também narram suas experiências no cárcere. Experiências marcantes de enfrentamento árduo pela sobrevivência. São escritos que impactam pelas palavras, indignam pelos maus tratos retratados e instigam a refletir o quão doloroso e difícil deve ser para essas mulheres relatarem suas histórias transcritas no papel. A realidade de suas vidas encarceradas transformadas em narrativa, em resistência.

Houve um investimento na tentativa de demonstrar como a escrita de mulheres em espaços de confinamento, como as prisões, podem ser ressignificadas em luta. Um caminho possível, embora não facilitado pelo sistema, mas é uma estratégia real e legal no Brasil. Lançar mão desses escritos, é considerá-los como ferramentas indispensáveis para que os Direitos Humanos sejam problematizados criticamente a partir daquelas(es) que enfrentam a realidade. Para as mulheres encarceradas, a escrita pode ser encarada como desafio que subverte o silêncio entre grades, revelando a “ousadia” da não-tolerância à violência que lhes é imposta.

Nesse caminhar, pôde-se perceber a potência desses escritos e como podem ser o veículo para a prática educacional alternativa em espaço *outro*. O ir e vir das cartas, a recepção delas pelos agentes colaboradores do ICCNNM, que atuam em prol do outro, revelaram o processo educacional no qual se aprende uns com outros. Na convivência cotidiana com o universo carcerário é que se moldam as ações impulsionadas pelos colaboradores do ICCNNM. É a ação desenvolvida que promove a educação mútua entre estes e aqueles apenados.

É a Educação pautada na valorização de saberes emergentes, que orientam uma perspectiva de descolonizar as relações estabelecidas na sociedade. Revela, portanto, a busca

por novas acepções e compreensões de espaços que possam permitir a pedagogia calcada na (re) criação de outras práticas emancipatórias de ensinar e aprender – A pedagogia *decolonial*.

Trazer a compreensão do Sistema Prisional feminino e o controle social imposto às mulheres encarceradas, a partir do olhar crítico criminológico ajudou a dimensionar as tensões existentes neste campo, onde o poder estatal é o instrumento principal que recai sobre aquele segmento e a desumaniza cotidianamente. Para tanto, a presença de diversas áreas do conhecimento se fez necessária para a construção deste estudo que é atravessado pelos aportes relacionados aos estudos jurídicos, sociais e educacionais.

No decorrer do desenvolvimento da pesquisa, julgou-se oportuno a breve contextualização histórica do Instituto Nelson Mandela. Percebeu-se que todo este processo emerge da resistência dos movimentos sociais, aqui, especificamente, em diálogo com o Movimento Negro e seus atores considerados produtores de saberes na luta antirracista. As formas alternativas encontradas por esses atores, revolucionam, permitem possibilidades *outras* para todo o coletivo penitenciário e indicam a prática educacional que emerge das urgências pautadas pelo Movimento Negro.

No campo educacional, o instituto encontra espaço no sistema penitenciário para desenvolver suas ações através da Secretaria de Educação e Cultura das penitenciárias do Estado do Rio de Janeiro à época liderado por uma mulher, professora, negra, liderança do Movimento Negro no estado – Vanda Ferreira. Esta, detentora da visão emancipatória, que impulsionou o Projeto Político Pedagógico, criando a possibilidade de espaço para que o instituto existisse. Desse modo, o movimento poderia atuar junto às ações pensadas e construídas pelo detento que vivia as mazelas do cárcere na década de 90 – José Carlos Brasileiro.

Importante mencionar que a referida construção somente foi possível a partir do enfrentamento dos partícipes do instituto ao sistema opressor instituído, ao silenciamento do estado frente às denúncias que geram a tragédia social intencional no cárcere brasileiro, evidenciadas pela pesquisa. O ICCNNM nasce no ambiente educacional com a perspectiva de criação e não a reprodução de uma pedagogia conservadora e sim revolucionária, indicando, com isso, a importância do potencial transformador dos agentes educacionais quando engajados na luta emancipatória e antirracista.

É nesse escopo, que a questão racial ganha centralidade na construção do projeto de criação do instituto. Da dialogia entre sujeitos negros dentro do espaço institucionalizado das cadeias que emerge o movimento, que enseja visibilizar a luta dos detentos. Detentos que em sua maioria compostos por negros que experimentam a retomada de consciência da existência

do racismo institucional na medida em que as ações pedagógicas e culturais afro-brasileiras avançam, ou seja, é o “movimento negro educador” retroalimentando a resistência pelo bem viver dos sujeitos encarcerados.

Os depoimentos apreendidos nas entrevistas realizadas durante o processo de pesquisa indicaram pistas de como se aprende neste processo interativo e dialógico de leitura e respostas das cartas. Esses depoimentos revelaram a intensidade de cada prática individualizada comprometida com as agendas *contrahegemônicas* alternativas. São possibilidades de visibilizar o outro, frente às instâncias de poder. Com a prática desenvolvida uns com os outros, percebeu-se como é potente (re)significar as ações a partir das tensões oferecidas pelos relatos das cartas e, também, com a dinâmica desenvolvida no espaço do ICCNNM. Por isso, é uma proposta educacional de ensino-aprendizagem que se efetua nesta conformação.

Com efeito, a pesquisa revela e ensina, não somente a partir da análise das categorias das cartas, mas também, a partir dos depoimentos dos participantes da pesquisa. Trata-se de um quadro que reflete um contexto estrutural de discriminação, subalternização e precarização da mulher encarcerada. E de forma alternativa, as ações desenvolvidas pelo instituto trabalham no sentido de tentar diminuir o sofrimento dessas mulheres, a partir do encaminhamento possível de ser realizado pelos colaboradores voluntários do instituto aos órgãos competentes.

Quanto à proposta metodológica, dialogar com os colaboradores do ICCNNM, indicou-se a mudança de paradigma de um grupo de sujeitas(os), que é em sua maioria, profissionais jovens engajados em atuar com os Direitos Humanos. A partir dessa atuação, redimensionam o processo de (des) aprendizagem para construir junto à assistência, com a população encarcerada, através das cartas das mulheres privadas de liberdade. São relatos de experiências pessoais transformadores que potencializam a prática desses sujeitos frente ao quadro desafiador de empoderar estas mulheres esquecidas pela máquina pública brasileira.

Houve, aqui, preocupação em apresentar esses saberes, que eclodem em espaços de opressão para o espaço acadêmico, problematizá-los mostrando as complexidades dos aportes apresentados, dialogando com epistemologias latino-americanas e se desafiando pela busca por caminhos alternativos não *eurocentrados*. Isso para que se pudesse enfrentar o campo da pesquisa na Educação.

Considera-se, ainda, que a pesquisa aponta caminhos para outras práticas alternativas pedagógicas, que se desenvolvem a partir do outro. Essas sujeitas são consideradas subalternas à civilização no contexto latino americano. Está-se, então, frente a uma pesquisa que não apresenta um fim em si mesma, mas que aponta para a (re)significação de vozes emergentes, ensejando a proposta de abertura ao diálogo acadêmico, que tragam percepções de outros

conhecimentos, outros agenciamentos e culturas até então silenciados pelos saberes eurocêntricos.

Ao estudar esse processo, foi perceptível a urgência na inversão da lógica do pensamento hegemônico que insiste em manter a população carcerária, negra e pobre silenciada atrás dos muros das penitenciárias. Tentou-se caminhar para o sentido que se potencializasse vozes encarceradas a partir de suas experiências, ensinamentos e aprendizagens alternativos, para que se chegasse próximo ao projeto descolonizador e antirracista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. 196p.

ALBERTI, Verena ; PEREIRA, Amilcar Araújo. **Movimento negro e "democracia racial" no Brasil: entrevistas com lideranças do movimento negro**. Rio de Janeiro :CPDOC, 2005.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Pelas mãos da criminologia: o controle penal para além da (des)ilusão**. Rio de Janeiro: Revan; ICC, 2012.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: Introdução à Sociologia do Direito Penal**. Rio de Janeiro: Revan; ICC, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 10 de Janeiro de 2017.

_____. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Nº 9394/2006. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 dez. 1996.

_____. **LEP: Lei de Execução Penal Nº7210/1984**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 jul. 1984.

_____. **Governo do Estado do Rio de Janeiro**. Plano Estadual de Educação em Prisões. Rio de Janeiro: 2012.

_____. **Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro**. Relatório de visita à unidade prisional. Rio de Janeiro. Março de 2016.

BOITEUX. Luciana. **Encarceramento feminino e seletividade penal**. Discriminação de gênero no sistema penal. Rede de justiça criminal. Ed 9 / Set. 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/29701164/Encarceramento_Feminino_e_Seletividade_Penal

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade do Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

_____. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. Disponível em: <http://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-apartir-de-uma-perspectiva-de-genero> /Acessado: 10/10/2017

CARVALHO, Salo de. **Antimanual de criminologia**. 2 ed. Rio de Janeiro :Lumen Juris. 2008.

CARVALHO, Benedita Maria Vieira de. **O cidadão José Carlos Brasileiro: rebeldia e audácia, amor e aventura, vício e redenção**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano** :1. Artes de fazer. 19. Ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves.- Petrópolis, RJ: vozes, 2012.

DAVIS, **Angela Y. Mulheres, raça e classe**. Tradução Heci Regina Candiani. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. **Are Prisons Absolete?** Seven Stories Press. New York, 2003.

Del Omo, Rosa. **A América Latina e sua criminologia**/ Rosa del Omo. Rio de Janeiro: Revan :ICC, 2004

DEPEN. **Departamento Penitenciário Nacional**. Disponível em www.portal.mj.gov.br. Último acesso em 10/03/2017.

DOMINGUES, Petrônio. **Um “templo de luz”! – A Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação**. *Revista Brasileira de educação*, vol. 13, n. 39, 2008, p. 517- 534 (São Paulo)

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. 2ºed. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. **Peles negras, mascaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FIGUEIRA, Sandra de Almeida (org). **Fragmentos de Vida – Manuscritos de Mulheres Encarceradas**/ Organização: Sandra Almeida Figueira – 2009. 104p

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. 41. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 17º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOMES. Ângela de Castro. **Escritas de si. Escrita da história/ Organizadora Ângela de Castro Gomes**. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. 389p

GOMES. Nilma Lino. **Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira**. In. SANTOS, Boaventura de Sousa e MENEZES. Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **O Movimento negro educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação**/ Nilma Lino Gomes. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

Herrera Flores, **Joaquín**. **La reinención de los derechos humanos**. Ed. A trapa sueños. 2008.

_____. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. *Revista Brasileira de Educação*. v. 16 n. 47 maio-ago. 2011

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo. Perspectiva, 1961.

INFOPEN. **Sistema integrado de informações penitenciárias. População Carcerária 2000-2014**. Disponível em www.portal.mj.gov.br. Último acesso em 09/01/2017

INFOPENMulher. **Sistema integrado de informação penitenciária. População Carcerária Feminina 2014**. Disponível em www.portal.mj.gov.br. Último acesso em 18/11/2017

LEMBRUGER, Julita. **Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres**. Achiamé. Rio de Janeiro, 1983.

JULIÃO, Elionaldo. F. **Educação para jovens e adultos em situação de restrição e privação de liberdade: questões, avanços e perspectivas**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013

LIMA, Elça Mendonça. **Origens da prisão feminina no Rio de Janeiro**. OAB/RJ. 1983

LOIC, Wacquat. **Punir os pobres: A nova gestão da miséria nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: F. Bastos, 2001, Revan, 2003.

LUDKE, Menga. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas/ Menga Ludke, Marli E.D.A. André**. São Paulo: E.P.U., 2012.

MIGNOLO. Walter D. **Histórias locais/ Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar/ Walter D.Mignolo**; Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MIRANDA, Cláudia. **Narrativas subalternas e políticas de Branquidade: O deslocamento de afrodescendentes como processo subversivo e as estratégias de negociação na academia**. Tese de doutorado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de educação. 2006.

_____. **Afro-colombianidade e outras narrativas a Educação Própria como agenda emergente**. *Revista Brasileira de Educação* v. 19 n. 59 out.-dez. 2014

MIRANDA. Cláudia; RIASCOS. Fanny Milena Quiñones. **Pedagogias decoloniais e interculturalidade: Desafios para uma agenda educacional antirracista**. *Educ. Foco*. Juiz de Fora, v21, n 3, p. 545-572, Set/Dez 2016

QUIJANO, Aníbal. **Dom Quixote e os moinhos de vento na América latina.** In. **Estudos avançados**, vol.19, n°55, São Paulo: set/dez 2005

RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. **Cor e Criminalidade; estudo e análise da justiça no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

SACAVINO, Susana. Movimento de educadores/as em direitos humanos na educação básica. In: Werneck, Hamilton. **Educação em direitos humanos** /Susana Sacavino e Vera Maria Candau. Petrópolis: DP *et Alli* Editora, 2008.

SANTOS, Antônio Raimundo dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento.**3ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SANTOS, Joel Rufino dos. **O que é racismo?** . São Paulo: Brasiliense, 1994.

SILVA, Maria Palmira da. **Identidade e consciência racial brasileira.** In: **Racismo no Brasil.**- São Paulo: Peirópolis; ABONG, 2002.

SOARES, Bárbara Musumeci. **Prisioneira: vida e violência atrás das grades/** Bárbara Musumeci Soares, Iara Ilgenfritz. – Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SPIVAK, GayatriChakravorty. **Pode o subalterno falar?** Trad. Sandra Regina Goulart de Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira Feitosa –Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

THOMPSON, Augusto. **A questão da penitenciária.** 2. ed. Rio de Janeiro: Forense,1980.

WALSH, Catherine. Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, Vera Maria (org.). **Educação Intercultural na América Latina: entre aceções, tensões e propostas.** Rio de Janeiro:7 letras, 2009.

_____. **Interculturalidad, conocimientos y decolonialidad.** Signo y pensamiento 46. V. XXIV. Jan/Jun 2005.

_____. **Interculturalidad, plurinacionalidad y decolonialidad: Las insurgências político-epistêmicas de refundar el Estado.** Tabula Rasa, Bogotá – Colômbia, 2008.

APÊNDICE A – FLUXO DE CARTAS RECEBIDAS

Números provisórios do quantitativo das cartas recebidas pelo Instituto Nelson Mandela entre 2010 e 2016:

ANO	CARTAS ORIUNDAS DOS PRESÍDIOS FEMININOS	CARTAS ORIUNDAS DOS PRESÍDIOS MASCULINOS
2010	143	18
2011	05	4
2012	26	21
2013	219	191
2014	354	346
2015	394	260
2016	128	213
TOTAL	1269	1053

APÊNDICE B- QUANTITATIVO DE CARTAS

Número provisório do quantitativo de cartas oriundas dos presídios femininos recebidas mensalmente pelo Instituto Nelson Mandela do Período entre 2010 e 2016.

Mês	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Janeiro	10	0	0	28	23	46	25
Fevereiro	22	0	0	09	39	27	19
Março	25	0	0	33	16	50	06
Abril	48	0	0	14	08	33	14
Mai	16	0	0	24	30	39	14
Junho	10	0	03	07	27	45	09
Julho	05	0	02	16	43	28	09
Agosto	0	0	0	13	30	46	05
Setembro	0	03	05	08	61	26	06
Outubro	0	02	14	10	09	35	13
Novembro	01	0	0	32	31	09	20
Dezembro	0	0	0	25	37	10	06

APÊNDICE C- CARTAS FEMININAS

Números provisórios do quantitativo de cartas oriundas dos presídios femininos recebidos pelo Instituto Nelson Mandela por presídio feminino no período de 2010 até 2016.

Cárcere feminino do Estado do Rio de Janeiro	Número de cartas oriundas do cárcere feminino.
Presídio feminino Nelson Hungria	719
Penitenciária Talavera Bruce	312
Instituto Penal Oscar Stevenson	119
Cadeia Pública Joaquim Ferreira	74
Presídio Evaristo de Moraes	10
Presidio Nilza da Silva Santos	02